

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

LUÍS EDUARDO DA ROCHA MAIA FERNANDES

A primavera foi inexorável?
Caio Prado Júnior, o PCB e o Golpe de 1964

Niterói 2016

LUÍS EDUARDO DA ROCHA MAIA FERNANDES

A primavera foi inexorável?
Caio Prado Júnior, o PCB e o Golpe de 1964

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cezar Honorato

Niterói 2016

LUÍS EDUARDO DA ROCHA MAIA FERNANDES

A primavera foi inexorável?

Caio Prado Júnior, o PCB e o Golpe de 1964

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 10 de março de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cezar Honorato - UFF (orientador)

Prof. Dr. Muniz Ferreira - UFRRJ

Prof. Dr. Marcelo Braz - UFRJ

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar o pensamento político do historiador comunista Caio Prado Júnior. Concentramos nossa análise entre os anos de 1955-1966, período de grandes transformações na sociedade brasileira e, não por acaso, momento compreendido como ápice da produtividade intelectual e política do autor. Assim, averiguamos seus artigos na *Revista Brasiliense* e sua obra mais polêmica, *A Revolução Brasileira*. Nesse texto, pretendemos contextualizar suas ideias políticas dentro da visão estratégica predominante no Partido Comunista Brasileiro - o programa nacional democrático, bem como os dilemas da esquerda brasileira antes do golpe empresarial-militar e os debates entre os intelectuais comunistas desse período.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior, PCB, Marxismo, Golpe de 1964.

ABSTRACT

This study aims to analyze the political thought of the communist historian Caio Prado Junior. We focus our analysis between the years 1955-1966, period of great changes in Brazilian society and, not coincidentally, understood as the culmination of his intellectual productivity and politics. Thus ascertained his articles in the *Revista Brasiliense* and his work polemic, *A Revolução Brasileira*. In this text, we intend to contextualize their political ideas into the mainstream strategic vision in the Partido Comunista Brasileiro: the democratic national program, even as the dilemmas of Brazilian left before the corporate-military coup and discussions between the communist intellectuals in that period.

Keywords: Caio Prado Júnior, PCB, Marxism, Coup of 1964.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
2 O INDIVÍDUO E AS SUAS IDEIAS NA HISTÓRIA: UM DEBATE TEÓRICO METODOLÓGICO MARXISTA	13
2.1 A CONTROVÉRSIA DO INDIVÍDUO	13
2.2 O MARXISMO E O INDIVÍDUO	18
2.3 DILEMAS E QUESTÕES EM UM TRABALHO DE HISTÓRIA DAS IDEIAS E PROJETOS POLÍTICOS	24
2.4 SUJEITO, HISTORICIDADE E A ONTOLOGIA MARXIANA	26
2.5 HÁ UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA MARXISTA?	30
2.6 OS INTELECTUAIS E HEGEMONIA EM GRAMSCI	34
3 O PCB E AS SUAS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES DA REALIDADE BRASILEIRA	40
3.1 UM MARXISMO "SEM" MARX.	46
3.2 MARXISMO E AS REVOLUÇÕES NA PERIFERIA	50
3.3 OS PRIMEIROS ANOS E INTERPRETAÇÕES DOS COMUNISTAS BRASILEIROS	63
3.4 A INSTABILIDADE POLÍTICA E ORGANIZATIVA NO PCB	68
4 O CAMINHO DE CAIO PRADO AO COMUNISMO	77
4.1 AS PRIMEIRAS REFLEXÕES E O INGRESSO NO PCB	78
4.2 A REORGANIZAÇÃO DO PCB E A POSIÇÃO DE CAIO PRADO JR.	82
4.3 A "VIA BRASILEIRA" DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM CAIO PRADO JÚNIOR	86
5 CAIO PRADO JÚNIOR, O PCB E O GOLPE DE 1964	90
5.1 DA INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRITA À CRISE DO MODELO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA	93
5.2 O CENÁRIO POLÍTICO EM TEMPOS DE CRISE E O PCB	101
5.3 A CRÍTICA POLÍTICA CAIOPRADIANA: DOS ARTIGOS NA <i>REVISTA BRASILIENSE</i> À TRIBUNA DE DEBATES DO V CONGRESSO DO PCB	117

5.4 A <i>REVOLUÇÃO BRASILEIRA</i> EM DEBATE	130
5.5 OUTROS INTELLECTUAIS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DEMOCRÁTICA: NELSON WERNECK SODRÉ E ALBERTO PASSOS GUIMARÃES	139
6 CONCLUSÃO - O DEVER DE UM REACERTO COM TODA UMA GERAÇÃO DE MILITANTES.....	144
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

APRESENTAÇÃO

Por que revisitar o debate sobre Caio Prado Júnior e a Revolução Brasileira?

A presente dissertação possui como temática a contextualização do pensamento político de Caio Prado Júnior e o seu grande objetivo político e intelectual: A Revolução Brasileira. Trata-se de um tema bastante estudado e pesquisado no Brasil, afinal, Caio Prado foi um dos historiadores mais notáveis e influentes no século XX. Sua relação com a militância política comunista sempre fora objeto de controvérsias e polêmicas.

Foi apenas a partir dos anos de 1980 que a obra e pensamento político de Caio Prado Júnior passaram a ser estudados pela academia. Até então, o que existia era a repercussão política de sua obra mais polêmica "A Revolução Brasileira", e algumas resenhas sobre suas obras históricas, como a do famoso historiador francês Fernand Braudel (BRAUDEL, 1948) e de José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1951).

No campo da História, no início da década de 1980, o modelo caiopradiano de interpretação do passado colonial brasileiro passou a sofrer críticas e revisões por parte de alguns historiadores marxistas. Inicialmente, Jacob Gorender (GORENDER, 1978) e, posteriormente, Ciro Flamarion Cardoso (CARDOSO, 1988) desenvolveram a noção de "modo de produção escravista colonial" para compreender a dinâmica do chamado "Brasil colônia".

Tais autores, reconheceram noções importantes utilizadas por Caio Prado Júnior, como, por exemplo, a produção na colônia ter sido predominantemente voltada para o mercado externo e o predomínio do capital comercial naquele contexto. No entanto, Gorender e Cardoso compreenderam que o escravismo e a dinâmica "interna" colonial eram essenciais para desvendar as particularidades do desenvolvimento histórico brasileiro. Portanto,

rejeitaram as interpretações, oriundas de Caio Prado e Fernando Novaes (NOVAIS, 1989), com relação à subordinação do Brasil à lógica do antigo sistema colonial. Tratou-se de uma das mais ricas e longas polêmicas entre os historiadores brasileiros (LAPA, 1980). Concordemos ou não, não há como negar a importância de Caio Prado Júnior para o debate historiográfico até os dias atuais.

Principalmente após a morte de Caio Prado Júnior, em 1990, os estudos acadêmicos sobre o pensamento político do historiador paulista ganharam mais notoriedade e adesões. Até os dias atuais, predominantemente, a historiografia reconstruiu uma memória positiva do intelectual paulista. Além de ser tido como um "notável" historiador (IANNI, 1982) e o mais influente historiador brasileiro (REIS, 1999), Caio Prado é visto como uma voz destoante ao "dogmatismo reinante entre as esquerdas" e às "teses etapistas do PCB" antes de 1964. O autor de "A Formação do Brasil Contemporâneo" seria um ponto fora da curva entre os intelectuais de esquerda de sua época, como fica evidente na tese de Bernardo Recúpero:

Ao nosso ver, porém, boa parte do interesse da obra de Caio, provém precisamente de sua associação com o marxismo. Isso principalmente em razão de o historiador paulista ter sabido utilizar como poucos em nosso país o método marxista no estudo de um objeto particular, a experiência histórico-social brasileira. Conseguiu, dessa forma, ser original ao analisar essa experiência. Condição que acaba mesmo por afastá-lo da maior parte de nossos marxistas, incapazes foram, quase todos, de compreender as particularidades das quais é feita nossa formação econômica-social. (RECÚPERO, 2000).

A sofisticação teórica de Caio Prado resultaria em seus "particulares" posicionamentos políticos, durante os anos de 1960, o que Antonio Carlos Mazzeo chamou de "a sublevação caiopradiana" à teoria consagrada de Revolução Brasileira (MAZZEO, 2015), reproduzindo uma visão consensual entre os diversos artigos e estudos sobre Caio Prado. Tais artigos, a partir da análise de sua última obra de maior repercussão *A Revolução Brasileira*, classificam o pensamento político do intelectual paulista como um contraponto à teoria do PCB de revolução.

Sem dúvida, a não resistência imediata ao golpe de 1964 por parte das esquerdas e do PCB desencadeou uma série de críticas e rupturas entre os comunistas. Uma das críticas mais apaixonadas, sofisticadas, e com maior repercussão entre as esquerdas, foi a de Caio Prado Júnior.

Além disso, o golpe de 1964 representou o início do declínio da hegemonia comunista na esquerda brasileira. Na década de 80, por uma série de razões, que não nos cabe aventar por hora, ascende um novo partido operário e popular: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse partido desenvolveu seus intelectuais e sua própria leitura da história. Ainda nos anos 1980, o antigo PCB tinha força no movimento sindical e popular, disputando espaço com o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse sentido, historiograficamente foram realizadas grandes críticas à atuação do Partido Comunista antes do golpe de 1964.

Realizou-se uma crítica profunda à concepção de revolução do chamado "Partidão", assim como, a sua forma de organização, cultura política, etc. Construiu-se uma memória sobre o Partido Comunista como um organismo ultrapassado, autoritário e distante dos anseios reais da classe trabalhadora. Curiosamente, o livro *a Revolução Brasileira*, de Caio Prado, passou a ser bastante instrumentalizado por essa crítica.

De alguma forma, essa memória e disputa política nos anos de 1980, somando-se com a queda da URSS e a (quase) liquidação do PCB, em 1992, ganharam direta ou indiretamente grande adesão nos estudos relativos à história do Partido Comunista e seus intelectuais. Caio Prado Júnior foi um dos poucos intelectuais comunistas que sobreviveram na academia com uma crítica minimamente positiva sobre seu pensamento político e produção intelectual.

O presente trabalho buscou revisitar essas polêmicas políticas em torno de Caio Prado Júnior, analisando-as de outra perspectiva e tendo os seguintes objetivos: (1) contextualizar uma parte das formulações políticas do PCB e de Caio Prado antes do golpe, principalmente

entre o final da década de 1950 até 1964; (2) revitalizar o compromisso com a causa revolucionária para a tradição marxista.

Convidamos o leitor interessado em bons debates e polêmicas a acompanhar as próximas páginas. Dividimos a dissertação em quatro capítulos. O primeiro se norteia pela apresentação das questões teóricas e metodológicas que pautam o nosso texto – nesse ponto, a conexão entre marxismo e indivíduo, e o debate da relação entre ideias e base material merecem destaque, afinal, partiremos da análise do pensamento político de Caio Prado Júnior para compreender aspectos mais gerais de seu tempo.

No segundo capítulo, fizemos um pequeno apanhado sobre a formação do PCB, o debate sobre a estratégia revolucionária em Marx e no movimento comunista, assim como resgatamos as primeiras formulações dos comunistas brasileiros. Durante todo o texto, buscamos tecer uma análise "por dentro" das contradições do período e desvendar as múltiplas determinações que interagiam no "fazer política" dos sujeitos.

O penúltimo capítulo traz, sumariamente, o percurso político e intelectual de Caio Prado Júnior, tentando levantar um panorama geral para o leitor sobre o caminho de Caio Prado para o comunismo, sua intensa produção intelectual e militância política, como, também, sua particular visão sobre o desenvolvimento histórico no Brasil.

O quarto e último capítulo se debruça sobre a estratégia política do PCB e sua ação, as posições de Caio Prado Júnior e as determinações econômicas e sociais na luta de classes que culminaram no golpe de 1964. Além de analisarmos o livro de Caio Prado *A Revolução Brasileira*, também trabalhamos com seus artigos na revista *Brasiliense* entre 1955-1964, intervenções em congressos e espaços do PCB e diálogos com outros intelectuais comunistas. Por fim, nos anexos disponibilizamos alguns artigos políticos de Caio Prado Júnior, publicados na revista *Brasiliense*, pouco divulgados.

Esperamos abrir bons debates, questionamentos e críticas com esse pequeno estudo. Em tempos sombrios, em que a barbárie social avança a passos largos, revitalizar a perspectiva de uma alternativa revolucionária viável passa a ser uma necessidade impreterível para qualquer intelectual comprometido com a humanidade.

2 O INDIVÍDUO E AS SUAS IDEIAS NA HISTÓRIA: UM DEBATE TEÓRICO METODOLÓGICO MARXISTA

2.1 A CONTROVÉRSIA DO INDIVÍDUO

O encontro entre história e teoria não é um exercício opcional para o pesquisador, mas uma necessidade para a compreensão profunda dos processos históricos - sejam eles no âmbito geral e/ou no domínio das partes que compõem o todo social. Mesmo para aqueles que se proclamam avessos à teoria para a pesquisa histórica, esse é um posicionamento teórico claro e recorrente do nosso tempo.

Tomamos como ponto de partida para esta dissertação, o estudo das ideias e propostas políticas de um intelectual militante e a relação destas com o contexto histórico em que viveu. A partir desta pequena amostra, de “baixo para cima”, que se dá por meio da observação de expressões contraditórias objetivas e subjetivas, constatamos a necessidade de realizar um (auto)ajuste de contas teórico, a fim de clarear a complexa relação entre indivíduo e história que, no caso, possui como pano de fundo os impactos do golpe de 1964 sobre os comunistas brasileiros.

Por um lado, as ideias dominantes de um período são as ideias das classes dominantes (MARX, 2007), por outro, a relação entre indivíduo e história parece um tanto controversa. A história aparenta ser um tanto distante dos indivíduos. A partir dela, estes últimos são vistos como meros átomos isolados, agindo livremente na sociedade gerida por um contrato social.

Assim, produzem-se aparentes dicotomias, como indivíduo *versus* sociedade, público *versus* privado.

Entre os séculos XVII e XVIII, a “descoberta” do indivíduo foi extremamente progressiva para combater a opressão dos privilégios e hierarquias da sociedade feudal. Assim, podemos dizer que o cientificismo nasceu para se contrapor à visão de mundo teocêntrica do alto clero. A afirmação da existência de direitos naturais do homem na era das revoluções burguesas sintetizava a construção de uma nova hegemonia capitaneada pela alta burguesia.

O enfraquecimento do modo de produção feudal fez com que as antigas classes senhoriais apostassem em uma nova forma política para conservar seus privilégios: o Estado Absolutista (ANDERSON, 1985), com suas diversas variações, de acordo com os particularismos regionais e culturais. O grande debate político do período se deu a partir da defesa, reforma ou crítica frontal aos Estados Absolutistas, caracterizados pela grande concentração de poder na corte, pelo intervencionismo econômico via monopólios comerciais, e pela concessão de inúmeros privilégios à corte, ao alto clero e à nobreza.

Os grandes teóricos da política desse período captaram as nuances e as contradições inerentes aos conflitos em curso. Apesar dos posicionamentos e as visões de classe muitas vezes convergirem, existiram perspectivas bastante divergentes como, por exemplo, sobre a questão da propriedade privada em autores como Thomas Hobbes (1588-1679)¹ e em John Locke (1632-1704).

¹ O autor de *O Leviatã* inaugurou a concepção contratualista de interpretação das sociedades. A partir dele, a história da humanidade seria dividida entre o Estado de Natureza e o Estado Civil. O primeiro consistiria na fase compreendida como a guerra de todos contra todos, a fim de garantir os direitos naturais do homem, inclusive o direito de autodefesa; o segundo, na formação de um pacto social em que o Estado teria um poder acima dos indivíduos, como regulador de toda dinâmica social, com o intuito de conter a barbárie. Ou seja, em Hobbes, a propriedade privada não seria um direito natural, mas social e, portanto, subordinado aos interesses do soberano. Curiosamente, a Revolução Puritana marcou a fase das grandes expropriações das terras da Igreja e das classes

Apesar de sofrer grandes influências de Hobbes, John Locke foi o grande intérprete da propriedade privada como um direito natural e acima dos indivíduos. Essa interpretação tem sido, desde então, a base comum da sociabilidade burguesa. A função do Estado seria a de garantir os direitos naturais do homem, dentre os quais também o direito à propriedade.

Considerado como o pensador da Revolução Gloriosa (1688), Locke sistematiza em seu pensamento os anseios da burguesia por estabilidade política e a institucionalização das suas conquistas. Para ele, de alguma forma, o poder deveria ser controlado pelos indivíduos. Caso se estabelecesse a tirania, os homens teriam o direito de se rebelar (LOCKE, 1994). Como proposta para o controle do poder, Locke apresentava a divisão dos mesmos com as suas respectivas representações. Além disso, outro debate sobre a temática do controle do poder e da busca pela institucionalização das conquistas burguesas era posto: como evitar que um governo não se convertesse em uma tirania da maioria?

Sinteticamente, a partir desse breve e esquemático preâmbulo, podemos afirmar que até a noção de natureza humana e a função do indivíduo mudam na dinâmica do pensamento liberal. Progressivamente, a defesa de direitos naturais do homem dá lugar ao “culto do indivíduo atomizado” ou ao individualismo. Engana-se quem interpreta que esta transformação ideológica visa defender a plena liberdade “individual”. Pelo contrário, o individualismo é muito mais um limitador do sujeito, que opera a partir da padronização do comportamento social do indivíduo. Principalmente após 1830, o pensamento liberal ganha uma nova faceta, não mais como ciência ou pensamento crítico,² pois se torna uma ideologia de apologia à ordem industrial burguesa.³

senhoriais por parte de Oliver Cromwell. Ironicamente, é a partir da ação coercitiva do Estado que a propriedade privada capitalista se expande e se legitima de alguma forma. Ver: (HOBBS, 2006.) e (WEFFORT, 2004).

² Para maior aprofundamento, ver: (NETTO, 2011)

³ Émile Durkheim, pai da escola sociológica do positivismo, expressou bem esta controvérsia na relação entre indivíduo e história. Ao compreender que a sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis que não variam pela vontade e ação humanas, considerando eficaz também a transplantação dos métodos das ciências naturais para as ciências sociais, o positivismo, sem romper com a tradição contratualista liberal, expressou uma sustentação do

Atualmente, vivemos a fase mais radical, como costumava ironizar Marx, do culto à compreensão “Robson Crusuesina” do indivíduo. Culturalismo, identidades, centralidade do discurso e impossibilidade de análises totalizantes e articuladas são algumas das características atuais da historiografia divulgada no país.

Nessa visão de história, o objetivo não é a integração e a busca por uma remontagem totalizante dos processos históricos. Aqui, os fragmentos passaram a ser os centros de atenção. Esta concepção se consolida criticando os modelos taxados de “estruturalistas”, em especial o marxismo, dissolvendo a ideia de verdade presente nas ciências com a sua pretensão à universalidade.

Para um crítico apressado e moralista, a origem da viabilidade crítica ao pós-modernismo estaria nos temas e técnicas adotados pelos pesquisadores. Contudo, como nos alerta o próprio pensador pós-moderno Ankersmit, o pós-modernismo é uma visão de história que se caracteriza "por chamar a atenção para o círculo vicioso modernista" (ANKERSMIT, 2011). Logo, o pensamento pós-moderno é uma forma de apropriação do processo histórico real e, conseqüentemente, um pressuposto e objeto de disputa por hegemonia nas sociedades.

status quo. Para Durkheim, o objetivo da sociologia seria o de dar suporte científico à manutenção da moral social. Existe uma conexão entre as leis naturais que regem a sociedade, e a manutenção da moral social operaria em defesa da divisão social do trabalho e das funções que cada indivíduo cumpre dentro do corpo social. Superficialmente, a visão do indivíduo e de sua função social, no autor, sistematizam e engessam a relação do sujeito com a sociedade. Ao estabelecer leis naturais para o comportamento social a partir de uma noção de que o indivíduo é mero produto do social e das leis em vigor, criou-se uma “neblina” no entendimento da relação indivíduo e sociedade. Ainda que hoje poucos cientistas sociais se reivindicem enquanto positivistas, a corrente sociológica de Comte, Durkheim e tantos outros se transformou em um conjunto de ideias e conceitos poderosos que influenciou não apenas outras escolas, como também o senso comum. O discurso da “neutralidade” como legitimadora da ciência social e do conhecimento ainda é muito recorrente em diversos círculos intelectuais e de comunicação social e, do mesmo modo, a questão da “função social” do indivíduo e seus atos também surge como questão comum em ambientes com uma roupagem de esquerda ou progressista. Em suma, trata-se de questões oriundas de uma compreensão dual e controversa da relação entre indivíduo e história, cuja raiz está na transformação da crítica liberal às instituições feudais em ideologia da ordem burguesa. Ver: (NETTO, 2011).

Não é por acaso que as críticas mais consistentes a essa concepção são desenvolvidas por pensadores marxistas,⁴ que associam a ascensão geral pós-moderna aos novos padrões da acumulação capitalista à correlação de forças entre classes e grupos sociais e às modificações na configuração social e cultural das sociedades. O pós-modernismo seria um movimento concatenado com estas modificações, sob a ótica da conservação de antigos padrões de dominação e acumulação do capitalismo.

No campo ideológico-cultural, o pós-modernismo (com as suas diversas variantes) radicaliza a base da controversa relação entre indivíduo e história. As polêmicas historiográficas sobre a questão ainda prosseguem com a ideia de pares dicotômicos, como por exemplo, qual seria o papel do indivíduo na história? Este seria determinante, principalmente, no caso dos indivíduos mais geniais? Ou o indivíduo seria a expressão de forças impessoais?

⁴ Segundo Ellen Wood (WOOD & FOSTER, 1999.), os pós modernos se interessam massivamente pela linguagem, cultura e discurso. Para alguns, o ser humano é constituído de linguagem e nada mais, ou, no mínimo, que a linguagem é tudo que podemos conhecer no mundo e que não temos acesso a qualquer realidade. Para Wood, a tese da icognoscibilidade do real, com o argumento de que tudo é discurso, nada mais é do que a renovação de paradigmas idealistas, tendo como novidade a negação de qualquer universalismo, racionalismo e a concepção marxista de emancipação humana.

Frederic Jameson (JAMESON, 2007) identificou o pós modernismo como a lógica cultural de uma nova fase de acumulação do capitalismo, o que ele chamou de capitalismo multinacional. Em caminho parecido, o célebre historiador inglês Perry Anderson (ANDERSON, 1999) associou o pensamento pós moderno como um elemento vital para a hegemonia neo liberal,a partir dos anos de 1980.

2.2 O MARXISMO E O INDIVÍDUO

E dentro do marxismo? Há espaço para o problema do indivíduo? A pergunta poderia soar estranha para alguns antimarxistas ou leitores que pouco conhecem os diferentes acúmulos gerados a partir desta visão do mundo. De maneira superficial, o projeto comunista consistiria essencialmente na supressão das vontades individuais em prol da vida comunitária, constituindo um retorno às antigas sociedades coletivistas. A crítica aos países que iniciaram as suas experiências de transição socialista seria justamente, a da ausência das chamadas “liberdades individuais”. Do ponto de vista teórico, e até mesmo entre marxistas, desenvolveu-se a concepção de que dentro do instrumental marxista haveria espaço apenas para análises de grupos, classes, frações, etc.

Para Adam Schaff, a origem mais sofisticada deste tipo de interpretação estaria em uma leitura equivocada da obra do jovem Lukács -*História e Consciência de Classe*. Neste livro, Lukács sustenta que não é possível abranger a totalidade do processo histórico a partir da posição do indivíduo. O resultado desta leitura seria uma espécie de menosprezo desta problemática por parte de alguns marxistas, o que nos parece bastante plausível, principalmente entre os historiadores (SCHAFF, 1967).

A temática do indivíduo e história ainda causa certo desconforto quando os processos históricos concretos são analisados. A oscilação entre personalismos e determinismos reducionistas em relação à prática social do indivíduo ainda parece afetar as análises de parte da historiografia, inclusive a marxista. Esta questão nos saltou aos olhos ao nos depararmos com a bibliografia especializada sobre um dos componentes do nosso objeto de pesquisa: Caio Prado Júnior.

O primeiro marxista a tentar sistematizar esse debate foi o considerado "pai do marxismo russo": George Plekhanov (1856-1918). Tentando rebater o argumento, utilizado principalmente por intelectuais ligados ao movimento populista russo, de que o materialismo histórico reduziria o papel do indivíduo na história pelo fato de se tratar de um fatalismo econômico, Plekhanov escreveu o folheto *O Papel do Indivíduo na História*.

Para o marxista russo, o fatalismo nem sempre impede a ação enérgica na atividade prática. Pelo contrário, em determinados momentos o fatalismo é a "base psicológica" indispensável para a ação do indivíduo na história. Plekhanov sustentou que o processo histórico se desenvolve por meio dos conflitos de classes: as condições gerais da economia e das relações de produção, quando estas entram em contradição com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, geram rupturas políticas e institucionais. Abre-se, então, um período de mudanças históricas e nestes marcos projetam-se indivíduos que, forjados em seu tempo, são capazes de exercer liderança e alterar o rumo da história, ao menos a curto e médio prazo (PLEKHANOV, 1977).

Apesar de se contrapor radicalmente às concepções conservadoras de história de sua época e conseguir apontar para uma compreensão das "determinações sociais" que pautam a ação do indivíduo, os indicativos de Plekhanov acabam por "limitar" o papel dos sujeitos a grandes crises e eventos. Posteriormente, principalmente a partir de uma leitura lukcsiana, pode-se realizar uma leitura mais completa da obra de Marx, e compreender o indivíduo na história a partir da sua atividade social fundante: o trabalho.

Em Marx, o indivíduo concreto é central para a construção de sua visão de mundo e propostas políticas. Trata-se de compreender o indivíduo como resultado da história e de suas determinações sociais, concepção amadurecida através de sua crítica aos economistas políticos ingleses:

Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apoiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam esse indivíduo do século XVIII-produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade, e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI-como um ideal, que teria existido no passado. Veem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história, porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza-dentro da representação que tinham de natureza humana-, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza (MARX, 1982).

Para o autor de *O Capital*, o entendimento do indivíduo enquanto resultado histórico é muito mais complexo do que apenas o exercício de entendê-lo como produto da história. Os fundamentos desta compreensão estão na visão do homem como parte da natureza, como objeto; o indivíduo como parte da sociedade, no sentido da explicação de suas concepções, opiniões e juízos de valor; e, finalmente, o indivíduo como fruto da autocriação. Sintetizando, o indivíduo dentro do pensamento de Marx, ao contrário da tradição liberal, constitui uma rica unidade totalizante em que os elementos biológicos, sociais e históricos são determinantes.

Esta compreensão se encontra umbilicalmente vinculada à compreensão de Marx sobre a história, que também discutiremos. Coerentemente, a centralidade para compreender o indivíduo em seu pensamento é a mesma necessária para o entendimento da história. Segundo Marx, o ato da produção para satisfazer as necessidades materiais de existência para homens e mulheres, é o primeiro ato histórico. A satisfação das primeiras necessidades de existência, conjugando elementos naturais e sociais, geram novas necessidades sociais ao longo do tempo e do espaço, o que, por sua vez, complexifica as relações sociais através de uma interdependência entre os indivíduos, não apenas no ato da produção material, mas na linguagem, comportamentos e cultura.

Ou seja, superando qualquer dicotomia, as condições sociais com a ajuda da consciência social e biológica, constroem o indivíduo humano concreto. Se as condições sociais são condições de classe, o que está condicionado pela forma de produção, então o indivíduo deve ser o produto das citadas condições, condicionado pela classe a que pertence. Mas o problema é mais complexo e não se restringe às grandes classes sociais: incluem

também, camadas, grupos profissionais e semelhantes, conforme a estrutura da sociedade e do papel que determinado grupo desempenha em determinado período, sob determinadas circunstâncias (SCHAFF, 1967).

Neste sentido, não há dúvida de que a análise do indivíduo concreto deve partir de uma análise social. No entanto, ao mesmo tempo em que é produto da sociedade, o indivíduo é criador de sua estrutura. A centralidade do trabalho humano é o elo desta relação, pois é o trabalho que impulsiona e medeia o ato de produzir para as necessidades humanas ao longo da história.

Obviamente, o indivíduo, por si só, é condicionado pelas estruturas sócio históricas antecessoras a sua vida, porém, a práxis humana (unidade do pensamento com a prática social) talvez seja a explicação mais próxima da existência de uma essência humana dentro do pensamento de Marx, embora o próprio não tenha formulado algo sistematizado, como nos alerta Eric Fromm:

Marx opõe-se a dois pontos de vista: o a-histórico, segundo o qual a natureza do homem é uma substância existente desde o início da história; e o relativista, segundo o qual não possui particularidades próprias e é apenas um reflexo das condições sociais. Mas nunca formula, em definitivo, a sua própria teoria da natureza do homem, ultrapassando tanto o ponto de vista a-histórico, como o relativista...as interpretações de sua teoria também são, em consequência, tão diferentes e contraditórias (FROMM, 1962).

A noção do indivíduo como criador e produto da história recria um novo tipo de conceito de liberdade, isto é a liberdade como produto da atividade humana (LUKÁCS, 1978). A liberdade abstrata e isolada das condições sociais do liberalismo é superada pela concretude histórica, isto é, pela forma como os indivíduos escolhem entre as diferentes possibilidades de ação. Não se trata aqui de definir o que seria um homem livre, mas de investigar as diversas determinações e possibilidades históricas que influenciam as escolhas dos homens no fazer-se da sua história. Esta compreensão fica muito nítida nos escritos

históricos de Marx,⁵ ao analisar os fenômenos em si, como no golpe de Luís Bonaparte na França ou na Comuna de Paris, a relação entre a estrutura social construída pelas “gerações passadas” e as escolhas das ações dos indivíduos, grupos e classes.

Essa noção, inclusive, é a base do projeto comunista: a aliança entre a capacidade de autocriação e ação humana com as condições sociais que permitam o desenvolvimento pleno e diverso dos indivíduos, ou seja, a liberdade concreta. O direito abstrato à felicidade, tão proclamado por Locke, Montesquieu e Rousseau, ganhou uma dimensão histórico-concreta com o comunismo de Marx e Engels. Essa questão é bem trabalhada por Adam Schaff, o qual define a liberdade como necessidade reconhecida:

E isto mesmo, se a escolha for feita com base no conhecimento, indispensável para uma determinada orientação do desenvolvimento, portanto, se a escolha livre se baseia no fato de ele subordinar-se, de maneira consciente à necessidade. Não interessa que a escolha feita pelo homem não seja condicionada por nada, mas que seja consciente e não imposta por forças exteriores. A liberdade do homem não se obtém na medida da sua consciência dos objetivos e caminhos a aspirar pela escolha de ações correspondentes. A liberdade do indivíduo, assim compreendida, está em contradição com a espontaneidade da evolução histórica, e não com seu caráter objetivo (no sentido da independência da vontade dos diferentes indivíduos). Aqui se expressa, entretanto, com clareza, a concepção da liberdade como necessidade reconhecida (SCHAFF, 1967).

Entre os historiadores marxistas, ainda persiste alguns problemas na abordagem sobre o indivíduo na história. Se, no passado, o fatalismo econômico na compreensão de história praticamente rimava ou limitava a ação dos indivíduos na história, tema que esmiuçaremos mais a seguir, hoje o voluntarismo histórico parece ter alguma ressonância em círculos de esquerda. O grande sintoma do voluntarismo é a abordagem personalista dos processos históricos, ou seja, a personalidade humana praticamente imutável vira o grande componente decisivo para o fazer-se da história.

O personalismo é a concepção idealista da personalidade. A personalidade não é um ser espiritual independente. Ela é um produto social, mutável da apropriação do indivíduo

⁵ Ver: (MARX K. , 2011.) e (MARX K. , 2011.).

sobre a realidade. Há traços não desenvolvidos de uma nova teoria da personalidade em Marx, principalmente através da sua crítica ao idealismo de Hegel e que se estende a outras derivações, sobretudo ao personalismo cristão.

Schaff identifica nos textos do jovem Marx um status ontológico da personalidade: a personalidade é uma determinação do indivíduo real. Não se pode separar o indivíduo da pessoa, pois ter-se-ia, assim, apenas diferentes nomes para o mesmo objeto real (SCHAFF, 1967).

Conscientemente ou não, o problema do personalismo é muito encontrado na pesquisa histórica. Essa visão idealista não é predominante apenas no campo da produção intelectual ou política, como faz parte também da subjetividade padrão do nosso tempo. Afinal, pessoas incorporam valores, ideias e juízos de acordo com as determinações sociais existentes, especialmente, quando os objetos estudados são alvos de polêmicas e disputas memorialistas.⁶

Obviamente, nos miramos em trabalhos de historiadores que superam esta tendência do nosso tempo. As célebres obras do historiador britânico Christopher Hill, *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*, assim como *Lenin e a Revolução Russa* são bons exemplos. Nelas, Hill questiona como se projeta e qual é o papel de um líder revolucionário na história. Ao ter a exata noção das determinações sócio históricas à ação humana, Hill capta a singularidade da ação dos grandes líderes para direcionar e impulsionar tendências em disputa nas sociedades. O mito do grande indivíduo seria este, quando sintetizamos, através da representação da ação de uma figura, os anseios e projetos de grupos, frações e classes sociais (HILL, 1967).

⁶ A historiografia dita "Positivista", predominante no final do século XIX e XX, associada ao nacionalismo e ao fortalecimento dos Estados Nacionais, talvez seja o maior exemplo deste paradigma personalista, politicista e elitista. Sua preocupação era de se criar os grandes heróis nacionais e exaltar o Estado-nação em consolidação. A História se resumia a vontade dos grandes indivíduos e feitos. A Escola dos Annales combateu esta perspectiva, durante o século XX. Ver: (BLOCH, 2002.).

Entretanto, se apresentássemos uma concepção de indivíduo na história que teria nos auxiliado em nossa pesquisa, descolada de uma visão histórica geral, iríamos reproduzir outras controvérsias sobre este tema. Nesse sentido, apresentarmos com clareza a concepção geral de história que guia esse trabalho é fundamental para podermos debater com mais segurança o pantanoso terreno da história social das ideias políticas.

2.3 DILEMAS E QUESTÕES EM UM TRABALHO DE HISTÓRIA DAS IDEIAS E PROJETOS POLÍTICOS

Devemos ter presente, como lição para o historiador, a necessidade de combater – uma necessidade particularmente urgente hoje – qualquer história das ideias, das mentalidades ou das ciências fundada sobre a coerência ou filiações exclusivamente internas, formais, e não sobre a conexão entre ‘produção de pensamentos’ (qualquer que seja o seu tipo) e modificações nas relações da vida social e material. Em todo momento, na prática historiografia, e, sobretudo na filosofia, reaparece a ameaça de um tratamento autônomo dos fatos de pensamento: sob a aparência, frequentemente, de grandes novidades, trata-se de um retorno às facilidades tradicionais (VILLAR, 1983).

No caso da chamada história das ideias, rotineiramente, os historiadores se deparam, em um primeiro momento, declaradamente ou não, com a opção de privilegiar a “autonomia” na evolução intelectual do sujeito/grupos na formulação de projetos, propostas e inovações. Outra opção extremada pode ser o caminho pela hipervalorização do contexto histórico vivido pelos sujeitos como explicação central para a projeção de determinadas ideias.

Atualmente se fortalecem na história paradigmas duais que, em sua maioria, negam a construção de uma narrativa global, contraditória e articulada dos processos históricos. Modelos, categorias e teorias globais são taxados como nocivos para uma narrativa histórica.

A proposição de falsos problemas apresentados, em sua maioria, por dualidades incompatíveis (como já exemplificamos acima) e sem relações imanentes, passa a ser regra no campo da história. Já no século passado, o filósofo marxista húngaro, György Lukács, nos ajuda a desvendar estes aparentes mistérios nos estudos da historicidade das ideias:

Precisamente quando se trata do ser, assume um papel decisivo o problema ontológico da diferença, da oposição e da conexão entre fenômeno e essência. Já na vida cotidiana os fenômenos frequentemente ocultam a essência do próprio ser, ao invés de iluminá-la. Em condições históricas favoráveis, a ciência pode realizar uma grande obra de esclarecimento nesse terreno, como acontece no Renascimento e no iluminismo. Podem, todavia, se verificar constelações históricas nas quais o processo atua em sentido inverso: a ciência pode obscurecer, pode deformar indicações ou mesmo apenas pressentimentos justos da vida cotidiana (LUKÁCS, 1979).

Esta rica passagem, para um leitor desconectado e apressado, pode sugerir um desprezo de Lukács ao dinamismo e à pesquisa do fenômeno imediato, o dado empírico. Contudo, a proposta desafiadora está na leitura relacional, complementar e totalizante entre fenômeno e essência. A busca pela essência do movimento real histórico não está na perspectiva de correção factual imediata, muito menos em estabelecer uma linha contínua no movimento. Ao contrário, essa busca deve partir do próprio “fenômeno” para ir além, para investigar, ininterruptamente, todo o âmbito factual, na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica. Ousando sintetizar aqui essa questão, para o filósofo húngaro, Marx inova na teoria de uma ontologia (estudo do ser) marcada fortemente pela tradição idealista metafísica, ao dotá-la de historicidade, isto é, de um movimento dos complexos e das múltiplas determinações.

Para chegar a esta “inovação”, Marx desenvolve um complexo método de estudo e exposição. O chamado materialismo histórico visa compreender a realidade a partir da articulação das partes com uma rica e complexa totalidade, tendo como norteador não apenas a compreensão do movimento real, mas a unidade entre teoria e prática revolucionária na história.

Essa unidade é proposta não como um “mandamento” de Marx, mas pela simples compreensão do movimento dialético, do poder dos fenômenos e da subjetividade nas determinações históricas, além da *incapacidade* da totalidade pensada para reproduzir o real.

Como destaca Lukács:

Onde a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática: ao contrário, são na realidade ‘formas de ser, determinações da existência’, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo (LUKÁCS, 1979).

Ora, como assim, no método materialista histórico, as categorias não são desdobramentos da realidade material? Isso seria um aspecto idealista na leitura de Lukács sobre Marx? São estas questões que devemos responder para prosseguir nesta dissertação.

2.4 SUJEITO, HISTORICIDADE E A ONTOLOGIA MARXIANA

Antes de esmiuçarmos as questões anunciadas, é necessário esclarecer alguns pressupostos elementares para a compreensão do método do materialismo histórico a partir de Marx e Engels. No campo da história, como nas demais ciências sociais, é muito comum a avaliação deste método como economicista, transformando complexos movimentos “superestruturais” em mero reflexo da economia. Historiadores e pensadores vinculados à tradição marxista veem refutando esta tese, principalmente, através das análises históricas de Marx.⁷

⁷É bom lembrar que foram poucos os escritos deixados de Marx e Engels debatendo o próprio método. No Brasil, hoje nos referimos a artigos e publicações de historiadores discutindo o método em Marx e Engels analisando as suas obras históricas, como a chamada trilogia da história pós-revolução na França. Um bom

Outra forma de debater o tema com rigor é analisar os poucos escritos e menções de Marx e Engels sobre o tema. Como já mencionamos, as categorias, proposições e método destes autores possuem uma enorme relação com o movimento da história. Separamos duas famosas passagens de Engels para debatermos a questão da determinação do Econômico na ontologia marxiana.

Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: um fato tão simples, mas escondido debaixo do lixo ideológico, de que o homem necessita, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião, etc.; que, então, a produção dos meios imediatos de vida, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase de desenvolvimento econômico de um povo ou de uma época é a base a partir da qual tem se desenvolvido as instituições políticas, as concepções jurídicas, as ideias artísticas e, até mesmo, as ideias religiosas dos homens e de acordo com a qual, então, devem ser explicadas, e não ao contrário, como até então se vinha fazendo (ENGELS, 2015).

O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, etc., baseia-se no econômico. Mas todos regem mutuamente uns sobre os outros e, também, sobre a base econômica. Não é exato que a situação econômica seja a única causa ativa e todo o resto não passe de efeito passivo. Em lugar disso, há uma ação recíproca sobre a base da necessidade econômica, a qual – em última instância – sempre acaba por preponderar (ENGELS, 1963).

O discurso de Engels no funeral de Marx revela um pressuposto central para desvendarmos a ontologia materialista: a determinação do econômico em Marx também é fruto da síntese de múltiplas determinações que se relacionam. Ao analisar a totalidade, as mediações orgânicas e inorgânicas do ser social e a sua relação com a natureza mediada pelo trabalho, Marx compreende como elementar, na história das sociedades, o modo de produzir e reproduzir a vida. O econômico, em Marx, tem um sentido bem distinto com relação ao dado pelos economistas tradicionais: trata-se de um todo unitário movido pelas necessidades humanas, que variam ao longo da história, no movimento dos conflitos de classe, desenvolvimento das forças sociais produtivas, formas jurídicas, ideologias etc.

exemplo é o artigo de Eurelino Coelho *A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método*.

A ênfase dada por Marx e Engels ao mundo material, principalmente em seus embates filosóficos, e a inovação de tais análises, levaram a acusações e, até mesmo, a interpretações de militantes comunistas na época de que o materialismo histórico se resumia a um determinismo econômico. O próprio genro de Marx, e também militante da I Internacional, Paul Lafarge, posteriormente escreve um livro cujo título é bastante sintomático: *O determinismo econômico de Karl Marx*.

A segunda citação acima apresenta uma resposta a tal reducionismo e distorções das ideias dos fundadores do materialismo histórico. Engels enfatiza a complexidade, a ação recíproca em meio à “infinita massa de causalidades”, da relação entre base econômica e superestrutura jurídico e política.

No entanto, a definição da “última instância do econômico” é um tanto confusa. Para Lukács, Engels indica de forma correta a gênese das ideologias, estruturas políticas e jurídicas, ou seja, o velho camarada de Marx trabalhou com uma relação entre forma e conteúdo. Isso significa que em todos os casos determina-se ao mesmo tempo, o caráter, o ser, precisamente, assim do objeto singular, do complexo, do processo, etc.

Portanto, não é possível que, na determinação recíproca entre complexos reais diversos, um complexo figure como conteúdo e outro como forma. Um autor mais contemporâneo, como Leandro Konder (KONDER, 1992), por exemplo, irá tratar a relação entre base e superestrutura como uma metáfora de Marx para didatizar o seu método, o que, para Lukács, não seria uma relação de determinação, mas um pressuposto ontológico não hierárquico:

Mas, mesmo no âmbito de uma exposição abstrata desse tipo, é preciso - antes de mais nada - tornar a repetir que a prioridade ontológica da economia, indicada por Marx, não contém em si nenhuma relação de hierarquia. Ela diz simplesmente que a existência social da superestrutura pressupõe sempre, no plano do ser, o processo da reprodução econômica, que toda a superestrutura é impensável sem economia; por outro lado, ao mesmo tempo, afirma-se que a essência do ser econômico é de tal natureza que não pode se reproduzir sem trazer à vida uma superestrutura que, mesmo de modo contraditório, corresponda a esse ser econômico (LUKÁCS, 1979).

Temos como desafio metodológico, ao analisarmos e historicizarmos o projeto político de Caio Prado Júnior, a complexa relação entre as ideias produzidas em determinada época, assim como a sociabilidade vivenciada pelo pensador em seu conjunto. Caracterizamos esta relação como complexa, pelas inúmeras variáveis, forças sociais, elementos objetivos e subjetivos que agem na história, mesmo nos casos particulares. Nesse sentido, acreditamos que Lukács consiga avançar no campo filosófico, nos fornecendo importantes elementos determinantes para a historicidade do ser social.

Antes de apresentarmos algumas categorias centrais de análise nos faz necessário retornarmos novamente ao método de Marx para respondermos o nosso questionamento sobre o papel das categorias na compreensão e ação no movimento real:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, sua orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece que é correto começar pelo real e pelo concreto, que são as pressuposições prévias e efetivas; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, o que é a base e o sujeito do ato social da produção como um todo[...]. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem[...]. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos cada vez mais tênues até atingirmos determinações mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 1982).

Esta é uma passagem bastante debatida em torno do método marxiano. Para criticar a economia política, Marx define nesta introdução o papel das categorias e conceitos em sua obra. O primeiro elemento, conforme já apontamos, o todo, também, para Marx, é uma apropriação do cérebro humano da realidade, ou seja, é um todo (concreto) pensado. A realidade sempre é mais rica e complexa do que o próprio conhecimento. Assim, o mesmo define o concreto como síntese de múltiplas determinações, como resultado, não como ponto de partida. Marx supera Hegel, que cai na ilusão de conceber como real o próprio pensamento em si. O método marxiano, que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, não é senão a

maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, reproduzi-lo como concreto pensado.

O segundo elemento é a própria historicidade dos conceitos e categorias. Ao utilizar a categoria de *trabalho* como um exemplo das distintas representações e conexões que a mesma teve ao longo da história, Marx apresenta um importante indicativo: rompe com qualquer proposição de leis gerais e eternas para todas as épocas, como alguns marxistas e antimarxistas o qualificaram:

Esse exemplo mostra de maneira clara como até as categorias mais abstratas-precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinada dessa abstração, igualmente produto das condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas (MARX, 1982.).

Estes dois elementos evidenciados merecem a atenção dos historiadores. Mais do que iniciarmos uma pesquisa com grandes conclusões, conceitos fechados e ideias preconcebidas, temos a obrigação de desvendar as aparências e as armadilhas que a realidade nos oferece na sua complexidade. Por isso, as contradições devem ser o ponto de partida, os conflitos e o próprio movimento do qual a história é dotada. Diante dessas considerações, também nos parece válido problematizar visões dentro do marxismo, enquanto uma filosofia da história.

2.5 HÁ UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA MARXISTA?

Além do chamado “determinismo econômico”, existe outra questão polêmica entre marxistas, antimarxistas, leitores apressados de Marx e curiosos. O marxismo é uma Filosofia

da História? Isto é, o marxismo busca o conhecimento das leis gerais que determinam as sociedades ao longo da história? Seria cômodo para o estudante que escreve este trabalho selecionar uma parte da rica tradição marxista com que se identifica mais e responder a esta questão de acordo com seus pressupostos. Contudo, é inegável que a interpretação do desenvolvimento do método e ideias de Marx foi, enquanto uma Filosofia da História, muito forte entre os marxistas, desde os contemporâneos do pensador comunista.

Estes elementos interpretativos se intensificam, ainda mais, através da “oficialização” ideológica do marxismo via era stalinista na URSS. Selecionamos este trecho de um livro de Stalin comentando sobre esta questão:

Ora, se o mundo é cognoscível e nossos conhecimentos sobre as leis que regem o desenvolvimento da natureza são conhecimentos verdadeiros, que têm valor de verdades objetivas, isto quer dizer que também a vida social, o desenvolvimento da sociedade são suscetíveis de serem conhecidos; e que os dados que a ciência nos proporciona sobre as leis do desenvolvimento social são dados verídicos, que têm valor de verdades objetivas.

Isto quer dizer que a ciência que estuda a história da sociedade pode adquirir, apesar de toda a complexidade dos fenômenos da vida social, a mesma precisão que a biologia, por exemplo, oferecendo-nos a possibilidade de dar uma aplicação prática às leis que regem o desenvolvimento da sociedade (STALIN, 1945).

A breve passagem já indica alguns indícios importantes da concepção de marxismo da era Stalinista. O primeiro elemento mais latente é a centralidade da busca pelas leis gerais que movimentam a história das sociedades, com uma grande aproximação metodológica com as ciências naturais. O materialismo histórico, neste esquema, é visto como um mero momento de aplicação do método dialético, que por sua vez, se caracterizava pela contraposição ao idealismo, sendo o *mundo das ideias* uma derivação da economia. Para além desta passagem, esta compreensão do marxismo transforma a história em uma única fórmula de leis gerais das sociedades.

O stalinismo talvez sintetize com maior intensidade a influência positivista em determinada parte do pensamento marxista. O fato de que, pela primeira vez na história, o

marxismo tenha sido uma ideologia oficial de Estado potencializou elementos de conservação de um *status quo* na visão de mundo comunista. No entanto, identificamos que estes elementos filosóficos e políticos já se faziam presentes na cultura marxista desde os contemporâneos de Marx, passando pela II Internacional e os próprios bolcheviques, questões que iremos analisar brevemente no capítulo seguinte.

Mesmo com estas debilidades e limites, uma reconhecida parte da tradição marxista recuperou parte de um dos legados centrais da obra revolucionária de Marx e Engels: o pensamento dialético “casado” com incansável historicização das sociedades e seus modos de vida, tendo como perspectiva a práxis como elemento central desta visão de mundo, isto é, a unidade da teoria com a prática revolucionária.

Dentro do debate mais amplo, sobre a história ser guiada por leis genéricas ou não, poderíamos responder com autores contemporâneos marxistas, com o chamado *marxismo ocidental*, ou com autores que bem traduziram as reflexões teóricas com a prática, como Lenin, Gramsci ou Lukács. Mas optamos por uma resposta de Marx sobre este tema, que já era polêmico em sua época:

Mas é muito pouco para o meu crítico. Ele tem absoluta necessidade de transformar o meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental numa teoria histórico-filosófica do caminho geral, fatalmente imposto a todos os povos, se qualquer que sejam as circunstâncias históricas em que eles se encontrem, para chegar finalmente a essa formação econômica que assegura, com o maior desenvolvimento das capacidades produtivas do trabalho social, o desenvolvimento integral do homem. Mas eu lhe peço desculpas, ele quer, ao mesmo tempo, me prestar demasiadamente homenagem e me ofender bastante (MARX, 2013).

Nesta carta, Marx protesta contra a generalização do seu método,⁸ mesmo identificando tendências históricas na gênese do desenvolvimento econômico. Ele nega a transformação de sua proposição em uma filosofia *racionalista* do progresso encontrada em Hegel, só tendo como diferença o pressuposto econômico. A própria caracterização de

⁸ No caso, a carta era uma resposta à tentativa de generalizar a acumulação prévia de capitais na Inglaterra para a Rússia.

classicidade, em Marx, é histórica, justamente por estas estruturas não serem eternas, mas fruto de determinada formação, de fase determinada.

Esta unidade estrutural-histórica em Marx nos remete a outro elemento crucial para compreendermos a sua revolta em relação à transformação de seu método em uma filosofia da história. Em Marx, desde a *A Ideologia Alemã*, com maior ênfase, indica-se a tendência de internacionalização da história da humanidade como uma especificidade do capitalismo. Pela primeira vez, temos o estabelecimento de relações das mais diversas e interligadas entre os distintos povos. Para Lukács, desta condição objetiva do desenvolvimento é que poderá surgir a ideia de um “gênero humano” na história, visto que esta não seria mais algo local e específico de cada povo, mas total, interligada entre os mesmos (LUKÁCS, 1979).

No entanto, contraditoriamente, esta história global do capitalismo imprime uma tendência desigual e combinada em seu desenvolvimento. Suas sínteses são produto da ação de diversos complexos e elementos objetivos, como a luta de classes, o grau de desenvolvimento das forças sociais produtivas, grupos, e até mesmo o acaso imprevisível na história. Esta rica compreensão elimina qualquer indício de linearidade, teleologia e reducionismo na compreensão de história na cultura marxista.

2.6 OS INTELLECTUAIS E HEGEMONIA EM GRAMSCI

Um dos pensadores marxistas do último século que melhor analisou e compreendeu a complexa relação entre ideias, indivíduo e realidade material foi o fundador do Partido Comunista Italiano: Antonio Gramsci. Diante da derrota política das revoluções operárias nos anos 20 e a ascensão do nazi-fascismo, Gramsci fora o principal dirigente comunista a repensar tática e estratégia da revolução socialista para as chamadas sociedades ocidentais, isto é, onde a dominação econômica e cultural do capitalismo era mais pujante.

A leitura da obra gramsciana, separada do seu histórico na luta de classes e os dilemas do movimento comunista, fez emergir interpretações liberais da mesma. Nesta leitura, tendo o italiano Norberto Bobbio⁹ como expoente, Gramsci se tornara o filósofo das superestruturas, defensor da sociedade civil e da luta por espaços políticos na democracia liberal.

Contudo, ao destacarmos o contexto histórico-concreto de suas formulações, compreendemos como a construção do aparato conceitual gramsciano estava subordinada à redefinição da estratégia revolucionária nos países com capitalismo mais desenvolvido. Isto se torna notório ao identificarmos as principais preocupações de Gramsci ao longo de sua obra.

Segundo a historiadora Virgínia Fontes, o comunista italiano, além de buscar desvendar como se organizava e se exercia a dominação das classes nos países centrais, também investigava sob que condições os grupos dominados realizavam suas lutas, direcionando-as para a superação do capitalismo (FONTES, 2011).

⁹ Ver: (BOBBIO, 1999).

Nesse sentido, a questão da hegemonia em Gramsci merece uma atenção especial. Em Lenin, a hegemonia se encontra intimamente ligada ao sentido de dar direção a um determinado processo. Gramsci amplia este entendimento quando determinada classe, dominante no plano econômico e no plano político, difunde determinada visão de mundo. A classe dominante hegemoniza, portanto, toda uma sociedade, calcada em um bloco histórico de forças sociais e “superestruturas” políticas, por meio de ideologia e cultura.

A unidade totalizante entre mundo material e mundo das ideias nos remete a uma antiga passagem de Marx em *A ideologia Alemã*, em que o autor define a ideologia burguesa como a capacidade da burguesia de transformar seus interesses particulares de classe em universais, para toda a sociedade.

Para intérpretes de Gramsci, como Luciano Gruppi, o conceito de hegemonia, no pensador italiano, é central para o entendimento das sociedades, em especial no capitalismo desenvolvido. Essa hegemonia seria desenvolvida através de duas premissas básicas: 1) do consenso social, nascido historicamente do prestígio obtido pelo grupo dominante em função de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) da coerção estatal, que assegura legalmente a disciplina e a ordem das classes dominadas (GRUPPI, 1978).

Regressando à compreensão das categorias em Marx, podemos compreender também esta proposição de Gramsci. O conceito simples se desenvolve, podendo ficar mais complexo ou não, conforme a própria historicidade. Através do estudo das sociedades com o capitalismo desenvolvido, Gramsci amplia o conceito de hegemonia justamente por identificar formas de obtenção de consenso ampliadas ao Estado *strictu sensu* no seio da chamada *sociedade civil*.

Sabemos que, dentro da tradição liberal, a controvérsia das dicotomias não é superada: o Estado é apresentado como um ente abstrato, um regulador de tensões sociais e

deformações da natureza humana. Gramsci, ao ampliar a compreensão do Estado, conseguiu associa-lo às complexas teias das relações de poder na sociedade capitalista. Assim, o Estado é um resultado histórico da luta de classes, sendo a sociedade civil a principal arena desta luta. Trata-se de uma compreensão totalizante da dinâmica social e política, unitária e orgânica. O aparato gramsciano pode nos ajudar a desvendar o que seria a “relação dialética” entre a base econômica e infraestrutura social enfatizada por Engels no final de sua vida.

Para Sônia Mendonça, dentro das venturas e desventuras do conceito de sociedade civil, o cerne deste conceito em Gramsci refere-se à organização e à produção de vontades coletivamente organizadas, implicando visões de mundo, consciências sociais e formas de ser adequadas – ou opostas – aos interesses da burguesia.

A organização e a luta entre essas vontades consistem em um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, instâncias de associação voluntária, diversas de empresas e instituições estatais, dotadas de formatos variados que vão desde clubes a jornais, associações de moradores, revistas, etc. que espelham a própria complexificação da sociedade capitalista e a pluralização dos interesses nela presentes, tanto de grupos dominantes, quanto de grupos dominados.

Contudo, estas “vontades coletivas” não pairam no ar, pois se relacionam com interesses econômicos. Os intelectuais seriam os organizadores desta unidade orgânica entre base econômica e luta política, como nos alerta Mendonça:

Um dado, todavia, os unifica: todos são formas organizativas que se referem às formas de produção econômica (infraestrutura) e política (Estado), ainda que sua atuação seja basicamente cultural, ou seja, a busca de organização de vontades coletivas, calcadas em valores e eticidade próprios, em prol da afirmação de projetos – de mudança ou conservação – que se tornem hegemônicos. Daí a importância dos intelectuais, responsáveis tanto pela organização das vontades coletivas, quanto pela estruturação do convencimento para o exercício da hegemonia ou contra hegemonia. Cabe ainda ressaltar que a sociedade civil em Gramsci quer em seu registro de conjunto de aparelhos privados incumbidos da articulação do consenso, quer em seu registro de espaço da atividade econômica, que jamais foi por ele descartado,

contém uma relação de unidade-distinção com a sociedade política, ou seja, configurando o Estado Ampliado ou Integral (MENDONÇA, 2013).

Neste viés, para Gramsci, os intelectuais não são um grupo social autônomo, justamente por estabelecerem um quadro de análise de unidade orgânica contraditória entre o mundo material e da cultura. No caso histórico de edificação da sociedade burguesa, a mesma cria intelectuais, tanto na esfera técnica da produção econômica, como no campo político-cultural, o que garante homogeneidade à classe dominante e à sua direção.

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm a função de intelectuais. Formam-se, assim, historicamente, através da complexidade da divisão social do trabalho, especialidades para o exercício da função intelectual e a conexão com grupos e classes sociais, tendo como premissa metodológica a questão da totalidade das relações (GRAMSCI, 2000).

Gramsci, tanto na conceituação quanto na historicização, diferencia os intelectuais tradicionais, vinculados a formações sociais anteriores (no caso pré-capitalista) – como, por exemplo, os eclesiásticos no período absolutista, que detinham do monopólio das “superestruturas” - e os “orgânicos”- que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo.

Além da diferenciação de vínculos com determinada formação social, Gramsci indica que os intelectuais orgânicos têm no capitalismo uma relação mais estreita com a produção, ao passo que os intelectuais tradicionais têm uma relação mais mediatizada, que se dá através da política. O que, mais uma vez, se relaciona com o caráter dos modos de produção enquanto em formações pré-capitalistas, a exploração do trabalho se deu por mecanismos extra econômicos. No capitalismo, a exploração está no bojo do próprio processo da produção.

Analisando a formação dos intelectuais orgânicos, sempre articulando com a disputa de hegemonia na sociedade, Gramsci vê o partido político moderno como um catalisador desta disputa e formação. Para o pensador italiano, todos os membros de um partido político são intelectuais: um comerciante, industrial ou operário não entra em um partido para aprender ou produzir técnicas específicas para sua função na divisão social do trabalho, mas por questões gerais políticas nacionais e internacionais.

Segundo o autor, para determinados grupos sociais, o partido político nada mais é do que o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos. Esta contribuição de Gramsci nos parece extremamente útil para compreendermos o caminho e projeções políticas de Caio Prado Júnior e outros intelectuais comunistas. Compreender Caio Prado como um intelectual orgânico que disputa hegemonia na sociedade brasileira nos parece vital, apesar de o peculiar processo de desenvolvimento do capitalismo e organização da cultura no Brasil, algo que iremos levar em conta.

Mesmo com origens ligadas a forças conservadoras (o latifúndio) no Brasil, Caio Prado, desde os anos 1930, se vinculou à principal organização política e operária da época, o Partido Comunista (PCB), organizou uma ampla articulação entre intelectuais brasileiros progressistas através da *Revista Brasiliense*, espaço através do qual, mesmo sem entrar em confronto direto com a linha partidária, procurou influir nos rumos econômicos, culturais e sociais da política brasileira. Ainda que tenha permanecido formalmente fora da universidade, Prado também influenciou na academia.

Estes compromissos e vínculos fazem com que nos utilizemos do conceito de intelectual orgânico para melhor compreender parte de nosso objeto, tendo como principal referência a sua militância no PCB. A relação entre intelectuais e partidos políticos, teoricamente já mencionada por Gramsci, será utilizada na presente dissertação:

Aliás, pode-se dizer que, no seu âmbito, o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que, através da participação na vida estatal, ocorre apenas mediocrementemente ou mesmo nunca (GRAMSCI, 1982).

Esta gama de pressupostos e instrumentos teóricos, essenciais na compreensão e na elaboração desta pesquisa monográfica, nos permite aliar às aparências de uma análise de textos-discursos, construídos ao longo da sua militância entre os anos 40 e 60, uma histórica prática social¹⁰ desenvolvida por Caio Prado.

Sentimos a necessidade de historicizar as práticas, as contradições e os diversos elementos deste sujeito em seu contexto, que esteve profundamente vinculado à história dos comunistas e a derrota política do PCB e das forças democráticas de esquerda no Brasil, em 1964. Esse é o nosso desafio: ao compreendermos o indivíduo e suas ideias como pertencentes às condições sociais-históricas.

¹⁰ Ver: (FAIRCLOUGH, 2001)

3. O PCB E AS SUAS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES DA REALIDADE BRASILEIRA

Machado de Assis escreveu em uma pequena crônica para o jornal *Gazeta* de notícias no final do século XIX, na qual relatava a interceptação pela polícia de uma carta de um socialista que esteve aqui no Brasil um dia antes. Na carta, o personagem russo Petroff relata ao seu Comitê sua ida ao Clube Socialista no Rio de Janeiro e a felicidade por achar que fosse uma célula do movimento socialista europeu, sem entender o quanto distante as ideias de Babel, Cabet, Proudhon e do, como se relata no conto, "incomparável" Karl Marx estariam da realidade brasileira, na época o único país que conservava relações escravistas nas Américas.¹¹

É bem verdade que um dos argumentos mais fortes das classes dominantes no Brasil fora de que as ideias socialistas e comunistas seriam distantes e avessas à realidade brasileira, inaplicáveis à dinâmica política e cultural do país. Um dos fundamentos do discurso anticomunista é a taxaço de que estas ideias e organizações são "organismos estranhos" às particularidades e interesses "nacionais".

Roberto Schwarz introduziu a tese das "ideias fora do lugar"¹² no debate acadêmico. Ele formulou uma equação que combinava a interpretação dos particularismos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em que a relação do passado escravista se combinava com o influxo das ideias liberais no país. Segundo Schwarz, o vínculo do modo de produção interno com o capital mundial, sobretudo na época imediatamente anterior e

¹¹ Ver: (ASSIS, 1998)

¹² Essa tese recebeu alguns questionamentos. A mais divulgada é a de Maria Sylvia de Carvalho Franco. A autora afirma que se as "ideias fossem fora do lugar" não teria como certas ideias se propagassem, fossem "funcionais" e se perpetuassem na realidade social brasileira. O pensamento liberal não seria incompatível com a escravidão. Franco associou a teoria de Schwarz com a teoria da dependência, no que tange a caracterização que tal teoria faz da relação entre antigas metrópoles e colônias, os pólos centrais e periféricos do capitalismo, como de oposição e até incompatibilidade. Para maior aprofundamento ver: (CARVAHO FRANCO, 1976)

posterior à independência, levou o bloco de classes dominantes no Brasil de então-formado pela junção da oligarquia latifundiária e escravocrata com os representantes internos do capital comercial a adotar uma ideologia liberal burguesa (SCHWARZ, 1992).

Viveu-se uma grande contradição no seio do pensamento liberal brasileiro. Por mais que fosse real a demanda na defesa do liberalismo- através da defesa do livre-cambismo, cálculo racional na comercialização dos produtos de exportação, garantia da igualdade jurídico formal entre os membros das oligarquias rural e comercial, etc.- e, em outro nível, expressava também os interesses dos homens livres, mas não proprietários, que viam assegurados pela ideologia liberal seus direitos formais à igualdade com os senhores e sua diferença face aos escravos. Mas, diante da escravidão, da desigualdade natural estabelecida, do trabalho fundado na coerção extra econômica, este liberalismo se apresentava com um conjunto de contradições particulares.

Leandro Konder (KONDER, 2009) ressalta a relação da forma autocrática do desenvolvimento do capitalismo brasileiro com a existência de uma forte tradição conservadora e positivista na vida cultural brasileira, e como esta influi até mesmo nos círculos socialistas e comunistas. Mais do que opções autônomas dos indivíduos, as insuficiências teóricas e o ecletismo entre os primeiros comunistas brasileiros foram mais uma consequência às pressões das determinações econômicas e políticas do desenvolvimento social brasileiro.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, não é possível compreender a problemática da cultura brasileira sem examinar algumas características dos nossos intelectuais ligadas ao desenvolvimento específico do capitalismo no Brasil (COUTINHO, 2011). A questão que suscitamos é de que modo a vida cultural no Brasil e suas ideias sociopolíticas se articulam com a formação econômica do país?

O Brasil foi formado no bojo da expansão colonial, hegemônica pelo capital mercantil, um dos desdobramentos que aceleraram a transição feudo capitalista na Europa. O objetivo central do colonialismo consistia em extorquir valores de uso produzidos pelas economias não capitalistas dos povos colonizados com a finalidade de transformá-los em valores de troca no mercado internacional. A subordinação dessas economias “periféricas” ao capital mercantil metropolitano se dava no terreno da circulação: era, para usarmos um conceito de Marx, uma subordinação formal, que mantinha essencialmente intocado o modo de produção do povo colonizado.

Não havia em nosso território uma formação econômica-social que, mesmo primitiva, fosse capaz de fornecer excedentes de vulto ao processo de circulação do capital mercantil colonialista. O problema, assim, era o de criar um aparelho produtivo (empresa colonial) que se articulasse diretamente com o mercado mundial. Mas o fato de que o modo de produção vigente na era colonial tivesse sido posto e repostado pelo movimento internacional do capital não significa, como pensa grande parte dos seguidores da escola caiopradiana, que se tratasse de um modo de produção capitalista, ainda que “imperfeito” ou “incompleto”.¹³

Como bem assinalou Maurice Dobb (DOBB, 1986), uma das características centrais do capitalismo é a economia valor-trabalho, baseada no trabalho livre e na produção de mais valia para a classe capitalista. Seguindo os indicativos de Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso, fora o escravismo a marca determinante da formação social brasileira. Contudo, o escravismo colonial estava subordinado à lógica geral e contraditória da chamada acumulação prévia de capitais.

Outra determinação essencial para a vida cultural brasileira foi a de ordem política, gerada através da articulação entre as classes dominantes e o poder político ao longo da

¹³ Essa interpretação, a qual discordamos, sobre o passado colonial brasileiro se apresenta de maneira mais sistematizada na importante obra de Fernando Novaes. Ver: (Novais, 1989)

história do Brasil, em que as mudanças sempre ocorrerem "pelo alto", através de saídas pactuadas entre os detentores do poder econômico, secundarizando a participação popular (vide a independência, abolição da escravidão, proclamação da república, revolução de 1930, etc.).

A consequência mais visível destas determinações sócio históricas é a desigualdade na vida cultural brasileira. Enquanto as classes dominantes encontraram com relativa facilidade os seus representantes ideológicos ou os seus "intelectuais orgânicos", as camadas populares foram frequentemente excluídas e lutam com grandes dificuldades para dar uma figura sistemática e autônoma dos seus anseios.

Segundo Coutinho (COUTINHO, 2011), o desenvolvimento capitalista conservador e centrado nas relações estatais, no Brasil, incentivou a cooptação de intelectuais, não para se colocarem diretamente a serviço das classes dominantes enquanto ideólogo, mas a cooptação induzia o intelectual, através de várias formas de pressão, a optarem por formulações culturais "neutras" e aparentemente mais amplas. O clima asfixiante para o desenvolvimento cultural no Brasil fez Coutinho se lembrar de uma expressão utilizada por Lukács para classificar o processo brasileiro: "intimismo à sombra do poder."

Não por acaso, é comum na história cultural brasileira a presença de diversos intelectuais conservadores defensores abertamente de uma ordem autoritária e elitista, como Oliveira Vianna, Farias Brito, Gilberto Freyre, Miguel Reale, dentre outros.

Outra importante consequência cultural derivada das pressões oriundas das características singulares do desenvolvimento capitalista no Brasil foi a do ecletismo. A necessidade das mudanças sociais e o medo "estrutural" das classes dominantes da participação popular fizeram uma enorme pressão objetiva para conciliar ideias da cultura

universal até então inconciliáveis: liberalismo com escravidão, positivismo com agrarismo, dentre outros exemplos peculiares.

Esta pressão da realidade objetiva não afetou apenas os intelectuais ligados, de alguma forma, às classes dominantes, como também os vinculados às camadas populares, inclusive os comunistas.

Em suma, por mais que durante o século XX, a sociedade brasileira se modernizou, e as suas contradições fundamentais progressivamente se pautavam dentro de uma sociedade urbana e industrial, o remanescente econômico e cultural do passado colonial era muito forte.

Por mais que as ideias marxistas estivessem concatenadas com os dilemas do movimento operário brasileiro e de uma parcela da intelectualidade oriunda das camadas médias urbanas, os primeiros comunistas também sofreram por estas pressões objetivas e limitações do seu tempo.

A determinação sócia histórica do desenvolvimento das ideias comunistas e marxistas no Brasil, muitas vezes no campo das esquerdas, foi minimizada e se converteram em interpretações idealistas e reducionistas.

A linha argumentativa quase "consensual" entre os historiadores e cientistas sociais que estudaram a História dos comunistas brasileiros e do pensamento de Caio Prado Jr. reside em três aspectos gerais: 1) O desconhecimento da obra de Marx, Engels e, para alguns, de Lenin por parte dos primeiros comunistas brasileiros; 2) A incapacidade de compreensão os particularismos históricos da formação social brasileira; 3) As influências positivistas, nacionalistas e reformistas entre os comunistas nesse primeiro período.

Para muitos, a "superação" teórica do marxismo brasileiro¹⁴ estaria entre os intelectuais formados pela Escola Paulista de Sociologia da USP.¹⁵ Muitos destes, inclusive, anos mais tarde fizeram parte da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais tarde, do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB).

No entanto, sabemos que a tradição comunista, tendo como grandes expoentes e sistematizadores teóricos Marx e Engels, é muito mais do que um instrumental teórico-crítico para se compreender a realidade. O Comunismo, ainda mais no século XX, representou a conjugação de uma visão de mundo: a produção de uma cultura própria e seus intelectuais, com as grandes lutas e experiências políticas das classes trabalhadoras.

Sendo assim, nesse capítulo enveredamos pela busca das determinações sociais nos primeiros anos do marxismo no Brasil, algo fundamental para se entender o ambiente em que alguns intelectuais comunistas são formados, as relações das ideias produzidas por comunistas com a formação social brasileira e as leituras críticas sobre este processo.

O espaço concreto onde se desenvolveu a recepção do marxismo e as primeiras tentativas de interpretação marxista da realidade brasileira fora no Partido Comunista (PCB), extremamente sintonizado com as diretrizes políticas, organizativas e teóricas com a Internacional Comunista (IC), nem por isso um partido pouco sintonizado com as particularidades brasileiras. Este é o tema do capítulo II, as determinações sociais dos

¹⁴ Cabe ressaltar novamente a visão política positiva, no geral, sobre o pensamento de Caio Prado como uma exceção no seu tempo (Recúpero, 2000). Como também, a partir de uma perspectiva distinta, mas com influência considerável entre os marxistas que estão na academia brasileira, os trotskismos também construíram estudos e avaliações sobre a atuação dos comunistas nesse período. A crítica ao etapismo, a insuficiência teórica e o atrelamento ao pacto "populista" são pontos em comum em seus estudos. As formulações de Mario Pedrosa e Lívio Xavier (dissidentes do PCB), as quais criticavam as ilusões com a revolução democrática burguesa do PCB, são revitalizadas positivamente por estudiosos trotskistas. Para maior aprofundamento ver: (COGGIOLA, 2003).

¹⁵ Grupo de Uspianos que se articularam em torno da cadeira de Sociologia I, chefiada por Florestan Fernandes. Sem dúvida, a chamada escola sociológica paulista marcou o encontro dos primeiros estudos sobre a obra de Marx e de autores marxistas com a universidade. Desse grupo derivou-se importantes intelectuais brasileiros, com posicionamentos políticos e ideológicos variados, como Fernando Novaes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Iani, Francisco Weffort, Florestan Fernandes, dentre outros.

primeiros anos do marxismo brasileiro através da prática e teoria da revolução brasileira do PCB.

3.1 UM MARXISMO "SEM" MARX.

Marx é um dos pensadores mais influentes de toda história da humanidade. Durante os séculos XIX e XX, sua fama percorreu os cinco continentes. Sua crítica devastadora à sociedade pautada pela lógica do capital e o crescente movimento operário europeu inspiraram milhares de grupos e organizações populares por todo mundo.

Contudo, nos arriscamos a afirmar que a vida e obra de Marx ainda são muito pouco estudadas e conhecidas na sua totalidade. Muitos escritos, manuscritos, cartas e estudos estão vindo ao conhecimento do grande público apenas nesta última década. Obras fundamentais para a compreensão global dos estudos de Marx e Engels como *A Ideologia Alemã*, os *Manuscritos Econômicos filosóficos* e os *Grundrisse*¹⁶ foram apenas publicadas na primeira metade do século XX e em idiomas pouco "universais", como o russo e alemão.

No Brasil, o desenvolvimento histórico autocrático freou ainda mais a recepção das grandes obras de Marx, Engels e outros grandes ícones da cultura marxista. Pensadores como Gramsci e Lukács chegam ao conhecimento de pequenos círculos intelectuais brasileiros nos anos 50, o livro I de *O Capital* a grande obra de Marx, é publicada apenas nos anos 60, a

¹⁶ Os *Grundrisse* efetivamente começa a circular pela Europa nos anos 60, no Brasil, apesar do conhecimento de alguns intelectuais estes manuscritos de Marx só é publicado na íntegra em 2011, pela editora Boitempo. Já "A Ideologia Alemã" e os "Manuscritos econômicos e filosóficos" foram um pouco mais difundidos, publicados em 1932 na URSS. Segundo Lukács, a leitura dos Manuscritos fora tão importante, que "mudou toda sua relação com o marxismo e transformou a sua leitura filosófica."

partir de esforços individuais liderados por Ênio Silveira e a sua editoria, a Civilização Brasileira.

Caio Prado Júnior, segundo Leandro Konder, em seus iniciais estudos de marxismo, em 1935, apontou quais os livros necessários para uma cultura socialista. Estes seriam: *Nikolai Bukharin, Teoria do Materialismo Histórico*, trad. Caio Prado Júnior.; *Lapidus e Ostrovittanov, Précis d'Économie Politique*; *George Plekhanov, Questions Fondamentales du Marxisme*; *Vladimir I. Lenin, O Imperialismo, Última Etapa do Capitalismo*; *Ibid., O Estado e a Revolução*; *Anton Merger, L'État Socialiste*. Detalhe: nenhuma das obras citadas era de Marx (KONDER, 2009)!

No entanto, o pouco conhecimento da obra de Marx e, principalmente, seu método por parte das primeiras gerações de comunistas brasileiros não inviabilizou as tentativas de construção de uma cultura marxista para interpretação e intervenção na realidade brasileira. Essa afirmação pode soar polêmica e incoerente para alguns setores marxistas contemporâneos que tendem a idealizar e sacralizar as ideias de Marx, como se o conhecimento prévio do método e da teoria revolucionária fosse o **único determinante** para o acerto na intervenção política. Obviamente, como bem nos lembra Lenin, a teoria revolucionária é vital para a prática revolucionária. Contudo, não é a única determinação para o fazer-se história de uma organização política.

A tão comentada fragilidade teórica das primeiras gerações de comunistas brasileiros deve ser estudada e apontada com maior concretude, para realmente identificarmos em que ponto estas limitações foram determinantes para o insucesso da análise da situação concreta, ou, também, ressaltarmos a importância do legado destas gerações para se interpretar e agir em uma realidade com fortes traços particulares não desenvolvidos ainda pelo marxismo.

Marx e Engels não foram os primeiros comunistas na história contemporânea. Já em 1797 em meio à instabilidade do Diretório na condução da Revolução Francesa, a Conspiração dos Iguais liderada por Babeuf tentou tomar o poder. Essa conspiração derrotada e reprimida pelos girondinos, foi considerada por alguns estudiosos como precursora do socialismo contemporâneo (MOLON, 2002). Profundamente crítica e contrária à propriedade privada dos meios de produção e aos valores individualistas do liberalismo, a conspiração dos iguais simbolizou uma nova fase da luta de classes na Europa, cuja polarização começaria a ser marcada entre a Burguesia e o crescente proletariado. Até então, o comunismo era uma utopia oriunda dos meios operários.

Nos anos de 1840, através de Marx e Engels, o comunismo contemporâneo se encontra com o mais eloquente da cultura universal até então: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês¹⁷. A crítica positiva a estas partes da cultura universal produziu uma rica síntese, uma nova visão de mundo vinculada à classe operária e ao ideário de emancipação humana. Como já mencionamos, a riqueza desta síntese foi apreendida de diferentes formas por outras gerações, por diversas razões histórico-objetivas que pautaram a escolha dos indivíduos.

Mesmo assim, existem traços comuns na plural tradição marxista. Como destaca Netto (Netto, O que é marxismo., 1985), há três elementos, com graus diferenciados, que pautam as análises entre os mais diferentes grupos marxistas: o método materialista histórico, a economia valor trabalho e o compromisso com a Revolução. Apesar da chamada "crise dos marxismos" e as críticas à paralisia teórica no segundo terço do século XX, em virtude do fenômeno estalinista, acompanhamos uma renovação entre os marxistas e sua produção teórica.

¹⁷Lenin em *As três partes e as três fontes constitutivas do Marxismo* (1913) identifica muito bem este encontro. Ver: (LENIN, 2006).

Esta renovação está cada vez mais concentrada em questões "superestruturais", até então negligenciadas pelos seguidores do materialismo histórico. A produção marxista se descolou gradativamente dos partidos operários e movimentos populares para estar mais presente na institucionalidade acadêmica em países democráticos liberais.

A escrita, os temas e as questões ficaram cada vez mais sofisticadas, como também cada vez mais subordinadas à divisão intelectual do trabalho. O estudo do Estado restrito e ampliado, a lógica da indústria cultural, estética, literatura, psicologia e a subjetividade dos indivíduos e o caráter das crises no capitalismo contemporâneo são alguns exemplos dos temas desta renovação¹⁸. A renovação marxista, identificada por Perry Anderson como o chamado "marxismo ocidental" (ANDERSON,1989), forneceu os subsídios teóricos para a resistência da atual geração de marxistas resistirem à derrota política do socialismo no século XX e aos ataques da ideologia pós-moderna.

Estes subsídios advindos do marxismo ocidental se caracterizam por um conhecimento mais amplo da obra de Marx, em especial, suas obras e escritos de juventude e a valorização do método marxiano para as análises dos fenômenos sociais.

Esta retrospectiva geral recente da história do marxismo, nos permite compreender o porquê da ênfase dada por muitos historiadores e cientistas sociais sobre o desconhecimento dos primeiros intelectuais e militantes comunistas do pensamento de Marx. Mas o que investigaremos é justamente uma pergunta inversa, o que Marx tinha dito sobre países periféricos e coloniais como o Brasil? Quais os impactos do marxismo europeu, principalmente a III Internacional neste início?

¹⁸Mandel, Mészáros, Chesnais, Husson, os historiadores marxistas ligados à História Social Inglesa, Althusser, a Escola de Frankfurt, Ellen Wood, Foster, dentre outros fazem parte desta renovação no marxismo.

3.2 MARXISMO E AS REVOLUÇÕES NA PERIFERIA

Uma das características das interpretações contemporâneas da obra de Marx é a ênfase dada à construção filosófica do seu pensamento, a complexa relação entre estrutura e história (movimento) na sua caracterização da lógica do capital, aos estudos sobre as crises no capitalismo, dentre outros. Nos parece que, com toda a sofisticação e importantes contribuições, há um afastamento de um elemento central na vida e obra de Marx: a centralidade da luta revolucionária, ou seja, a disputa pelo poder na sua raiz como algo fundamental para a transformação do mundo.

Na parte final de *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmaram que os proletários não teriam nada a perder no mundo, a não ser as correntes que os aprisionam (MARX & ENGELS, 2005). Dentro do contexto do século XIX esta frase fazia grande sentido, as revoluções burguesas, politicamente, ajudaram a construir uma Europa ocidental fundada na grande indústria, urbana com grandes centros populacionais e com uma crescente desigualdade social.

A classe operária vivia em condições subumanas, sem amparo governamental, com longas jornadas de trabalho e baixos salários. O contraste com a revolução produtiva da sociedade burguesa fez ficar escancarado aos olhos de todos a contradição entre a socialização da produção e o acúmulo privado das riquezas sociais¹⁹. A chamada "questão social" surge com o capitalismo industrial, tamanha desigualdade faz incomodar até mesmo setores da burguesia. A possibilidade de novas revoluções sociais fazia parte do imaginário da época entre os diversos setores sociais.

¹⁹ Ver: (ENGELS, 2008.)

O capitalismo, através das revoluções burguesas na Europa, destruiu as relações senhoriais-feudais, formou um mercado mundial através da divisão internacional do trabalho, pela primeira vez transformou a história, em uma única história geral e interligada. À luz das contradições histórico-objetivas, Marx e Engels identificaram os elementos progressivos trazidos pela emergência do capitalismo, contudo, ressaltando as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e as relações sociais de produção. Por consequente, estas contradições estariam mais acirradas e sentidas no centro deste modo de produção, ou seja, na teoria revolucionária de Marx e Engels os países com o capitalismo mais desenvolvido cumpririam papel central.

A Revolução proletária, para Marx e Engels, cobriria toda uma *época histórica* (MARX,2008); seria um processo longo-não um ato, em escala planetária: mas, no começo desse processo, como condição essencial da sua abertura, situava-se a vitória da revolução nos países mais desenvolvidos economicamente. E, embora Marx e Engels não concebem em nenhum momento que essa vitória fosse produzir-se simultaneamente, visualizavam-na como uma sucessão de revoluções proletárias muito próximas entre si, estreitamente interdependentes.

Mesmo tendo conservado, como tese central, a concepção de que a revolução proletária começaria nos países mais desenvolvidos, incluíam a possibilidade de que revoluções de outros tipos democrático-burgueses, de libertação nacional em países europeus atrasados servissem como prólogo às revoluções proletárias nos países avançados e se fundissem com estas em um único processo revolucionário.

Quando Marx e Engels anunciam a necessidade histórica da época da revolução dos trabalhadores, estão compreendendo a revolução como um longo e estrutural processo de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais nas sociedades.

De fato, superficialmente, o pensamento de Marx parecia algo muito distante das realidades dos países não desenvolvidos. A maior parte dos escritos de Marx e Engels acerca destes é fruto da troca de correspondências, escritos periódicos e alguns rascunhos que serviram de base para estudos posteriores. Tomando esse fato como base da argumentação, uma forte tendência na historiografia, inclusive dentro do marxismo, vê tais obras como meramente circunstanciais, nada além de um meio fortuito encontrado por Marx de ganhar a vida.

Aceitando que, de fato, muitos desses escritos sejam realmente obras não sistemáticas, não nos parece razoável julgarmos esse tema irrelevante no conjunto da obra de Marx, sobretudo se considerarmos a importância que esses estudos teriam para a formulação de aspectos centrais de seu pensamento, a exemplo da elaboração do capítulo XXIV de *O Capital*.

As posições e análises de Marx e Engels sobre os países não desenvolvidos, dentre eles os coloniais, oscilam de acordo com a conjuntura da luta de classes na Europa do século XIX e o acúmulo teórico destes pensadores. Em 1848, no auge dos levantes operários da "primavera dos povos" na Europa, Marx e Engels desenvolvem uma visão de exaltação do progresso do desenvolvimento das forças produtivas modernas e na conformação do mercado mundial, conforme passagem em *O Manifesto Comunista*:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, inclusive as mais bárbaras. (...). Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-se a abraçar a chamada civilização, isto é, se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (ENGELS & MARX, 2005).

E complementam:

Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, [a burguesia] subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (Ibid.).

Apesar de em nenhum momento negarem as contradições do desenvolvimento mundial do modo de produção capitalista, Marx e Engels aperfeiçoariam esta tese, ao aprofundar seus conhecimentos e estudos, especialmente Marx, de economia política. Esta visão, ocultava a possibilidade de captar as contradições da dominação colonial na ordem burguesa. Além disso, nestas primeiras análises teóricas-políticas de Marx, há certo determinismo na relação entre crises capitalistas e a eclosão de revoltas e revoluções, questão que foi reparada com os seus estudos de economia política e a análise da expansão do modo de produção capitalista²⁰.

Nesta primeira fase, ambos os pensadores estavam profundamente envolvidos com a onda revolucionária na Europa, tendo em 1848 o seu ano mais expressivo. Em 1850, ao redigir a *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, Marx caracterizava a conjuntura como "eminentemente revolucionária", razões pelas quais se dedicaram exclusivamente ao estudo da conjuntura europeia. No texto também se lamenta a falta de autonomia das organizações proletárias frente aos limites contrarrevolucionários da Burguesia. Marx, ao se preocupar sobre a tática e estratégia do movimento operário europeu, desenvolve a noção de revolução ininterrupta (permanente) na época das revoluções proletárias (MARX&ENGELS, 1977).

Os anos de 1850, são extremamente difíceis para o movimento operário europeu e, pessoalmente, para Marx e Engels, pois o refluxo da onda revolucionária afeta diretamente as reflexões dos fundadores do marxismo. Nessa década, em meio às dificuldades financeiras, Marx aprofunda seus estudos de economia política.

Até então, conforme já mencionamos, era comum certo determinismo na relação entre as crises econômicas e revoluções nas análises do pensador alemão. Em seu balanço sobre as

²⁰ Para maior aprofundamento ver: (PEREIRA, 2015). Sobre as análises internacionais de Marx e Engels, incluindo a países da periferia do capitalismo, ver: (FERREIRA, 2003).

lutas de classes na França entre 1848-50, o mesmo chegou a afirmar que uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém tão certa como esta (MARX, 2008.).

Após os estudos sobre a crise de 1857²¹, Marx começara a perceber possibilidades revolucionárias para além do centro capitalista da época. Uma das saídas para as primeiras crises do capitalismo fora incorporar novas áreas ao mercado mundial, crises que não necessariamente geraram lutas revolucionárias, questão vista com mais cautela por Marx a partir dos seus estudos críticos à economia política:

A missão particular da sociedade burguesa é o estabelecimento do mercado mundial, ao menos um esboço, e da produção baseada sobre o mercado mundial. Como o mundo é redondo, isso parece haver sido completado pela colonização da Califórnia e Austrália, assim como o descobrimento da China e do Japão. O difícil para nós é isso: no continente, a revolução é iminente e assumirá também de imediato um caráter socialista. Não estará destinada a ser esmagada nessa pequena parte, tendo em consideração que em um território muito maior o movimento da sociedade burguesa ainda está em ascensão? (MARX, 1947.)

O estudo das crises e o papel da periferia na luta revolucionária passou a ocupar mais suas pesquisas na parte final de sua vida. Para alguns eminentes pensadores contemporâneos como Michael Lowy, os escritos de Marx sobre a Rússia (os quais nunca foram publicados além de cartas) representam uma "virada" política e estratégica, que antecipa, de forma surpreendente, os movimentos revolucionários do século XX (LOWY, 2013). Exageros à parte²², acompanhamos o crescente interesse por parte de Marx e Engels por países periféricos e o reconhecimento de outros atores como o campesinato russo, ao longo dos seus embates políticos e a expansão mundial da sociedade burguesa.

Contudo, a estratégia mundial da revolução subordinada à luta nos países com capitalismo mais desenvolvido é mantida, até por que a esmagadora maioria dos movimentos

²¹ A crise de 1857 se tratou da primeira grande crise em escala global. A desaceleração da economia capitalista mundial, em contraste com a expansão da economia doméstica norte-americana baseada na grande oferta crédito, causou pânico financeiro nos EUA e Europa. Marx, concatenado com estes novos fenômenos, percebeu a nova geopolítica do capital, assim como, renovou a sua teoria da revolução.

²² Ver a consistente crítica de Bernardo Soares Pereira a Lowy, em recente dissertação defendida no programa de pós graduação em História da UFF (PEREIRA, 2015).

socialistas foram primeiramente organizados na Europa e nos EUA. Outro legado de Marx e Engels é a mudança na concepção geral dos processos revolucionários contemporâneos. Marx e, em especial, Engels identifica as revoluções proletárias como amplos processos de massas, rompendo com as tradições conspirativas da revolução francesa.

Em 1895, ao prefaciar o *Luta de classes na França*, Engels comenta a relação estabelecida por Marx entre crise econômica e revolução social nesse período, e como ela havia se verificado errada historicamente. Segundo Engels, em 1848 não só ainda não se havia alcançado o nível de desenvolvimento econômico necessário para eliminar a produção capitalista, como também marcaria um período de sua expansão.

Isso relacionava também esse desenvolvimento, em curso desde 1848, com a necessidade de novas táticas a ser utilizadas pelo movimento operário em sua luta pela tomada de poder. A revolução social, muito além da utilização das barricadas, tão frequentes nas lutas até meados do século XIX, deveria ser preparada através de um longo trabalho de massa, para que os operários pudessem atrair para si a grande massa do povo, como os camponeses (ENGELS, 2012).

O proletariado europeu se consolidou como um importante ator político daquelas sociedades através da conquista de direitos sociais, do sufrágio universal masculino e da construção de grandes partidos socialistas de massa. A social democracia alemã, em 1893, chega ao quantitativo de mais de 1 milhão de votos, elegendo 44 deputados - uma das principais forças políticas do país e a grande referência política e teórica para todo o movimento socialista europeu.

Contudo, este crescimento político foi concomitante a uma nova fase de expansão do capital: o imperialismo, caracterizado pela centralização (monopolização) dos capitais, a formação dos grandes oligopólios, e a abertura e disputa de novos mercados. A retomada do

crescimento da economia capitalista nos países centrais amorteceu a intensidade e o acirramento da luta de classes nos países europeus.

Estratégias gradualistas do poder e a luta por reformas dentro da ordem passaram a fazer parte do imaginário dominante entre os socialistas da época. O chamado "reformismo" ganhara expressão teórica com Bernstein e o centrismo de Kautsky que, através do ecletismo teórico, representou o cúmulo teórico-político da Segunda Internacional e o distanciamento gradativo da síntese política e cultural fundante da cultura comunista.

Lenin e Rosa Luxemburgo foram as duas grandes referências de resistência a este processo de descaracterização do movimento socialista internacional. Para estes, o "reformismo" não seria um desvio moral ou mera opção política, mas uma readequação dos partidos operários europeus aos novos padrões de crescimento e acumulação da economia capitalista com o imperialismo (BRAZ, 2011). O "oportunismo" residiria no aproveitamento desta oportunidade conjuntural do regime capitalista conseguir oferecer algumas melhorias para setores das classes operárias europeias, o que Lenin chamou de "aristocracia operária".

Embora ambos tivessem importantes divergências teórico-organizativas, Lenin e Rosa Luxemburgo, ao combaterem o ecletismo e o dogmatismo presentes na II Internacional, abriram novas perspectivas para a tradição comunista. Para o nosso tema em debate, Lenin tivera uma importância fundamental para a reatualização do debate sobre Revolução entre os marxistas. Contudo, alguns especialistas ainda hoje acreditam que existiram grandes diferenças na concepção de revolução entre Marx e Lenin.²³ A teoria política de Lenin e a ocorrência da revolução russa contrariou os prognósticos de Marx no século XIX.

²³ O jovem Gramsci, ao saudar a revolução bolchevique na Rússia, chega a intitula-la de uma "Revolução contra *O Capital* de Karl Marx". Imbuído de combater as tendências fatalistas e deterministas da segunda internacional, o jovem comunista italiano chegou a afirmar que a "Revolução Russa foi feita mais de ideologias do que de fatos." (GRAMSCI, 2007).

Para Lenin, tanto como para Marx e Engels, a revolução socialista, por essência, é mundial, mesmo que a tomada de poder pela classe operária não possa se realizar simultaneamente em todos os países, nem mesmo em vários ao mesmo tempo, salvo raras conjunturas. Esta interdependência mundial teria como base objetiva a expansão mundial do capitalismo. Contudo, a natureza desigual desta expansão foi algo vital para a construção teórica do revolucionário russo.

A estratégia da revolução internacional, em Lenin, se baseava em três tipos de revoluções: as revoluções diretamente socialistas nos países capitalistas avançados (Europa e Estados Unidos); a revolução democrática russa, que, realizando-se quando já existe um proletariado relativamente importante e concentrado, poderá desembocar, sem solução de continuidade, com a ajuda do proletariado ocidental vitorioso, em uma revolução socialista e, o terceiro tipo, as revoluções do Oriente, nas quais, dada a ausência proletária, será obrigatória uma transição democrático-burguesa e anti-imperialista²⁴. O agente-chave na grandiosa combinação de forças prevista por Lenin, assim como Marx, é o proletariado dos países capitalistas avançados.

A base desta convicção seria a percepção das contradições internas da expansão capitalista, o elo mais fraco do sistema imperialista²⁵ e o papel dos países periféricos como a Rússia servindo como "antessala" para a revolução mundial. As contradições provocadas pelo imperialismo aceleraram o amadurecimento da base objetiva comum para uma revolução mundial.

²⁴ Ver: (LENIN, 1977)

²⁵ Acreditamos que o grande mérito de Lenin é conseguir integrar em sua análise o desenvolvimento do capitalismo com as questões políticas relevantes e imediatas do imperialismo. Se utilizando das análises econômicas de Hilferding e Hobson isso fica evidente no curso de sua obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, logo após discutir a questão da exportação de capitais, a qual, na fase de monopolização, assume o papel da exportação de mercadoria, Lenin se volta para a partilha do mundo entre os grupos capitalistas e, conseqüentemente, as potências, internacionalizando o conflito capital x trabalho entre as nações. Somando a esses fatores, o autor consegue atingir o amadurecimento de analisar o imperialismo e suas contradições, a partir de uma compreensão do desenvolvimento desigual do capitalismo como sendo parte do sistema (LENIN, 2008).

A revolução se iniciou onde o nó dessas contradições adquiriu o mais alto coeficiente de explosividade (combinando-se com outros fatores, como a opressão da autocracia tsarista, as contradições entre estruturas capitalistas e pré-capitalistas, a ruína gerada pela guerra, a sujeição das nacionalidades não russas, etc.) e onde, ao mesmo tempo, existia o agente político preparado no nível teórico, político e organizativo: o partido bolchevique.²⁶

Os prognósticos de Lenin pareciam se confirmar: os bolcheviques tomaram o poder na Rússia e conseguem resistir aos planos de desestabilização do regime por parte das potências ocidentais capitalistas, a Europa é varrida por levantes operários na Alemanha, Itália, Polônia, Hungria, etc. O diagnóstico operativo seria criar um grande organismo revolucionário para ser o polo impulsionador desta grande onda mundial. Em 1919, os dirigentes bolcheviques fundam a Internacional Comunista- a III Internacional.

O objetivo da Internacional Comunista, mesmo sofrendo críticas dos Espartaquistas - principal grupo revolucionário alemão-, seria ser o grande partido e exército internacional da revolução. Dada as condições objetivas das disputas interimperialistas, descontentamento do proletariado com a grande guerra e suas consequências e o exemplo da Revolução Russa, os revolucionários deveriam trabalhar para a construção de um instrumento de novo tipo para os trabalhadores de todo mundo - o partido comunista. Para Lênin o êxito da Revolução Russa dependia do sucesso das revoluções no ocidente.

No entanto, pouco a pouco, a onda revolucionária diminuiu: foi derrotada por amplas alianças na Europa Ocidental, inclusive contando com apoio da social democracia. A Rússia Soviética isolou-se, as pressões internacionais aumentaram, mesmo assim, a estrutura da III

²⁶ O tipo de partido proposto por Lenin é objeto de fortes críticas e ponderações até os dias atuais. A leitura ahistórica, seletiva e universalista, foi uma prática comum adotada por diversas correntes do movimento comunista, em especial durante o período stalinista. No entanto, em Lenin, há uma gama de proposições sobre a forma partido de acordo com as conjunturas. Podemos identificar, mesmo assim, alguns vetores comuns como: a crítica ao chamado espontaneísmo, o partido encarado como um mediador universal das lutas do proletariado- educa e se autoeduca com as massas (vanguarda), o internacionalismo e a formação de quadros capazes de impulsionar a revolução das massas.

Internacional continuou. O exemplo da revolução russa mobilizou e incentivou a organização de dezenas de partidos comunistas pelo mundo sob comando da Internacional, inclusive em países periféricos, com uma classe operária pouco numerosa ou inexistente.

Enquanto o movimento revolucionário refluía na Europa Ocidental, cresciam movimentos democráticos e de libertação nacional pelo mundo, algo que chamou a atenção dos dirigentes bolcheviques. Esta nova situação mundial recolocava os debates sobre revolução nos países periféricos.

O Comando da IC, desde o final de 1920, havia voltado seus olhos para o Oriente, implementando a reflexão de Lenin de 1919, feita no II Congresso Panrusso, em que são explicadas suas preocupações em articular o movimento revolucionário do proletariado europeu com as massas oprimidas dos países orientais e com os movimentos de libertação nacional daquelas regiões, procurando, ao mesmo tempo, garantir a ideia da vanguarda operária no comando da revolução mundial - teses produzidas nos debates - com as tendências que priorizavam a ação revolucionária no Oriente e nos países de origem colonial, representadas por Sultan-Galev, da Turquia. Essa guinada para o Oriente, feita decisivamente a partir de 1921 (após o II Congresso da IC e do Congresso dos Povos do Oriente, realizado em Baku, setembro 1920), representou uma tentativa de superar o isolamento da Rússia Soviética, com o refluxo dos movimentos revolucionários da Europa.

O II e III congressos da IC redefinem a importância dos países periféricos para a revolução mundial. Novos debates dissertavam sobre assuntos como os impactos do imperialismo, a questão turca, e novas táticas de frente comuns para recuperar a influência revolucionária entre as massas. As lutas democráticas e de libertação nacional se subordinavam a um programa comum da revolução socialista, uma forma de ampliar as alianças do "isolado" movimento revolucionário, transformar a Rússia Soviética na ponte

entre o "Oriente" e o "Ocidente" e romper com o eurocentrismo sectário ainda presente no interior do movimento comunista.

Bukárin, dirigente russo que muito influenciou a NEP e as formulações do problema agrário no IV congresso da IC, entendia serem os países coloniais e semicoloniais o campo do mundo, sendo, portanto necessária uma aliança mundial operário-camponesa, nos moldes das que se faziam nas repúblicas soviéticas. Contudo, apesar de a organização embrionária em alguns países latino-americanos, até o V congresso da IC em 1924, pouco se debatia e se formulava sobre a realidade destes países no movimento comunista (MAZZEO, 1999).

Além da falta das dificuldades, isolamento e distância para a circulação de informações, o passado colonial, a forte presença indígena em alguns países e da escravidão em outros, eram particularismos complexos para análise e intervenção política seguindo aos moldes do programa da revolução mundial.

Mesmo assim, as notícias, boatos e comentários sobre a revolução bolchevique na Rússia chegaram aos ouvidos de alguns intelectuais, políticos e revolucionários. Foi dentro deste contexto, que se fundou, no Brasil, o Partido Comunista (PCB), que mais tarde se filiara ao Internacional Comunista.

A cultura comunista internacional, que apresentamos sintetizada na tríade método materialista histórico, economia valor trabalho e compromisso com a revolução, ganhou mais um grande aspecto político prático universal no século XX: a referência na Revolução Russa. Essa cultura internacionalista entrou em contato com a luta de setores do pequeno movimento operário e alguns intelectuais no Brasil, dentro de um processo de modernização da sociedade brasileira.

Tal encontro se sintetizou nas primeiras formulações do partido comunista, suas práticas e, conseqüentemente, na formação dos seus primeiros dirigentes, determinado

socialmente também por elementos específicos da formação social brasileira, os quais destacamos os seguintes:

- 1- O legado colonial na sociedade brasileira e a constituição limitada e pouco desenvolvida da sociedade civil, apesar de a crescente formação de organizações de classe, cultura, jornais, nos primeiros anos de República no Brasil. A via “pelo alto” do desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja, preservando a ordem e o pacto entre as classes dominantes, mesmo com modificações na administração estatal e no bloco de poder, repercute na conformação da hegemonia oligárquica no país. Sendo considerada, qualquer incipiente organização política, cultural e costumeira das classes subalternas uma questão de polícia.
- 2- Esta perseguição a qualquer forma de organização dos subalternos não impedira as tentativas de reivindicação e organização dos trabalhadores, visto o alto grau de pauperização e exploração do trabalho, seja no campo ou na cidade (MATTOS, 2009).
- 3- No caso do incipiente operariado urbano brasileiro, a política de ação direta, em termos imediatos, pareceu surtir mais efeito e mobilização. Neste sentido, as teorias anarquistas, em grande parte trazidas por emigrantes europeus, ecoaram bastante no operariado e parte da intelectualidade progressista. Esta influência nos parece mais uma especificidade brasileira, se compararmos o caso brasileiro com países da Europa e até mesmo vizinhos, como Argentina e Chile, onde os partidos de massa da socialdemocracia exerciam maior capilaridade entre os trabalhadores.
- 4- Conforme levantado pelas fontes de Konder, a influência anarquista não se limita a mera recepção dos clássicos europeus, mas as mesmas se misturam com o universo de ecletismo presente no pensamento social brasileiro da época. É possível encontrarmos citações e apologias a autores como: Comte, Spencer, Bakunin e até mesmo Marx em um mesmo escrito da época. Ou seja, mesmo declaradamente contrários à ordem, os anarquistas brasileiros (assim como os comunistas mais tarde) não estavam imunes à

cultura e pensamento dominantes da época, no caso, o cientificismo e o positivismo (KONDER, 2009).

- 5- Seria comum interpretarmos tais elementos como mera aberração e confusão teórica. Contudo, identificamos a absorção destes elementos como formas de legitimação e apropriação de parte destas doutrinas para objetivos imediatos dos militantes. Tal apropriação não é exclusiva neste caso brasileiro, de modo que o próprio pensamento da social democracia europeia sofre, e muito, tais influências.
- 6- São estas as contradições práticas e ideo-culturais no movimento operário brasileiro que se intensificaram no final da década de 10 do século passado. Com a grande repressão aos movimentos massivos grevistas e os impactos da revolução soviética, o movimento operário e progressista brasileiro, em refluxo e enfraquecido, debate e repercute estes elementos prático-teóricos, o que culmina na tentativa de formação de uma nova forma de organização política: o Partido Comunista.
- 7- A fundação do PCB, apesar de pequeno e com pouca capilaridade em seus primeiros anos, significou para a sociedade brasileira mais um sinal da “ocidentalização” da sociedade civil. A criação do Partido Comunista representou a formação pioneira de uma organização à margem e contrária ao Estado Brasileiro. Além disso, tal evento se forjava, enquanto um instrumento nacional e internacional, em um período cujos partidos políticos no Brasil se caracterizavam por uma relação e proposições eminentes locais, representando o interesse das oligarquias.

3.3 OS PRIMEIROS ANOS E INTERPRETAÇÕES DOS COMUNISTAS BRASILEIROS

Muitas vezes, a fundação do PCB é apresentada como um reflexo da Revolução Russa combinando com o refluxo das lutas operárias. Obviamente, um operador político nacional com um conjunto de formulações interpretativas da realidade, como o PCB, não se reduz a influência de um ou dois homens ou tendências de movimentos internacionais.

Contudo, apesar de não nos determos na profundidade que merece o tema, compreendemos a formação do PCB enquanto um processo de experiências e distintas apropriações dos trabalhadores que, com relação às modificações econômicas, sociais e culturais, perpassavam a sociedade brasileira.

A Grande Guerra Mundial, entre 1914-18, facilitou o aumento da industrialização, forçando a produção no Brasil de artigos usualmente produzidos nos países beligerantes. A criação da Companhia Siderúrgica Mineira, em 1917, é um exemplo do crescimento industrial, mesmo sem se contrapor antagonicamente à hegemonia das oligarquias. A industrialização gerava um aumento do número de operários: entre 1907 e 1920, o operariado quase duplicou, e o número de estabelecimentos fabris quase triplicou, se elevando de 3.258 para 9.475 (SODRÉ, 1980).

Em paralelo a este crescimento, as condições salariais eram progressivamente deterioradas. Se as condições de trabalho eram marcadas pela longa jornada, falta de qualquer amparo e regulação social das relações, o aumento dos salários não acompanhava o elevado custo de vida nos centros urbanos, como demonstra a tabela com relação aos salários e custos de vida em São Paulo:

TABELA 1: CUSTO DE VIDA E ÍNDICES DE SALÁRIOS, 1914 – 1921

Ano	Custo de vida	Salários	Ano	Custo de vida	Salários
1914	100	100	1918	144	117
1915	108	100	1919	148	123
1916	116	101	1920	163	146
1917	128	107	1921	167	158

Fonte:
 PINHEIRO, P.S. O proletariado industrial na Primeira República, in: FAUSTO, B. (org), Hist. geral da civiliz. brasileira., v. 9

Não por acaso, o número de sindicatos e greves nos dois principais centros industriais do país na época, Rio de Janeiro e São Paulo, aumentou significativamente, principalmente entre 1917-20. No Rio de Janeiro, o número de greves ocorridas entre 1917 até 1920 é mais que o dobro do número de greves entre 1910-16 (MATTOS, 2009). É sempre importante ter o cuidado com as fontes quantitativas, mas, sem dúvida, estes dados revelam o crescimento e aparecimento político do operariado urbano no país.

As reivindicações dos trabalhadores, que perpassavam pela esfera do econômico, social e político, entravam em conflito com o modelo de administração conservadora e conciliadora entre as classes dominantes do desenvolvimento capitalista no Brasil, o qual resguardava antigas estruturas remanescentes do período escravista-colonial. E, como de costume, o tratamento dado a estas reivindicações dos trabalhadores foi uma extensiva e dura repressão estatal a qualquer forma de organização operária e popular, que se juntou com a falta de preparo político, teórico e tático das mesmas para enfrentar tamanha ofensiva. O que resulta no cenário extremamente complicado para mobilizações operárias e populares no início dos anos 20.

É com estes dilemas que as desconexas notícias da Revolução Russa e do partido de Lenin ecoaram, com grande curiosidade, admiração e entusiasmo, entre os setores do movimento operário e progressista brasileiro,²⁷ sob hegemonia anarquista. A fundação do PCB representa uma das sínteses destas contradições do período (ZAIDAN FILHO, 1985).²⁸ Os fundadores comunistas criaram um instrumento qualitativamente novo de intervenção na sociedade brasileira. Nesse trecho da dissertação, nos interessa a apropriação e “aplicação” do marxismo pcbista para analisar a sociedade brasileira.

Após o congresso de fundação, em 1922, o primeiro grande esforço dos comunistas brasileiros fora obter o reconhecimento oficial da Internacional Comunista. Tal reconhecimento era vital e urgente para a recém-criada organização, o bolchevismo – a esta altura já uma força internacional que despertava temor entre as classes dominantes brasileiras. Os comunistas brasileiros queriam, justamente, aproveitar a aura ligada a este poder. Depois de uma primeira tentativa, sem êxito envolvendo, Antonio Bernardo Canellas²⁹, o PCB conseguiu o reconhecimento da III Internacional em 1924.

Apesar de o reconhecimento e filiação, a relação entre a IC e o PCB neste período fora marcada pela relativa autonomia da seção brasileira.³⁰ O PCB, ao aderir à Internacional, também aderiu ao modelo organizativo centralizado, materializados nos chamados "21

²⁷ Apesar da forte propaganda antissoviética, por parte da imprensa e de maior parte da intelectualidade, a Revolução Russa também despertou admiração e entusiasmo com alguns intelectuais como o, até então, anarquista Astrojildo Pereira e o famoso autor de *O triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto.

²⁸ Nesse estudo sobre a formação do PCB, Zaidan refuta a proposição de que o PCB fora fundado a partir de uma orientação de um emissário da Internacional Comunista. Ao longo de sua análise, o autor procura combinar os diferentes elementos internos ao movimento operário e progressista brasileiro, com o impacto e apropriações de eventos internacionais como a Revolução Russa e a própria relação do PCB com a Internacional Comunista. Abordagem, que nos parece mais interessante a aproveitável para a nossa pesquisa monográfica.

²⁹ O chamado “caso Canellas” fora o episódio, onde Antonio Canellas representando o PCB, fora a Moscou em 1922 ,durante o 4º congresso da IC, com o intuito de obter o reconhecimento oficial da Internacional ao PCB. O que era para ser a tentativa do reconhecimento da recente fundação do partido comunista, virou um conjunto de divergências entre Canellas e outros delegados da América do Sul e dirigentes soviéticos como Trotski. Uma comissão designada pela IC para tratar de questões sul-americanas havia concluído um relatório, onde afirmava que o PCB conservava” restos de ideologia burguesa,sustentados pela presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas.”

³⁰ Classificamos como “relativa”, pois, apesar de não haver registros de uma intervenção direta da IC na linha política do PCB para o Brasil, os comunistas brasileiros se apropriavam, exclusivamente, em termos organizativos e teóricos, do bolchevismo.

pontos", documento aprovado no II Congresso da Internacional para "filtrar" os grupos associados à mesma. Sem complexos universitários no país, o pequeno, mas crescente, Partido Comunista passou a ser o principal divulgador do marxismo no Brasil. Um exemplo disso foi a primeira tradução de *O Manifesto Comunista*, em 1923, por Octávio Brandão.

Brandão e Astrojildo Pereira foram os principais formuladores da estratégia da Revolução Democrática-Pequeno Burguesa no Brasil, defendida pelo partido ao longo da segunda metade da década de 20. O livro *Agrarismo e Industrialismo*, escrito de Brandão para uma reunião da direção do PCB em 1927, pode ser considerado como a primeira tentativa sintética de uma interpretação marxista da realidade brasileira.

Neste escrito, Brandão identificava politicamente a juventude militar rebelada contra o governo oligárquico e contra a alta oficialidade das forças armadas, como a “pequena-burguesia”. Contudo, neste estudo pioneiro, o autor não relaciona ou distingue as forças sociais que agiam na sociedade brasileira com o próprio o processo de revolução burguesa “pelo alto” em curso no Brasil, como destaca Marcos Del Roio:

Mas, se é importante notar o importante papel que as camadas médias urbanas estavam tomando e deveriam tomar no futuro imediato, Octávio Brandão não conseguiu alcançar o conceito de revolução burguesa como o conteúdo econômico-social do processo que se estava para se abrir na formação brasileira. Confundiu o conteúdo da revolução com a ação política de uma gama variada de forças sociais e políticas que incluía com destaque a oposição liberal-democrática (DEL ROIO, 2000).

Citando com confusão Marx, Lenin e, principalmente, Bukarin (principal teórico soviético na época), Octávio Brandão demonstra uma compreensão extremamente esquemática da dialética, reduzindo-a à tríade: tese, antítese e síntese. A dialética, em seu livro, é uma fórmula à margem da história, teleológica e esquemática. No entanto, devemos lembrar que até mesmo os teóricos soviéticos da época tinham grande dificuldade em compreender o método dialético, visto o próprio Bukarin.

Outro fator marcante da estratégia da revolução democrática pequeno-burguesa para o Brasil fora a aproximação política entre os pcbistas com a esquerda positivista militar - no caso, em dezembro de 1927, o encontro de Astrojildo Pereira e Luis Carlos Prestes na Bolívia. Além disso, mesmo na ilegalidade, desde os primeiros anos, o PCB tentava a ampliação do arco de aliança dos comunistas, inclusive no terreno eleitoral. O Bloco Operário³¹ contribuiu para eleger o deputado Azevedo Lima em 1927. No ano seguinte, já transformado em Bloco Operário e Camponês, o instrumento criado pelo PCB conseguiu eleger dois intendentess para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro: Octávio Brandão e Minervino de Oliveira.

Porém, em 1928, ocorrera o famoso VI Congresso da IC, marcado pela consolidação da liderança de Stalin na URSS e pelo movimento comunista internacional. A política de *classe contra classe*, cuja resolução pregava “É necessário rejeitar a formação de qualquer espécie de bloco entre o partido comunista e a posição nacional-reformista”, entrava em rota de colisão com que estava sendo empreendido em diversos países. Segundo Fernand Claudín (CLAUDÍN, 2013), o número de comunistas nos países capitalistas se reduziu à metade, ao passo que o número dos socialdemocratas dobrou. A Internacional se reorganizou, pouco a pouco, a teoria da revolução mundial se reduziria a uma teoria genérica sem captar as particularidades econômicas e políticas dos países periféricos.

Juntando com a resistência obreísta interna no PCB, as posições de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão se fragilizaram na direção do partido diante do enquadramento da IC na figura do interventor turco Guralski. Durante o ano de 1931, Astrojildo Pereira é derrubado do posto de secretário-geral do PCB.

Mesmo com limitações, a teoria marxista no PCB era um instrumento pioneiro de interpretação da realidade brasileira, se renovando constantemente em contato com a intervenção em uma realidade singular. A partir da intervenção da IC, existe uma paralisia

³¹ Instrumento político e eleitoral ligado ao PCB.

teórica no PCB: seu núcleo dirigente formado por antigos militantes do movimento operário, anarquistas e intelectuais, foi fragilizado, e sua influência política social é retraída ao meio da repressão do regime político brasileiro.

Intelectuais são proibidos de ter direito ao voto e a fazer parte da direção do partido: a direção só poderia ser composta por operários e camponeses. O dogmatismo obreísta ganha força no PCB. Curiosamente, é nesta época que um filho da alta oligarquia cafeeira paulista ingressa no PCB: Caio Prado Júnior.

3.4 A INSTABILIDADE POLÍTICA E ORGANIZATIVA NO PCB

O final dos anos de 1920 e início dos de 1930 foram anos marcados por forte luta interna, enfraquecimento político e repressão aos comunistas brasileiros. Sem dúvida, fora o período de maior intervenção direta da Internacional Comunista na linha política e organizativa do PCB. Há uma grande paralisia teórica no partido, dando lugar a expurgos e reconfiguração do núcleo dirigente partidário. Praticamente todo o núcleo formador e experimentado de militantes oriundos das experiências dos comunistas nos anos 20 foi afastado ou isolado no interior do partido.

Contudo, a constatação desta paralisia teórica dos comunistas brasileiros é normalmente explicada a partir da adoção acrítica das teses do VI Congresso da Internacional Comunista, marcadas pela visão "etapista" da estratégia revolucionária (MAZZEO, 1999). O "etapismo" seria a institucionalização de certa teoria da revolução, marcada por uma visão

linear e mecânica da história. Nessa, o comunismo seria o estágio final de uma evolução natural e universal da história: modo de produção asiático ou antigo- feudalismo-capitalismo-socialismo-comunismo.

O VI Congresso da IC, ao consolidar a vitória de Stalin na luta no interior na URSS, inicia uma "limpeza" dentro da IC com o pretexto de se combater os desvios de direita (sendo a grande referência Bukarin) e os desvios de esquerda (sendo a grande referência Trotsky). Justamente, uma das características políticas do fenômeno stalinista é a subordinação da estratégia política e dos debates teóricos às necessidades táticas.

Contudo, ainda se carece de maiores pesquisas que busquem uma maior profundidade histórico-concreta deste processo. A generalização crítica sobre o "etapismo", muitas vezes, na verdade esconde uma teoria da revolução também genérica e a-histórica. Quando a importante concepção trotskiana de revolução mundial passa do nível crítico-abstrato para a análise concreta de situações, sobrevém repetições e esquemas dogmáticos. Basta constarmos o isolamento político e social das organizações trotskistas ao longo da história, infelizmente não apenas fruto da perseguição das "burocracias estalinistas".

Em seu equivocado *Programa de Transição* (1938), Trotsky sustentava que as forças produtivas capitalistas pararam de crescer, e que em países privilegiados, como os EUA, Inglaterra e França, o luxo da democracia era permitido graças à acumulação nacional anterior. As premissas objetivas da revolução proletária não estavam apenas maduras, mas já começavam a apodrecer. Tudo dependeria do proletariado, em especial suas vanguardas (TROTSKY, 2004). A crise da humanidade se reduziria a uma crise da direção revolucionária.

Dentro da lógica taticista e reducionista, o VI Congresso da IC (1928) adota uma política mais restrita. Rompendo com o acúmulo anterior de indicativos de formação de

frentes únicas para "ir até as massas", reconsiderando os debates específicos do nacionalismo revolucionário no Oriente e a perspectiva mundial da revolução, este congresso institucionaliza a teoria do socialismo em um só país, convertida em fundamento teórico da estratégia da internacional comunista. Isto significava, em resumo, subordinar a revolução mundial - em cada uma das suas fases e episódios- às exigências da construção do socialismo na URSS.

O fascismo era igualado à social democracia; o movimento comunista internacional se volta para dentro para se depurar contra os seus inimigos internos. Foi nesse contexto que, pioneiramente, a IC sistematiza maiores formulações e reflexões sobre a conjuntura latino-americana.

Em 1929, ocorreu a I Conferência Latino-Americana de Partidos Comunistas, anunciada por Humberto Droz - o então responsável pelos partidos comunistas do continente. A criação do secretariado sul-americano da IC, que, segundo o dirigente do PC argentino, Codovilla, passou a estudar as realidades de países como o Brasil, a Argentina, o Chile, a Bolívia, o Paraguai e o Peru.

Esta conferência apresenta importantes e pioneiras reflexões gerais sobre a formação econômica latino-americana. Além de identificar as disputas inter-imperialistas no seio do continente (em especial entre o *yankee* e britânico), também se enfatiza que o proletariado urbano e as massas camponesas seriam as camadas sociais fundamentais para a revolução democrático-burguesa na região.

A pequena burguesia era vista como um setor pouco confiável e as burguesias nacionais, como uma classe "parasitária" e atreladas ao imperialismo. Humberto Droz, inclusive, chega a afirmar sobre o caráter dependente das economias semicoloniais dos países

latino-americanos (EL MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO LATINO AMERICANO., 1929).

A política do Bloco Operário Camponês foi taxada de direitista pelos organismos da Internacional Comunista; a aproximação com segmentos da esquerda positivista militar era criticada. Em 1930, o próprio secretariado da IC aprovou uma resolução que afirmava:

No Partido (Comunista do Brasil) prega-se abertamente a 'teoria da revolução democrática pequeno-burguesa' (do camarada Brandão). Essa teoria, menchevista, antileninista e antimarxista, nega a hegemonia do proletariado na revolução democrática burguesa (...). Mas, muitíssimo mais perigoso é a prática do PC do Brasil em ceder seu papel independente ao BOC [Bloco Operário Camponês] (...). A linha política do BOC só poderá mudar radicalmente com a condição de que o PC do Brasil se torne o 'único' partido revolucionário, desolidarizando-se, por completo, de todos os partidos pequeno-burgueses (RESOLUÇÃO DA INTERNACIONAL COMUNISTA SOBRE A QUESTÃO BRASILEIRA., 1930)

Militantes do partido foram expulsos, dirigentes afastados o "prestismo" era considerado uma ideologia estranha e pequeno burguesa. O próprio Humberto Droz, por ser próximo a Bukarin, foi afastado de ser o responsável pelo secretariado sul-americano da IC. Pouco a pouco se consolida a estalinização do movimento comunista internacional, cujo traço foi a subordinação da teoria revolucionária ao *status quo* do Estado soviético, práticas reproduzidas nas macro e microestruturas, conforme Lukács apontou:

"Como no período staliniano a instância central devia ser infalível, deviam ser infalíveis também as aplicações das decisões efetuadas pelos "pequenos Stálin"; chegava-se, assim, a uma "perfectibilidade" de execução que devia coroar o sistema. Outra característica daquele período, aliás, era que, embora se colocasse muito acima do efêmero e se afirmasse como "definitiva", cada "perfeição" não tardava a ser condenada como "desvio". Ainda aqui, há um pormenor humorístico que documenta o estado de espírito da inteligência russa nos anos trinta. Saía então, a cada ano, um volume da Enciclopédia Literária, sempre redigido no sentido da mais rigorosa "perfeição"; antes que o texto acabasse de rodar, contudo, quase todas as verdades dogmaticamente estabelecidas se haviam dogmaticamente transformado em erros. Todos passaram a se referir à publicação como a "Enciclopédia dos Desvios" (LUKÁCS, 2009).

A política de "classe contra classe" aprovada no VI Congresso da IC foi um desastre para os comunistas europeus. O próprio fortalecimento do nazi fascismo na Europa, pós 1929, tem como uma das causas o despreparo e isolamento dos comunistas europeus para este enfrentamento. A própria política externa soviética passa por transformações.

O empenho agora seria proteger ao máximo o país das incursões imperialistas e subordinar o movimento comunista a esta necessidade, pois o caráter agressivo da política externa japonesa e alemã ameaçava a URSS. Tanto assim, que o governo soviético restabeleceu relações diplomáticas com a Espanha e Estados Unidos, aceitou integrar-se à Liga das Nações e concluiu tratados de mútua assistência militar com a França e Tchecoslováquia. O nazi fascismo passou a ser uma ameaça eminente para o mundo.

O refluxo do movimento comunista na Europa Ocidental, a ascensão do nazi fascismo e o aumento das vozes destoantes e isoladas pelo stalinismo à política de "classe contra classe" contribuíram para uma virada na linha política geral da IC.

O VII Congresso da Internacional Comunista representou essa transformação (ainda assim, mantendo a estrutura política stalinista). Além de mudar a orientação política, o núcleo dirigente da IC se alterou com a incorporação de dirigentes com maior poder de formulação política, como o búlgaro Georgi Dimitrov e o italiano Palmiro Togliati.

O Fascismo passa a ter uma caracterização mais profunda nas teses da Internacional. Este seria uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro. O Fascismo não seria nem o governo para além das classes, nem o governo da pequena burguesia ou do lumpen proletariado sobre o capital financeiro, e sim o governo do próprio capital financeiro, nas formulações de Dimitrov.

A solução tática imediata para se combater a ascensão nazifascista seria a formação de amplas frentes populares antifascistas, inclusive comendo com setores da burguesia liberal. Esta política, conforme aponta Hobsbawm, ajudou a formar um conjunto de intelectuais e uma cultura antifascista, tendo os comunistas na sua vanguarda (HOBSBAWM, 1987).

No entanto, no interior da Internacional, existiam diversas visões estratégicas para essa necessidade tática. Para alguns, as frentes possibilitariam o acúmulo para a construção de

democracias e governos populares com a participação dos comunistas, para outros, como o ucraniano Dimitri Sacharovich Manuilski, a luta armada era uma tática viável para tomada de poder a partir das frentes antifascistas.

Apesar de o resultado exitoso (embora demasiadamente tarde) das frentes contra o nazi fascismo, a generalização desta política em países orientais e americanos que não vivenciaram a experiência interna do fenômeno do fascismo acarretou em um reboquismo grande dos comunistas em relação às burguesias nacionais.

No Brasil, a criação e fortalecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) com inspirações fascistas, em 1932, e os rumos do desenvolvimento social autocrático do capitalismo brasileiro, através da Revolução de 1930, potencializava a necessidade das lutas antifascistas no país. O PCB, neste caso, seguindo as diretrizes da Internacional, gira a sua política, até então marcada pelo isolamento e o obreísmo. Já em 1934, o Partido recebe a orientação sobre as frentes populares antifascistas:

Na reunião preparatória do VII Congresso da Internacional Comunista, ocorrida em outubro de 1934, decidiu-se que essa deveria ser a tática adotada pelos diversos partidos comunistas. Embora não tenha havido uma interferência direta do "dedo" de Moscou, em março de 1935, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), um amplo movimento de massas congregando diversificados setores sociais. Entre os partidos políticos ali representados estavam o PCB, PSB (Partido Socialista Brasileiro) e o PDS (Partido Democrático Social), inúmeros sindicatos, associações e entidades diversas. Mas, sem dúvida, as duas principais forças no interior da ANL eram os Tenentes e os comunistas (PANDOLFI, 1995).

Antes da reunião preparatória para o VII Congresso, a IC já sob o comando de Dimitrov e Manuilski, os dirigentes da Internacional pressionavam o PCB a aceitar a filiação de Luís Carlos Prestes, até então considerado inimigo de classe pela direção obreísta do Partido Comunista. Prestes, que estava na URSS desde 1931 trabalhando como engenheiro, ao ser finalmente aceito membro do PCB no segundo semestre de 1934, representou uma nova reestruturação na política e organização dos comunistas brasileiros. O obreísmo reinante na direção do partido se encontraria agora com tenentes da esquerda positivista militar, a

liderança popular e o maior conhecimento do marxismo soviético credenciavam Prestes como a principal figura do Partido Comunista.

Em agosto-setembro de 1934, houve uma reunião em Moscou de representantes dos Partidos Comunistas Latino-americanos com o comitê central da IC. A delegação brasileira, chefiada pelo então Secretário Geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, conhecido como Miranda, apresentou dados e informes exagerados sobre o partido e a realidade brasileira. Número de militantes, controle exercido sobre sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói, bem como a forte presença comunista nas forças armadas (COSTA H. , 2015).

Essa visão distorcida, no quadro da grande depressão mundial da década de 1930, apresentava a sociedade brasileira como estando madura para uma revolução comunista. Além disso, a entrada de antigos tenentes como Silo Meireles, Agildo Barata, Ivã Ramos Ribeiro, Francisco Antônio Leivas Otero, Dinarco Reis, Sócrates Gonçalves, Agliberto Vieira de Azevedo e Benedito de Carvalho aos quadros do PCB fortaleceram a leitura interna sobre a proximidade da eclosão de uma terceira explosão revolucionária, continuadora das rebeliões tenentistas de 1922 e 1924.

O prestígio e as massivas adesões à Aliança Nacional Libertadora, criada em 1935, fizeram o inexperiente núcleo dirigente do PCB, o qual ainda predominavam visões conspirativas de revolução dos militares, apostar em uma insurreição armada para tomar o poder com o respaldo da Internacional Comunista. O levante comunista de 1935, com exceção no Rio Grande do Norte, foi facilmente controlado pelas forças repressoras varguistas, e não contou com a participação das massas exploradas.

O resultado foi catastrófico para o PCB. Lideranças foram presas, torturadas, o partido foi desmantelado nacionalmente e ainda viu o regime varguista se fortalecer. Apenas no fim do Estado Novo, o partido conseguiu voltar a se articular nacionalmente. A historiografia de

direita e esquerda ainda insistem em uma visão de que o levante e a linha do PCB foram construídos totalmente seguindo as diretrizes da Internacional Comunista.³²

Tentando superar as falsas dicotomias e questões, tentamos demonstrar a contradição no fazer-se histórico das primeiras formulações e práticas políticas do PCB. Conforme discutimos, estas próprias formulações e práticas não foram simplesmente deliberadas, executadas e cumpridas pelos sujeitos envolvidos. A tarefa do historiador é ir além da tentação dos juízos de valor sobre os fatos aparentes e, desta forma, investigar as raízes e contradições de tais ações.

No caso, percebemos que o ecletismo foi uma tendência da cultura brasileira muito absorvida pelos primeiros comunistas, assim como as dificuldades estruturais em se conhecer as obras marxistas. Também enfatizamos a relação direta do PCB com a Internacional Comunista, reconhecendo esta, com todas as contradições, como a grande referência da linha política dos comunistas brasileiros.

Contudo, há um fator determinante para as mudanças, dificuldades e dilemas dos comunistas brasileiros nos seus primeiros anos. A instabilidade no núcleo dirigente do PCB representa um elemento interno que sintetiza as contradições da cultura brasileira, a inserção social do partido, e o movimento comunista internacional.

Em menos de 15 anos, o PCB oscilou e deu giros políticos extremos em sua política e seu núcleo dirigente. Esta instabilidade foi a marca do PCB em seus primeiros anos, muito em função das disputas e mudanças de orientação na IC.

³² Em 1993, o jornalista William Waack produziu uma polêmica obra, *Os camaradas*, e, fundamentalmente em linha claramente anticomunista, apresenta esta concepção de subserviência dos envolvidos na Revolta de 1935 à Moscou. No campo oposto, no estudo de respeitáveis marxistas sobre a história do PCB como Antonio Carlos Mazzeo, o Levante de 1935 é visto como um episódio de dissociação do PCB e do Prestismo à linha política da IC (MAZZEO, 1999).

Pouco a pouco, o Partido Comunista se transformava em uma força política das classes subalternas, algo tipicamente moderno. Isto é, nas bases do Partido se encontravam operários, camponeses, setores militares, intelectuais, etc. Contudo, temos que reconhecer que a própria fragilidade do núcleo dirigente também foi motivada pela intervenção direta da IC no início dos anos 30, que buscou a readequação do PCB à estrutura stalinista.

A problematização destas contradições é vital para questionarmos uma das críticas mais apontadas ao PCB pós-golpe de 1964: a dita pobreza em suas formulações, por aderir acriticamente às teses da III Internacional. A crítica histórico-concreta deve investigar as determinações sociais de tais formulações, assim como das suas críticas contemporâneas.

4 O CAMINHO DE CAIO PRADO JR. AO COMUNISMO

Como explicar o fato de um filho de grandes cafeicultores paulistas virar um teórico, militante das ideias revolucionárias do comunismo? Prado Júnior, mesmo antes de aderir ao comunismo em 1931, se notabilizava como crítico da República das Oligarquias, tendo se decepcionado com as medidas de conciliação do movimento de 1930, que ele apoiara através do Partido Democrático (PD).³³

Florestan Fernandes aponta que a influência do movimento modernista no Brasil e as atividades estudantis³⁴ ajuda a entender, mas não explica, o essencial dessa questão. Para o sociólogo paulista, Caio Prado construiu uma ruptura moral interior, ou seja, um momento de crise de personalidade no qual o desabamento de estruturas mentais se conjuga com a busca de outros conteúdos, com uma reorganização completa de bases perceptivas e cognitivas. As tentativas frustrantes de uma revolução dentro de linhas radicais (a participação do PD e na revolução de 1930), para Florestan, precipitaram o processo psicológico e político em outra direção mais congruente, desvendada pelo Partido Comunista (FERNANDES, 1995).

Assim como Lukács,³⁵ Caio Prado encontrou na Revolução Russa uma alternativa de poder mais avançada que ele tinha conhecido até então. Em um momento de grave crise do capitalismo, o rápido desenvolvimento industrial, urbano e social da URSS potencializa a via soviética de socialismo como a principal alternativa concreta ao capitalismo e ao “subdesenvolvimento”. Ambos passam por esse processo de ruptura moral. Caio Prado vivia

³³ Caio Prado participou do movimento de 30, inclusive foi membro de um comitê de apuração dos crimes cometidos pelo governo anterior.

³⁴ Caio Prado foi formado em direito e no secundário chegou a estudar na Inglaterra.

³⁵ Pensador Húngaro de origem nobre. Segundo seus escritos, desde seus primeiros estudos manteve uma postura de nojo às relações capitalistas, permeado por influências do idealismo e do romantismo. Ver a introdução (1968) de *História e Consciência de Classe*.

na cidade mais aburguesada do Brasil: São Paulo. Conhecia, por isto, os hábitos elitistas, a política das Oligarquias, em contraste, com a modernização da economia brasileira e a grande desigualdade social.

O presente capítulo reflete sobre essa transformação na vida de Caio Prado Júnior. A militância para o historiador, ao contrário dos operários e camponeses, não era uma atividade consciente e necessária para lutar por direitos e melhores condições de vida, mas sim um exercício consciente de sua rebelião moral em se converter no que, no jargão comunista, se chama de traidor de classe. Coerentemente ao seu modo de encarar a vida, Caio Prado colocou o que tinha de melhor a serviço da revolução: o seu conhecimento e disponibilidade intelectual.

Além disso, procuraremos apresentar para o autor, sinteticamente, um pouco da sua produção intelectual, sempre associada ao desafio militante de se compreender o Brasil e transforma-lo.

3.1 O INGRESSO NO PCB E SEUS PRIMEIROS ESTUDOS MARXISTAS.

A inicial militância de Caio Prado, apesar de desconfianças e acusações por parte da direção obreísta do PCB, se vincula a solidariedade à URSS no Brasil. Prado Júnior participou de sessões do “Congresso Social” e da “Sociedade dos Amigos da União Soviética” na capital paulista, e, em 1933, viajou para o URSS.

É válido reforçamos a composição político-ideológica do Partido em que Caio entrava. Conforme já apontamos, o PCB no início da década de 30 sintetizou a combinação da

codificação da doutrina marxista-leninista com a tradição cultural positivista, presente na esquerda militar que ingressava no Partido junto com Luís Carlos Prestes. Mais pela sua condição econômica e aptidão, Caio Prado, ao longo de sua vida, se formou, enquanto marxista, com bagagens culturais mais amplas, conhecendo a produção teórica de países como URSS, França e Inglaterra.

Justamente, na volta de sua viagem ao mundo socialista, em 1933, Caio Prado Júnior publica o ensaio *A evolução política do Brasil-Ensaio de Interpretação materialista*, obra classificada por Leandro Konder como uma “autêntica façanha, ao superar o obstáculo interno, constituído pelas graves insuficiências teóricas de seus predecessores brasileiros no campo da “interpretação materialista”, e ao escapar da pressão externa, decorrente da codificação oficial do “marxismo-leninismo” (KONDER, 1991).

Duas questões nos chamam atenção nesta obra, além dos traços de autenticidade para a produção marxista brasileira. A primeira é o aparecimento da famosa divergência sobre a existência de restos “feudais” na formação social brasileira. Caio, neste período, ao combater a tese majoritária entre a esquerda na época sobre os resquícios feudais no Brasil, se apropria da noção de feudalismo de autores soviéticos, isto é, o feudalismo como síntese específica do modo de produção escravista e germânico no continente europeu. A seguinte passagem nos fornece indícios para a nossa afirmação:

É de grande importância esta constatação. Ela nos leva à conclusão de que no Brasil-Colônia, a simples propriedade da terra, independente dos meios a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisso se distingue a nossa formação da Europa Medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá encontraram os conquistadores, descidos do norte, uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou, assim direta e unicamente da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui, não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Falto-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu (PRADO JÚNIOR, 2008).

A segunda questão é a centralidade da luta de classes como chave para se compreender a história do Brasil. O historiador, nesse livro, a partir das revoltas populares ocorridas durante o Império, evidencia a tendência conciliatória e reacionária das classes dominantes. A evolução política no Brasil se renovaria, mas conservando antigas estruturas. Veremos que esse enfoque central do autor muda, principalmente, quando o mesmo obtém contatos mais duradouros com a historiografia econômica francesa.

Para Carlos Nelson Coutinho, as conclusões de Caio Prado Júnior nesse livro são bem parecidas com as de Antonio Gramsci no que tange às analogias entre o processo de unificação italiana e os eventos que constituem o processo de independência e da consolidação do Estado Imperial no Brasil. Tanto para Caio Prado como para Gramsci, os processos em questão, embora conduzidos "pelo alto", levaram a mudanças efetivas: a superestrutura política se adequou ao estado das forças produtivas e da base econômica (COUTINHO, 2011).

Em 1934, Caio Prado publica o seu relato de viagem - *URSS: um Mundo Novo* - e, nesse mesmo ano, concluiu a tradução do livro de Bukhárin, *Tratado de Materialismo Histórico*, fato de grande relevância, visto a notoriedade de Bukhárin como teórico na URSS - apesar de, anos mais tarde (1938), ter sido preso e assassinado pelo stalinismo. Além disso, Caio Prado procurou ser um aglutinador entre os intelectuais progressistas. Fundou, por exemplo, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

Com a mudança na linha política internacional e nacional dos comunistas, o intelectual comunista pôde ter um pouco mais de espaço interno no PCB e na ANL (Aliança Nacional Libertadora) de 1935. Prova disto é o fato de Caio Prado Júnior ter sido eleito vice-presidente da ANL em São Paulo. A partir do levante comunista de 1935 e o governo popular de três dias na cidade de Natal, logo sufocado pelas tropas de Vargas, desenvolveu-se uma gigantesca repressão à ANL e aos comunistas por todo o país.

Nessa onda repressiva, ocorreu no Rio Grande do Sul a prisão de Caio Prado Júnior, que depois foi trazido para São Paulo, onde permaneceu preso até 1937. Quando solto, ainda no ano de 1937, viajou para o exílio na França, quando desenvolveu intensa atividade intelectual e política. Fez cursos na Sorbonne, reencontrou Fernand Braudel³⁶ e, até 1939, militou ativamente no Partido Comunista Francês.³⁷

Como podemos observar, este primeiro momento político e intelectual de Caio Prado conta com uma intensiva participação política e teórica nos grandes acontecimentos brasileiros. Apesar de as iniciais divergências e tensões com o alto grau de dogmatismo que permeava as formulações do PCB, o historiador paulista esteve sempre inserido no quadro partidário.

Contudo, a dura repressão que abateu o Partido Comunista no Estado Novo levou a um estágio de desorganização e desarticulação entre os comunistas brasileiros, muitos no exílio ou na cadeia. É durante o processo de reorganização do Partido, nos anos 40, que a relação entre Caio Prado e o PCB entra em um estágio maior de tensão e divergência, o que se intensificou na crítica ao programa do PCB, em 1966. Diante disso, vemos-nos na obrigação de debater brevemente nos próximos tópicos a reorganização do PCB e a posição de Caio Prado Júnior.

³⁶ O famoso historiador dos *Analles* teve contato com Caio Prado, durante a passagem de Fernand Braudel pela Universidade de São Paulo, entre 1935 e 1937 e, novamente, em 1947, esta passagem marcou toda uma geração de historiadores iniciantes, formados na subseção de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Nomes como nomes de Alice Pieffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo D'Oliveira França, Eurípedes Simões de Paula, Odilon Nogueira de Matos também tiveram contato direto com o grande historiador francês.

³⁷ Ver: O trabalho de Sérgio de Sousa Montalvão sobre a militância de Caio Prado entre os anos de 1930 e 1940 (MONTALVÃO, 2004). O Historiador paulista Luiz Carlos Péricas lançará, através da editora Boitempo, a primeira sistematização acadêmica de uma biografia política de Caio Prado Júnior. O lançamento está previsto para o primeiro semestre de 2016.

4.2 A REORGANIZAÇÃO DO PCB E A POSIÇÃO DE CAIO PRADO JR.

A atividade dos comunistas brasileiros viveu um período de grande refluxo durante o Estado Novo. A esmagadora repressão Estatal, que aniquilou centenas de comunistas e outros militantes de esquerda, conseguiu “feitos” de dar inveja à ditadura empresarial-militar, anos mais tarde. O próprio governo brasileiro, na época, fazia questão de se orgulhar de ter liquidado o comunismo no Brasil. Exageros à parte, o Estado Novo conseguiu enfraquecer e marginalizar os comunistas do cenário político brasileiro (VIANNA & SARMIENTO, 2014).

O PCB, durante os anos 30, viveu um período de massificação e projeção política através da ampla política da ANL. No entanto, no começo dos anos 40, o partido se resumia à ação isolada de grupos locais, com inúmeros dirigentes presos ou assassinados.

Na conjuntura internacional, a Segunda Guerra Mundial se acirrava. A resistência soviética à invasão nazista (1941), que culminou na histórica e sangrenta Batalha de Stalingrado, marcou a primeira grande derrota nazista na guerra. No Brasil, com grande participação dos comunistas, se intensificavam massivas manifestações da opinião pública para a entrada do país na guerra ao lado dos países antinazi-fascistas. Essas mobilizações pressionaram para que o Brasil, em 1942, declarasse guerra aos países do eixo e enviasse para a Europa mais de 25 mil soldados.

As mobilizações dos comunistas para a entrada do Brasil na guerra foi uma ação que possibilitou a rearticulação prática dos mesmos pelo país. Em fins de 1941, grupos isolados no Rio de Janeiro, São Paulo e, principalmente, Bahia, empreenderam iniciativas no sentido de reorganizar do partido. Foi formada então a Comissão Nacional de Organização Provisória

(CNOP). Na prisão desde o início de 1936, Prestes mantinha seu prestígio como líder máximo do partido.

Caio Prado regressa do exílio em 1939 e participa intensamente da reorganização do PCB na capital paulista. Faz parte da articulação dos comitês de ação em São Paulo com outros intelectuais históricos do PCB, como: Astrojildo Pereira, Heitor Ferreira Lima, Mário Schenberg, dentre outros. Este grupo defendia a unidade em torno da luta antifascista e internacional e nacionalmente eram contrários à linha debatida e defendida pela CNOP, que pregava o apoio do PCB à continuidade de Vargas.

Esses embates da reorganização do Partido Comunista compunham o grande debate partidário, que Caio Prado melhor protagonizou. Segundo a tese defendida pelo grupo liderado por Prado Júnior, a luta pela democratização da sociedade brasileira estava conectada com a luta antifascista e, no Brasil, isso representaria o combate ao governo autoritário de Getúlio Vargas (IUMATTI, 2007).

Com o respaldo dos comitês de ação, o historiador paulista apostou na aliança entre comunistas e liberais e, inclusive, foi um dos idealizadores de uma possível frente de atuação conjunta: a União Democrática Nacional (UDN), instrumento que, mais tarde, foi apoderado como legenda das forças reacionárias do país.

Caio Prado também foi um dos principais articuladores da fundação da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), a qual, a despeito do total apoio à entrada do Brasil na guerra ao lado das forças antinazi-fascistas, declarou oposição ao governo Vargas, revelando a linha defendida pelos comitês de ação.

Outra posição existente era a de união nacional e apoio irrestrito ao governo Vargas, mas sem reorganizar clandestinamente o Partido Comunista. A reorganização do PCB na conjuntura de guerra, segundo Fernando Lacerda, principal ideólogo de tal tese, poderia ser

um fator de divisão da unidade nacional na luta contra o nazismo. Lacerda se munia do fechamento da Internacional Comunista para sustentar sua posição.

Tais posições de radicalização dos indicativos da política de coexistência pacífica da URSS com as potências capitalistas ocidentais, algo já presente no período de guerra, ganharam força entre diversas organizações comunistas pelo mundo. Maior expressão desta política foi o famoso líder comunista norte-americano Earl Browder, que participou e sustentou a dissolução do Partido Comunista nos EUA com mais de 100.000 mil membros filiados.

Em agosto de 1943, foi realizada a II Conferência Nacional do PCB. Mais conhecida como Conferência da Mantigueira, a conferência tinha como objetivo a rearticulação política nacional dos comunistas brasileiros. O apoio de Prestes às posições da CNOP é decisivo: o PCB se reorganiza em torno da figura do cavaleiro da esperança com uma política tática de União Nacional em luta contra o nazi-fascismo (REIS, 2011). As posições de Lacerda são caracterizadas como tentativas de liquidação do partido, mas Caio Prado Júnior e os comitês de ação, apesar da insatisfação, se centralizaram com a decisão tomada na conferência.

Com o advento do fim do Estado Novo e a vitória das forças democráticas e socialistas na Segunda Guerra Mundial, o Brasil entrou numa fase de intensificação das liberdades políticas e o PCB conquistou a sua legalidade. Nesse período, o partido, amparado pelas resoluções de sua recente conferência política, defendeu a chamada "União Nacional" em torno da elaboração de uma nova constituição democrática. Naquela conjuntura, os comunistas apoiaram a abertura promovida pelo Varguismo e se posicionavam contra os intentos da oposição liberal.³⁸

³⁸ Apesar de ter se confundido com o movimento "Queremista em defesa de Getúlio, organizado essencialmente pelo PTB, o PCB em seus documentos nunca defendeu tal bandeira. Embora tenha se posicionado favoravelmente à continuidade das mudanças políticas promovidas pelo governo. Para maior detalhamento, consultar o artigo de Anita Leocádia Prestes (PRESTES, 2006).

Pouco depois, o PCB apresentou candidatos nas diversas eleições em todo o país. Caio Prado Júnior foi candidato a deputado em 1945 e em 1947,³⁹ tornando-se deputado estadual neste último ano. No entanto, Caio Prado logo vai perder o mandato, em virtude da cassação do registro do partido, bem como da cassação dos mandatos do PCB em todo o país.

Apesar de discordâncias contínuas e estruturais com o partido, em uma curiosa carta, Prado Jr. explica as suas razões para aceitar a candidatura a deputado federal pelo PCB, e sinaliza a disposição para realizar a luta interna nesta organização:

Não pude recusar, porque considero a atual direção como o próprio partido, contingentes. É [ao fim] que almejo. Por enquanto, a única força renovadora que vejo no Brasil, ainda é o partido comunista. E com todos os seus defeitos, e erros, tem uma parte sã que espero vencerá e o dominará um dia. E numa posição de destaque dentro do partido, poderei lutar por isso mais eficientemente do que à margem (IUMATTI, 1998.)

Curiosamente, também nos anos 40, Caio Prado Júnior publica a sua obra mais famosa no campo da história, *A formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942. Apesar de uma insistência da crítica atual em situar o livro como um mero clássico de história colonial, *A Formação do Brasil Contemporâneo*, inicialmente projetado em seis volumes, buscava pesquisar e debater a complexa construção histórica da formação social brasileira, isto é, o desenvolvimento próprio e “não clássico” do capitalismo como modo de produção predominante no país.

Em sua principal obra histórica, considerada pelo renomado historiador francês Fernand Braudel a melhor história econômica já feita sobre o Brasil (BRAUDEL, 1948), a

³⁹ Caio Prado Jr. foi candidato nas eleições de 1945, quando obteve 9.304 votos para deputado federal constituinte, todavia não conseguiu se eleger e ficou na terceira suplência pelo Estado de São Paulo. Mas, em 1947 ele foi candidato a deputado estadual e logrou eleger-se com uma votação de 5.257, formando a bancada comunista na Assembléia Legislativa de São Paulo que era composta por onze deputados oriundos dos setores operários e médios da sociedade (IUMATTI, 2007).

categoria fundamental na compreensão da história é a totalidade sistêmica. Caio Prado pensa a estrutura colonial inserida e relacionada à lógica do capital mercantil.

Nesse sentido, o intelectual paulista cria conceitos fundamentais para se compreender a especificidade da formação social brasileira. A principal estrutura da colônia, para Caio Prado Júnior, seria o latifúndio de tipo colonial, ou seja, a grande propriedade voltada para produzir valores de troca para o mercado externo, fundada nas relações escravistas de trabalho.

Estes dois elementos se relacionam e se intensificam em vistas de uma maior expressão destas contradições: Caio Prado estava pensando e propondo uma ação prática para a revolução brasileira que, em muitos pontos, destoava da linha de seu partido. Ao fazermos esta afirmação, somos obrigados a apresentar brevemente a concepção caio pradiana de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

4.3 A "VIA BRASILEIRA" DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM CAIO PRADO JÚNIOR

Segundo Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 2011), uma das principais contribuições de Caio Prado Júnior para a história do marxismo foi, sem dúvida, pensar o desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, como "não clássico".

A chamada "via clássica" de desenvolvimento implica uma radical transformação da estrutura agrária: a antiga propriedade pré-capitalista é destruída, convertendo-se em pequena exploração camponesa. Nesse caso, não só desaparecem as relações de trabalho pré-

capitalistas, fundadas na coerção extra econômica sobre o trabalho, mas também é erradicada a velha classe rural dominante, já que são eliminadas as relações econômicas em que ela se apoiava. Esse caminho é fruto das típicas revoluções burguesas de massa que ocorreram na Inglaterra, França e EUA.

Pela primeira vez na história, conforme Marx enfatiza desde o seu manuscrito *A ideologia Alemã*, poderíamos falar de uma história global e articulada, na qual os povos se relacionam, se subordinam e dependem uns dos outros, a partir da efetivação do mercado mundial comum e da divisão internacional do trabalho.

Contudo, de acordo com o que já mencionamos no primeiro capítulo desse trabalho, o desenvolvimento do capitalismo, segundo Marx, não é unilinear. Nem todas as sociedades passaram necessariamente por uma revolução burguesa. Em famosa passagem na sua crítica ao programa de Gotha, Karl Marx trata mais claramente dessa questão. Ao considerar que a sociedade alemã no século XIX "é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, mais ou menos expurga de elementos medievais, mais ou menos modificada pela evolução histórica particular de cada país, mais ou menos desenvolvida." (MARX K. , 2012.).

Ou seja, para Marx, as sociedades podem se apresentar, mais ou menos desenvolvidas do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas, mais ou menos modificadas pelos processos históricos particulares de cada país. Tais variações não desmentem a predominância de relações capitalistas de produção, contudo, com históricos diferentes para se realizar essa predominância. Portanto, não existe uma única via histórica de desenvolvimento do capitalismo.

Com o intuito de compreender a via russa de capitalismo, Lênin estudou as diferentes vias de revolução burguesa e suas incidências no espaço rural. Basicamente, o revolucionário russo constatou dois tipos de desenvolvimento: 1) A transformação de relações feudais a

partir de uma "metamorfose" gradual, que substitui os métodos de produção tradicionais pelas formas burguesas modernas; 2) a transformação que se processa pela via da revolução burguesa, que dissolve as relações feudais. No primeiro caso, Lenin está destacando o processo histórico alemão e a aliança entre a burguesia e a nobreza *junker* que dele constituem-se agentes - a via prussiana. No segundo caso, a ênfase é o caso norte americano-estadunidense, em que o fazendeiro se transforma pela fragmentação radical dos grandes latifundiários em granjeiro capitalista - a via americana (LENIN, 1980).

Muitos autores brasileiros⁴⁰ a partir dos anos 70, a começar pelo então lukacsiano Carlos Nelson Coutinho, utilizaram o conceito de "via prussiana" para compreender o desenvolvimento histórico no Brasil. Para Coutinho, no caso brasileiro, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecipada por uma época de ilusões humanistas e de tentativas-mesmo utópicas - de realizar na prática o "cidadão" e a comunidade democrática.

Os movimentos neste sentido, ocorridos no século XIX e XX, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas "pelo alto", através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária - o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um "grande mundo" democrático - contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão à restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada (COUTINHO, 1967).

⁴⁰ Obrigatório também registrar o estudo de Luiz Werneck Vianna. Ver: (VIANNA, 1976).

O filósofo J. Chasin, através do seu importante trabalho sobre o pensamento de Plínio Salgado, afirmou que a via prussiana não deve ser encarada enquanto um mero modelo para o caso brasileiro, mas sim, um modo particular de se constituir e ser capitalismo (CHASIN, 1978). Nesse sentido, Chasin desenvolve a tese de que a via colonial de desenvolvimento capitalista no Brasil desencadeou a formação de um capitalismo hiper tardio.

Caio Prado Júnior foi uma das principais referências historiográficas para se pensar as particularidades do capitalismo brasileiro. Para o historiador paulista, o capitalismo se desenvolveu no Brasil conservando os traços da grande propriedade colonial escravista. Além de reconhecer o processo de modernização conservadora, o intelectual paulista identificou que o que se "conserva" das velhas estruturas não seriam "restos feudais", mas sim formas de coerção extra econômica ao trabalhador rural e, principalmente, a continuidade da dependência colonial.

Apesar de denominar as estruturas agrárias do Brasil contemporâneo como capitalistas, para Caio Prado, o capitalismo brasileiro não rompeu com as estruturas coloniais, fruto de uma modernização conservadora. Tal compreensão sobre a situação específica do capitalismo brasileiro embasou as propostas políticas de Caio Prado: pensar a transição da dependência colonial brasileira para a construção de uma economia nacional popular.

Conforme afirmou Carlos Nelson Coutinho, embora o paradigma caiopradiano se diferencie das teses da Internacional Comunista, Caio Prado se aproxima em muitos pontos do "estagnacionismo" contido em tal modelo. O desenvolvimento brasileiro, sua passagem definitiva para a modernidade, estaria bloqueado pelo "atraso", seja nas relações agrárias, seja no setor industrial, um "atraso" proveniente, como veremos no pensamento político de Caio Prado Júnior, da limitação estrutural do mercado interno e da dependência ao imperialismo (COUTINHO, 2011).

Não por acaso, depois dos estudos de História Econômica, Caio Prado se debruçou sobre a questão agrária e a relação do Brasil com o capital imperialista. Sem dúvida, tratou-se do seu compromisso político revolucionário que pautou sua produção intelectual.

5. CAIO PRADO JÚNIOR, O PCB E O GOLPE DE 1964

Ao estudarmos os pensamentos das primeiras gerações de intelectuais comunistas brasileiros, veremos que suas análises se relacionavam com o contexto sociopolítico de seu tempo e que sofreram pressões diretas e indiretas do desenvolvimento econômico da sociedade que viviam. Talvez, de forma um pouco cansativa para o leitor, tentamos demonstrar parte dessas determinações históricas que repercutem nas formulações ideopolíticas coletivas e individuais.

Como Marx nos lembra através do seu grande talento literário, a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. A geração de Caio Prado Júnior e sua memória política até então construída, indubitavelmente, se relaciona com a grande derrota para as esquerdas e forças populares brasileiras ocasionada pelo golpe empresarial-militar de 1964.

Não por acaso, a obra mais comentada, polemizada e talvez lida de Caio Prado Júnior fora *A Revolução Brasileira*, lançada em 1966. Essa obra realizou uma crítica feroz à atuação e formulação das esquerdas, em especial o PCB, no período pré-1964. O livro de Caio Prado, que fazia parte do contexto de polêmicas e discussões do VI Congresso do PCB realizado em

dezembro de 1967, passou a ser cada vez mais apresentado de maneira descontextualizada e a reboque de polêmicas entre as esquerdas de outros períodos.

O memorialismo não é um problema localizado apenas entre os historiadores que estudam os movimentos políticos das esquerdas e direitas. A história, vista pelos "de cima", muitas vezes, produz visões superficiais e aparentes dos processos. O conservadorismo e as formas autocráticas de dominação - expressão do modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro - são traços políticos estruturais em nossa história.

O regime democrático vigente, desde 1945, permitia apenas uma restrita participação eleitoral (não votavam analfabetos - que somavam cerca de 40% da população - soldados e marinheiros). Por isso, o número de eleitores pouco ultrapassava 12,5 milhões, em uma população total de 70.119.071, em 1960 (BRASIL, 1963). O Brasil mudava a passos largos, se tornava cada vez mais urbano-industrial nos anos 1950 (principalmente após 1955).

A economia tinha elevadas taxas de crescimento nesse período, contudo, era extremamente desigual no âmbito social e regional (Netto, Pequena História da Ditadura Brasileira, 2014). Também se observava o fortalecimento político de grupos e classes sociais, em especial, do empresariado industrial, assim como a organização e crescimento da classe operária e trabalhadores rurais. No terreno ideológico, essa luta se manifestava na polarização⁴¹ entre o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES),⁴² grande porta-voz do empresariado brasileiro, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), inicialmente um núcleo plural de debates sobre o desenvolvimento brasileiro, mas com o acirramento dos conflitos, tendeu a ser um defensor das chamadas "reformas de Base".⁴³

⁴¹ Ver: (DREIFUSS, 1981).

⁴² Impossível não mencionar também o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) de orientação anticomunista, organizado por setores da direita e extrema direita militar e civil e com fortes indícios de financiados pela CIA estadunidense.

⁴³ Sobre o ISEB ver: MOTTA, 2000

Nesse Brasil pulsando transformações e conflitos, se estruturou um pacto social frágil que pretendia reunir ao seu redor amplos setores sociais, em torno do crescimento econômico e manutenção de antigas formas de dominação. Contudo, outros atores ganharam força nesse cenário, em especial, a burguesia industrial, assim como o seu polo contrário: a nova classe operária brasileira.

Existiam três grandes partidos nacionais, programaticamente instáveis, mas com bases sociais distintas. A União Democrática Nacional (UDN), partido adepto do liberalismo econômico, defendia o alinhamento do Brasil com os EUA. Se utilizando de uma retórica moralista, A UDN difundiu, apoiada pelas camadas médias urbanas, intentos golpistas em diversas ocasiões. O Partido Social Democrata (PSD) reunia reformistas conservadores até antigos oligarcas rurais, e tratava-se de uma expressão mais elitista do Varguismo. O outro partido, também influenciado pelo ex-ditador fora o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido popular, reformista e nacionalista, que reunia adeptos do movimento nacionalista e também tinha influência junto ao movimento operário.

O Partido Comunista (PCB), na ilegalidade desde os anos 40, oscila sua linha política diversas vezes ao longo desses anos. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1950, o partido volta a crescer no movimento operário, camponês e ideo-cultural.

Era sobre este e neste país que Caio Prado Júnior pensava a *Revolução Brasileira* - a principal preocupação teórica e política do militante comunista em toda sua obra. O referido livro, publicado em 1966, caracterizou-se por ser uma síntese de sua militância, a qual possibilitou reflexões já contidas em seus ensaios, artigos e livros anteriores.

Além disso, é inviável historicizarmos as determinações sociais de seu pensamento se as deslocarmos das condições materiais gerais, além do ambiente político e intelectual em que o autor viveu. Nesse sentido, nesse capítulo apresentaremos sinteticamente um pouco sobre o

quadro econômico e social do Brasil pré-1964; a estratégia e táticas do PCB até então; como também discutiremos as reflexões de outros importantes intelectuais comunistas e de esquerda, em diálogo com Caio Prado - como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. A partir daí, discorreremos sobre o ideário de *Revolução Brasileira* em Caio Prado Júnior e suas repercussões.

5.1 DA INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRITA À CRISE DO MODELO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA

As transformações na sociedade brasileira pós-1930 foram amplamente estudadas por nossos historiadores, economistas e cientistas sociais em geral. Existem muitos debates no que tange à composição social e orientação do Estado brasileiro. Embora a ação econômica do Estado pós-1930 possa ser vista como ainda comprometida com setores tradicionais da economia e sem uma orientação claramente industrialista, o conjunto das medidas por ele adotadas para atenuar os efeitos da crise ultrapassaria a mera defesa dos interesses dos velhos grupos dominantes. A revolução de 1930 redireciona institucionalmente os padrões de acumulação no país para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno ao reorientar o eixo econômico para o polo urbano e industrial.

Essa reorientação industrialista-urbana da acumulação capitalista no Brasil se desenvolveu em um momento de grandes dificuldades econômicas na conjuntura internacional. A grande depressão de 1929 fazia com que faltasse oportunidades de

financiamentos externos, assim como o setor agrário-exportador cafeeiro - principal gerador de divisas-ouro necessárias à importação de equipamentos e insumos básicos - também sofria os desdobramentos da crise, através da queda dos seus preços. Nesse sentido, o Estado orientou-se em uma tripla direção: (1) regulamentação da quase totalidade dos fatores produtivos, estabelecendo, assim, os chamados preços sociais; (2) a redefinição do papel da agricultura e (3) sua transformação em investidor nos empreendimentos de infraestrutura.

Conforme enfatiza Francisco de Oliveira, a reformulação da ação estatal tem dois significados principais: de um lado, a destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para atividades agrário-exportadoras e, de outro, a criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2003). Tratava-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumular que se baseasse na realização interna da produção.

O considerado "setor arcaico", a agro exportação, continuou a desempenhar papel chave na geração de divisas necessárias à importação do que fosse necessário para o parque industrial. Agora, caberia ao Estado definir junto a ela uma nova forma de atuação. Ou seja, ampará-la - já que os investimentos industriais dela dependeriam - e ao mesmo tempo, desestimulá-la, enquanto o setor básico canalizasse a maioria dos recursos da economia. Daí o conceito de "industrialização restrita" (MELLO, 1982) para caracterizar a industrialização brasileira entre os anos de 1930-1955, dada a dependência em relação ao setor agroexportador.

Importante salientar duas questões nesse processo. Primeiro, as opções de desenvolvimento trilhadas pela economia brasileira estavam em plena sintonia com os movimentos internacionais. Isso porque a crise de 1929 representou uma crise no paradigma liberal, pois o Estado capitalista, mais do que um gerenciador econômico, mediador de conflitos e comitê de negócios das classes dominantes, se tornara um importante agente

investidor produtivo para resguardar a acumulação privada. Em segundo lugar, temos a especificidade brasileira, já que a dinâmica da acumulação capitalista no Brasil construiu-se com base na recriação de relações de trabalho não capitalistas.

Para a historiadora Sônia Mendonça, a questão supracitada é coerente com o próprio caráter conservador da composição de forças que representava o novo Estado após a revolução de 1930. Assim, a estrutura agrária brasileira, arcaica e concentrada, permanecia intocada no que diz respeito às formas de propriedade (MENDONÇA, 1986). Inclusive, essa relação entre o moderno e o arcaico na dinâmica econômica, social e cultural brasileira era o principal foco dos estudos, reflexões e proposições políticas de diversas matrizes na época.

Em síntese, o papel do Estado no período entre 1930-1955 foi o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial pudesse se reproduzir. Nesse sentido, o salário mínimo foi um poderoso instrumento da acumulação urbano-industrial, pois, nivelava por baixo o conjunto dos salários dos trabalhadores.

Contudo, esse processo foi se transformando ao longo de seu desenvolvimento. Basicamente, nas décadas de 1930 e 1940, o capital privado nacional beneficiou-se de diversas formas da política econômica do Estado. Por um lado, contou com o fornecimento - a baixos preços - dos insumos e serviços produzidos pelas estatais de bens de produção. Por outro, os industriais também ganhavam com o fato de produzirem para um mercado nacional “cativo”, quase sempre protegidos pelo controle cambial ou pela desvalorização monetária, o que permitia vender sempre a altos preços.

Disso, beneficiava-se a burguesia industrial, mais nova parceira no poder, que não sofreu pressões sobre seu lucro fomentado pelo próprio governo. Somados todos esses fatores, tinha-se em gestação, mesmo antes de 1955, o processo de concentração de capitais e empresas que deu suporte às alterações do modelo econômico. Foi principalmente a partir do

governo de Juscelino Kubitschek que se operou uma redefinição na política econômica em duas frentes: as estratégias de financiamento e o setor industrial a ser privilegiado pelo Estado.

Segundo Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 2009), a estabilidade econômica dos países centrais no pós Segunda Guerra possibilitava oportunidades de mais financiamentos externos para os países periféricos, principalmente, investimentos advindos de países que se reconstruíram por meio do mercado comum europeu e do Japão. Vale lembrar, também, que nesse cenário, o denominado "Terceiro Mundo" vivia o sonho de vencer o "subdesenvolvimento" em defesa da soberania dos seus povos. Nesse momento, inúmeros movimentos de libertação nacional estavam em curso na África e na Ásia, sendo a Conferência de Bandung (1955)⁴⁴ uma das grandes expressões deste ideário. O nacionalismo no pós Segunda Guerra ganhava um conotação mais popular, anti-imperialista e progressista, para além de ser uma mera expressão da ideologia dominante burguesa do Estado Nação.

Diante dessa conjuntura, o governo JK optou em buscar financiamentos e empréstimos junto ao capital estrangeiro para a expansão acelerada da acumulação capitalista no Brasil. Além disso, elegeu-se o setor produtivo de bens de consumo duráveis, em especial o setor

⁴⁴ É o nome com o qual ficou conhecido historicamente o encontro ocorrido nesta cidade indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955, e que reuniu os líderes de 29 estados asiáticos e africanos responsáveis pelo destino de 1 bilhão e 350 milhões de seres humanos. Patrocinaram esta conferência Indonésia, Índia, Birmânia, Sri Lanka e Paquistão, e tinha como objetivo promover uma cooperação econômica e cultural de perfil afro-asiático. A maioria dos países participantes da conferência vinham da amarga experiência da colonização, experimentando o domínio econômico, político e social, sendo os habitantes locais submetidos à discriminação racial em sua própria terra, parte da política de domínio europeia.

A Conferência de Bandung prima pelo seu pioneirismo em tratar de assuntos inéditos à época, como a influência negativa dos países ricos em relação aos pobres e a prática de racismo como crime. Foi proposta ainda a ideia de criar um Tribunal da Descolonização, que julgaria os responsáveis pela prática deste crime contra a humanidade, responsabilizando também os países colonialistas, significando ajudar a reconstruir os estragos perpetrados pelos antigos colonos no passado. Tal ideia, porém, foi abafada pelos países centrais, ou seja, aqueles mais influentes no cenário internacional.

Outra importante ideia saída desta conferência é a concepção de Terceiro Mundo, além dos princípios básicos dos países não-alinhados, o que se traduz em uma postura diplomática geopolítica de equidistância das duas superpotências. Assim, a "inspiração" para a implementação do movimento dos não-alinhados surge nesta conferência, sendo que sua fundação se dará na Conferência de Belgrado de 1961.

automobilístico, como setor de ponta da acumulação, ao contrário do modelo econômico anterior, que privilegiava diretamente o setor de bens de capital (OLIVEIRA, 2003).

Esse novo modelo de desenvolvimento favorecia a concentração dos capitais, tornava os centros urbanos brasileiros grandes polos populacionais, com uma grande oferta de força de trabalho, a qual era regulada por níveis salariais baixos e um grande contingente de exército industrial de reserva.

Além disso, multinacionais instalavam suas filiais pelo país. Em razão de sua superioridade tecnológica e de capitais, aliada ao favorecimento fiscal do Estado, o dinamismo dos novos ramos produtivos passou a requerer fornecimentos de outros setores industriais, em uma intensidade tal que somente poderiam ser atendidos mediante investimentos de alto porte.

O Brasil se inseria em um novo tipo de dependência econômica. Se antes a modernização dependia das divisas geradas pela agroexportação, após 1955 essa dependência se deslocava para o financiamento externo e para um maior dinamismo tecnológico dos monopólios internacionais, gerando um descompasso produtivo entre os três setores industriais.

A contradição do novo modelo de acumulação se expressava na relação conflituosa entre uma industrialização baseada na produção de bens duráveis para o mercado interno, e o fato da propriedade industrial ser do capital estrangeiro. Por ter predominância do capital estrangeiro, os ganhos retornavam às matrizes externas sob forma de lucro, juros e dividendos.

Como a inflação foi a estratégia do governo para gerar recursos internamente, nossa moeda se desvalorizava. Nesse caso, como dotar a economia com meios de pagamentos internacionais capazes de fazer voltar à circulação mundial parte do excedente realizado aqui

dentro pelas empresas estrangeiras? O endividamento externo seria a saída. Porém, nas condições de equilíbrio político instável em que se movia o pacto social nessa fase, era praticamente impossível realizá-lo.

A luta de classes tenderia se acirrar ainda mais, a polarização entre o empresariado industrial associado ao capital internacional e o proletariado ficava cada vez mais flagrante na sociedade brasileira. A burguesia, principalmente sua fração industrial, acumulava força econômica e política. A aliança social pró-crescimento econômico se rachava gradativamente, justamente pelas próprias contradições internas que o modelo político e de acumulação impuseram (MENDONÇA, 1986).

A desaceleração da economia brasileira e a crise inflacionária que estourou em 1962 desencadeou diversos debates e interpretações entre economistas e historiadores. O regime seria questionado tanto pelos "de cima" quanto pelos "de baixo". A luta de classes parecia caminhar em um tortuoso empate no país. De um lado, haviam aqueles que queriam aprofundar o modelo econômico de 1955; de outro, politicamente, se encontravam os que estavam organizados em torno de reformas de base ou democrático-nacionais para o país.

A indefinição na luta de classes é bem ilustrada no quadro abaixo, relativo ao ganho real dos salários, apesar de uma estagnação ou de ganhos mais significativos durante o governo de Goulart. O golpe de 1964, de imediato, culminou em uma política de desvalorização dos salários por parte do Estado para assegurar o processo de oligopolização da economia brasileira, tendo como consequência a concentração de renda, o aumento do exército industrial de reserva e o crescimento da desigualdade social. A tabela a seguir ilustra a condição salarial real dos trabalhadores neste processo.

TABELA 2

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL (1958069)

Ano	Nominal (NCr\$)	Real (NCr\$)
1958	8,54	8,54
1959	11,53	8,54
1960	15,86	8,67
1961	23,00	8,98
1962	36,79	9,36
1963	66,23	9,25
1964	121,20	9,61
1965	169,68	8,14
1966	220,58	6,88
1967	275,73	6,49
1968	344,66	6,51
1969	430,83	6,58

Fonte: IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 279.

Nesse sentido, interpretamos a crise econômica do período de 1962-1964 como típica do capitalismo monopolista: uma crise de superacumulação, que consistia na impossibilidade de o conjunto do capital social se valorizar, a não ser a taxas decrescentes. Gerava-se uma

massa de capital inativa, cuja destruição - em decorrência da própria estagnação e da concentração de empresas - era a condição prévia para uma nova expansão produtiva.

O golpe de 1964 foi a expressão da aliança entre oficiais militares da alta cúpula e o grande empresariado nacional, associados ao grande capital internacional. Essa associação manifestou-se institucionalmente através da Escola Superior de Guerra (ESG), do Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (DREIFUSS, 1981), e ocorreu, justamente, para aprofundar as bases econômicas do capital monopolista iniciadas em 1955 e eliminar qualquer resistência de organizações populares e revolucionárias:

Mas como foram as estratégias e atuação dos comunistas neste cenário? Como os intelectuais comunistas estavam interpretando esse modelo político e econômico dominante? Mais do que isso, como estavam formulando alternativas a ele?

5.2 O CENÁRIO POLÍTICO EM TEMPOS DE CRISE E O PCB

A historiografia consolidada sobre o chamado período do "populismo" (1945-1964) aponta uma linha de continuidade na atuação dos comunistas, principalmente, através do

movimento operário. Sumariamente, nessa interpretação, o PCB, por sua política de colaboração de classes, era uma das engrenagens de sustentação do pacto populista.⁴⁵

Os comunistas, nesse espectro político e social, estariam a reboque da ideologia conciliatória dominante, dependentes das alianças com o trabalhismo (PTB) no movimento operário e com uma estratégia equivocada para a chamada revolução brasileira. Foram inúmeros os estudos com esse direcionamento, em especial, nos anos 1980. Muitos deles, influenciados, conforme já apontamos, pelas críticas de Caio Prado Júnior às esquerdas e ao PCB no pré-1964.

Atualmente, ainda se mantém na historiografia sobre o partido comunista a predominância da crítica aos erros teóricos e visão estratégica equivocada na história do PCB, em especial antes de 1964. A crítica ao chamado "etapismo" e seus equívocos é o ponto em comum na historiografia, em suas diversas vertentes, sobre esse partido. As críticas de Caio Prado Júnior em 1966 e, mais tarde, em 1980, a de Prestes em seu documento de ruptura com o PCB, *Carta aos Comunistas*, assim como, a crítica trotskista com base no conceito de "revolução permanente" foram absorvidas, em parte e com tonalidades diferentes, pelos historiadores e cientistas sociais.

Anita Leocádia Prestes, sem dúvida uma das maiores especialistas sobre a história do PCB no país, segue os indicativos políticos e críticos contidos em *Carta aos comunistas* de Luiz Carlos Prestes, ou seja, os erros do PCB, fundamentalmente, foram causados por sua equivocada estratégia "nacional libertadora". O reformismo e "descaracterização" política dos PCB seria ocasionado por sua falta de coesão ideológica e equívocos teóricos distantes das particularidades da realidade brasileira (PRESTES, 2015); Emir Sader, em recente artigo,

⁴⁵ O cerne para se compreender esse pacto social seria chamada crise de hegemonia na sociedade brasileira, isto é, na incapacidade de uma classe conseguir a hegemonia plena na dinâmica social brasileira. Apesar de existirem diversos tipos de análises e pesquisas com referência a esta tradição historiográfica, o papel do PCB e sua linha "reformista" e "nacional desenvolvimentista" na dinâmica deste pacto é visto como um dos principais responsáveis pela derrota das esquerdas, em 1964. Ver: (WEFFORT, 2003.); (IANNI, 1968.); (MENDONÇA, 1986).

seguindo a linha histórica petista, aponta o golpe de 1964 como um fracasso da estratégia Pecebista, fruto dos seus erros teóricos, táticos e estratégicos (SADER, 2014.). Já para Felipe Demier, filiado à tradição trotskista, nos anos de 1950, a linha do PCB teoricamente seria reduzida ao "etapismo", "dualismo" e ao nacionalismo, para o autor, sem grandes diferenças com a tradição Cepalina e Isebiana (DEMIER, 2014).

Deriva-se daí uma crítica comum à chamada estratégia nacional democrática do PCB e da maioria das esquerdas no período. O programa nacional-democrático da revolução brasileira inspirou debates, polêmicas e lutas na esquerda brasileira durante todo o século XX. Esse programa começou a se consolidar já na década de 1940, com partes das bases teóricas e metodológicas oriundas das teses da antiga Internacional Comunista.

A estratégia nacional-democrática extrapolou o universo dos comunistas, sendo pautada por muitos setores da política brasileira. Intelectuais, reformistas e até grupos armados que lutaram contra o regime militar se apropriaram e desenvolveram os fundamentos desse projeto para o país.

Por essa estratégia também estar calcada em elementos específicos da cultura brasileira e da conjuntura, refutamos análises reducionistas que classificam a estratégia nacional-democrática como um mero reboquismo e reelaboração das teses da III Internacional para países coloniais e “semicoloniais”.

Para fazer essa consideração, basta recordarmos três momentos distintos na história do PCB: (1) a massificação do PCB entre 1945-1947 e sua política de compromisso com a nova ordem liberal democrática; (2) a “radicalização chinesa” do Partido Comunista no início da década de 1950 em virtude da cassação do registro legal e eleitoral do partido e o dito

predomínio esquerdista⁴⁶ e (3) a "ocidentalização" do PCB, sua ampliação política por meio da defesa das reformas de base, da coexistência pacífica e da ampliação democrática a partir da declaração de Março de 1958.

Para além de taxações e esquematismos, há de se reconhecer que o projeto nacional-democrático foi duradouro entre a esquerda brasileira e fundamentado por uma ampla tentativa de compreensão dos aspectos particulares e gerais da formação social brasileira. Além do arcabouço teórico, essa formulação muito influenciou e foi influenciada pelo conjunto de experiências de organização popular na luta de classes, em âmbito nacional e internacional.

Conforme já mencionamos desde a década de 1940, o PCB defendia de maneira mais coerente e sistematizada uma etapa nacional e democrática para a revolução brasileira, e enxergava o Brasil enquanto uma economia atrasada e subordinada aos interesses do imperialismo norte-americano. Apesar de diversas táticas para a luta por uma revolução nacional-democrática, é possível traçarmos fundamentos gerais desse programa, que imperou entre os comunistas brasileiros. Eis os pontos:⁴⁷

- 1) *O latifúndio como origem do atraso*: o monopólio da terra, pautado por mecanismos extra-econômicos de extorsão da renda pelos latifundiários, era visto pelos comunistas como um entrave ao desenvolvimento soberano do Brasil. Profundamente conectado à dominação estrangeira, principalmente norte-americana, o latifúndio era caracterizado como um resquício

⁴⁶ Expressão clássica baseada no famoso escrito de Lênin *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*, hoje utilizada pelas esquerdas para definir uma política à esquerda isolada do proletariado e do seu nível de consciência. Contudo, em Lênin, há um significado mais profundo do termo. O isolamento político-social seria fruto da desorganização e indisciplina dos revolucionários, sem o devido contato com as massas proletárias e não proletárias. O que acarretaria em visões distorcidas sobre a realidade concreta, idealizando a prática revolucionária como a negação de participação dos comunistas em sindicatos atrasados e no parlamento burguês. A política do PCB, principalmente após o "Manifesto de Agosto" de 1950, se notabilizou pela tentativa de criação de sindicatos paralelos. Os governos Dutra e Vargas seriam caracterizados como de "Traição Nacional". Ainda com forte memória da perseguição durante o Estado Novo, os comunistas se isolaram na clandestinidade. Embora, tenham participado de importantes lutas nacionais, como a defesa da Petrobrás, a campanha do "Petróleo é nosso!" e campanhas contra a guerra nuclear e pela paz nas Coreias.

⁴⁷ Ver documentos: (CARONE, 1982)

feudal na formação social brasileira, oriundo do período de dominação colonial. Portanto, a revolução agrária, para o PCB, seria a consolidação das relações capitalistas de produção no campo, sob a hegemonia das pequenas e médias propriedades voltadas para a produção vinculada ao mercado interno.

- 2) *O Imperialismo como grande inimigo*: o imperialismo era considerado um inimigo externo capitaneado pelos EUA em conexão ao latifúndio, o qual subordinava a economia brasileira e, portanto, o desenvolvimento autônomo e soberano do Brasil. Em parte, essa interpretação se apropriava do modelo da Internacional Comunista sobre o imperialismo, cuja centralidade não era mais a busca pela análise da situação concreta, mas os movimentos táticos da política externa soviética. Assim, essa apropriação constrói um elemento peculiar para o fenômeno do imperialismo no Brasil, pois as forças imperialistas estariam conectadas com as forças pré-capitalistas brasileiras. A caracterização do PCB sobre a ação do imperialismo na realidade brasileira foi vital para entendermos a proposição de uma gerência autônoma do desenvolvimento capitalista no Brasil.

- 3) *Defesa da Democracia*: essa é uma questão com variáveis de acordo com as mutações táticas do PCB. Os comunistas oscilaram entre a defesa plena da legalidade constituída, como a formulação de “união nacional” nos anos 1940, passando pela total repulsa à ordem “democrática” constituída principalmente com o Manifesto de Agosto de 1950, e pela defesa da ampliação das liberdades democráticas e legalização do PCB - linha adotada pelo partido entre 1958-64. Obviamente, essas políticas estão sintonizadas com o grau de inserção dos comunistas na ordem legal constituída. No entanto, é possível estabelecermos linhas gerais do entendimento de democracia na plataforma pcbista. A defesa dos direitos civis, sociais e políticos é um marco da política nacional do PCB nessa época. Tendo como premissa o

histórico pacto entre as elites na política brasileira, a repressão e a exclusão dos trabalhadores das decisões nacionais, o PCB via a defesa das liberdades democráticas como elemento estratégico para a maior participação e interferência do proletariado na vida do país.

- 4) *A aliança com a burguesia nacional*: um dos pontos mais controversos do programa democrático-nacional. Por eleger o imperialismo e o latifúndio (enquanto um resquício feudal) como os verdadeiros inimigos, os comunistas entendiam que havia uma cisão no seio da classe dominante. Os industriais e setores da burguesia ligados ao mercado interno teriam interesses contraditórios aos interesses imperialistas no país. Ou seja, para os comunistas, a base objetiva da aliança das forças populares com a burguesia nacional consistia no comum interesse pelo desenvolvimento capitalista, independente da dominação imperialista, em especial norte-americana. Com o processo de monopolização da economia brasileira, os comunistas chegaram a perceber o caráter conciliador das forças reacionárias com a burguesia nacional.

Às vésperas do golpe de 1964, essa estratégia parecia estar muito próxima do seu êxito, através da conquista de um governo nacionalista e democrático, como afirmou o renomado historiador Eric Hobsbawm em *Era dos Extremos* (HOBSBAWM, 2009). Afinal, o PCB aumentava o seu poder de influência junto à sociedade brasileira. Os comunistas participaram ativamente da UNE,⁴⁸ influentes nos movimentos culturais e artísticos de cunho nacional popular, e dirigiam as principais articulações nacionais sindicais, tendo destaque o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab).

⁴⁸ Apesar de contar com presidentes ligados à corrente política da esquerda católica chamada de Ação Popular, o PCB contava com uma parcela significativa de diretores na entidade.

Ao passo que a burguesia industrial fortalecia seu poder de articulação nacional e internacional no processo de industrialização e urbanização do país, também crescia outro polo desse desenvolvimento: a organização política da nova classe operária e dos setores populares. Conforme enfatiza o estudioso do período, Moniz Bandeira:

O proletariado, desde o episódio pela posse de Goulart, amadureceu politicamente como classe, e os líderes sindicais formaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e outras associações em nível regional, a fim de coordenar e unificar o movimento operário, não somente para defender reivindicações econômicas, como também influir nas decisões do poder público, em sua política e mesmo em sua composição (MONIZ BANDEIRA, 2010).

Por conta disso, em nossa análise, partindo do entendimento global, pretendemos articular a crise econômica do desgaste do modelo desenvolvimentista com a crise política materializada no isolamento do governo Goulart.

Nesse sentido, é evidente que o PCB expressou posturas e reflexões de um lado importante da luta de classes, principalmente a partir de 1955 com o governo de JK. Seus intelectuais orgânicos também expressavam esse momento, inclusive Caio Prado Júnior. Por isso, analisaremos, sinteticamente, a postura teórica e prática da política do PCB durante o governo de JK até o golpe de 1964.

Os comunistas brasileiros, desde o suicídio de Vargas, eram pressionados a mudar os rumos da sua política. Como já relatamos, o PCB estava imerso em uma absoluta clandestinidade, repudiava a ordem institucional vigente e defendia o método insurrecional para a revolução anti-imperialista e antifeudal. Ainda assim, devemos destacar que esse partido, entre 1950-1954, esteve presente em importantes lutas de massas pelo país.

Já durante o ano de 1955, os comunistas demonstravam mudanças gerais na linha política. O apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek é um exemplo dessa mudança, vista como a alternativa democrática e renovadora para o desenvolvimento nacional. Mesmo compreendendo que a composição da candidatura se caracterizava por ser heterogênea - uma disputa entre os setores entreguistas, atrelados ao imperialismo, e os nacionalistas, vinculados

à burguesia nacional -, a postura dos comunistas revelava uma nova posição frente à institucionalidade vigente.

Para agravar esse quadro, em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Nikita Krushov divulga o relatório sobre os "crimes de Stalin" e a crítica ao "stalinismo". A crítica estava centrada na questão do personalismo, mandonismo e nos duvidosos "processos de Moscou" dos anos de 1930.

O relatório desencadeou um novo momento do movimento comunista internacional. Em termos táticos, se institucionalizava como política do PCUS a chamada "coexistência pacífica". Segundo essa doutrina, o socialismo tenderia a superar economicamente o capitalismo. Por isso, o papel dos comunistas seria fortalecer as lutas democráticas e de massas, mas pacificamente. O chamado stalinismo, mais do que o culto à personalidade de Stalin, se manifestou nos PC's através do método de análise e organização.⁴⁹

No Brasil, não foi diferente. A direção e os militantes do PCB ficaram atordoados com a notícia sobre o XX Congresso do PCUS, divulgada pela imprensa.⁵⁰ Os ventos de mudança no movimento comunista internacional e na conjuntura brasileira empurravam o PCB para uma nova política.

Em março de 1958, uma articulação de dirigentes nacionais do PCB, com apoio de Prestes, redigiu um documento, posteriormente aprovado pelo Comitê Central, e lançado como a *Declaração de Março de 1958* (CARONE, 1982). Tratou-se, na prática, de uma reorientação na linha do PCB. Concatenado às transformações da sociedade brasileira, tal documento captava o salto urbano e industrial dado na economia brasileira nos últimos anos. Constatava, ainda, o crescimento numérico do proletariado urbano, embora enxergasse a continuidade do latifúndio atrelado ao imperialismo no campo brasileiro.

⁴⁹ Ver: Lukács, G. Cartas sobre o Stalinismo. In Revista Temas 1, Grijalbo, São Paulo, 1977

⁵⁰ O PCB enviou o seu secretário de organização, na época, Diógenes Arruda ao XX Congresso do PCUS. No entanto, o dirigente comunista apenas regressou ao Brasil meses depois, devido a uma viagem para a China. Ver: (MAZZEO, 1999).

O documento também defendia que o desenvolvimento em curso se contrapunha aos interesses do imperialismo norte-americano, e que o Brasil passava por um momento de democratização da vida política. Nesse sentido, o papel dos comunistas seria reforçar o espaço político da classe operária nos rumos nacionais. Além disso, a declaração centrava seu eixo tático na disputa dos governos, para a conquista da Revolução anti-imperialista, antifeudal, democrática e nacional.

De fato, o ano de 1958 parecia ser um marco do avanço do movimento democrático e nacionalista no país. Conforme nos mostra Anita Leocádia Prestes, podemos apontar vários fatos para esse avanço. Entre eles, houve a vitória nas eleições do Clube Militar da "Chapa Amarela", encabeçada pelo general Justino Alves Bastos, assim como a intensa atividade da Frente Parlamentar Nacional, a qual exercia pressão sobre JK quanto à defesa da soberania brasileira, no caso da regulamentação da cotação do dólar, por exemplo.

No movimento sindical, realizam-se diversos congressos sindicais e a I Conferência Sindical Nacional. Segundo um documento editado pela direção do PCB em 1959 e intitulado *O movimento operário e a política sindical dos comunistas*,⁵¹ estava em curso o "recrudescimento das lutas da classe operária por melhores condições de vida e trabalho". Assinalava-se que, entre 1952 e 1958, o número de sindicatos cresceu de 1.096 para 1.552, e o número de federações, de 49 para 67. Os comunistas reconheciam, contudo, que a principal debilidade do movimento sindical era a fraca participação das massas nas organizações do mesmo e chamavam atenção para a necessidade de se criarem sindicatos de assalariados agrícolas (PRESTES, 2015).

Os comunistas também participaram das eleições legislativas e para governadores de estado, realizadas em outubro de 1958. Continuavam impedidos de apresentar candidaturas próprias pela legenda do PCB, pois o partido tivera seu registro eleitoral cassado ainda em

⁵¹ "O movimento operário e a política sindical dos comunistas", *Novos Rumos*, RJ, n.30, 18 a 24-09-1959.

1947. Naquela oportunidade, receberam apoio do PCB candidatos diversos aos governos de estado, como Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, Adhemar de Barros em São Paulo e Cid Sampaio em Pernambuco.

Durante o governo de JK, o PCB apostava numa crescente mobilização e pressão das massas, visando forçar o governo a um rompimento com os interesses dos capitais monopolistas estrangeiros e de seus aliados internos. Pretendia-se, por meio de tal pressionamento, alcançar mudanças na composição do governo que contribuíssem para o avanço das forças nacionalistas e democráticas, nas quais se incluía a chamada "burguesia nacional".

Em 1960, o PCB realizava o seu V Congresso Nacional. Basicamente, esse congresso aprovou a reorientação política do partido iniciada em 1958. Os "desvios esquerdistas" do período anterior são criticados e dirigentes históricos associados àquela linha são afastados da direção nacional. Aprofunda-se a compreensão sobre a democratização da vida política brasileira. Essa tendência, segundo as teses publicadas no jornal oficial do partido, *Novos Rumos*, seria sentida, inclusive, no seio das forças armadas brasileiras (TESES PARA DISCUSSÃO.PROJETO DE ESTATUTO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL., 1960).

Outra diretriz aprovada nesse congresso foi a busca pela legalização do PCB. O congresso aprova que o Comitê Central eleito teria poderes para elaborar um estatuto juridicamente amoldado às regras do Tribunal Superior Eleitoral⁵². Mais do que isso, a luta

⁵² Para facilitar o seu registro eleitoral, o novo estatuto do partido mudou o nome do mesmo para Partido Comunista Brasileiro. Programa e estatuto foram feitos na medida necessária para atender às exigências da Lei eleitoral, sem, entretanto, contradizer as resoluções políticas do V Congresso. Esta mudança foi um dos fatos políticos utilizados por uma pequena parcela de dirigentes e militantes comunistas que rompem com o PCB e fundam o PC do B. Identificados com a linha esquerdista dos anos 50 e simpáticos ao Stalinismo, o novo partido fundado se notabilizou por posições sectárias na conjuntura nacional e atrelados internacionalmente ao PC da China e, mais tarde, ao socialismo albanês.

pela legalização do partido comunista fazia parte das lutas pelas liberdades democráticas no período.

Durante os trabalhos do V Congresso, também foram apontadas algumas ressalvas à *Declaração de Março de 1958*. O informe do Comitê Central ao Congresso critica o fato de a declaração passar a impressão de que a continuidade do atual desenvolvimento capitalista culminaria na revolução anti-imperialista e antifeudal (PCB, 1980).

No entanto, com base nas contradições do modelo de acumulação vigente, os comunistas constataram, nos debates congressuais, que as opções de desenvolvimento predominantes conciliavam com a dependência imperialista e com o monopólio latifundiário da terra.

Também é criticado por importantes dirigentes, como Mário Alves e Carlos Marighella, o que se chamou de "subalternização da classe operária" na direção do movimento nacionalista. Isso, pelo fato do partido estar, até então, fazendo uma leitura apologética do desenvolvimento do capitalismo (COSTA, 2005).

No entanto, as contradições trazidas pelo novo modelo de acumulação capitalista dependente, intensificadas ao longo do Governo de JK, tornavam o cenário político brasileiro cada vez mais conturbado. Nas eleições presidenciais, o político conservador apoiado pela UDN, Jânio Quadros, venceu a corrida com mais de 6 milhões de votos. A inflação, o aumento da carestia e das desigualdades, e as denúncias de corrupção fizeram de Jânio a voz das mudanças nas eleições, ao vencer o candidato nacionalista apoiado pelo PCB, Marechal Lott (PSD-PTB).

Antes mesmo de Jânio Quadros assumir a presidência, entre os anos 1960 e 1961, eclodiram no país diversas greves de massas contra a carestia e a compressão dos salários.

Obtendo importantes vitórias, as greves demonstravam o fortalecimento do movimento operário frente à crise econômica (PRESTES, 2015).

Sustentado pela oligarquia financeira e as forças reacionárias (UDN, Cruzada Democrática, etc), Jânio Quadros seguiu o script de uma política econômica orientada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional). Promoveu a liberação do câmbio e, em nome do combate à inflação, provocou a compressão dos salários, limitou o acesso ao crédito e tomou outras medidas que sacrificaram os trabalhadores, as classes médias e a pequena burguesia.

O PCB sempre se colocou na oposição ao governo de Jânio Quadros, e seguiu intensificando sua inserção no movimento popular e operário, além de organizar campanhas pelo país a favor da legalização do partido. Pouco a pouco, o frágil pacto social, em meio à crise de hegemonia, se desmanchava no ar. Jânio, para tentar conciliar com o movimento democrático e progressista, adotou uma política externa independente, aliada ao chamado movimento terceiro mundista, gerando descontentamento na sua base de apoio.⁵³

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, revelava a instabilidade institucional que assolava o país. A conciliação era inviável em uma sociedade urbana e industrial onde, de um lado, se via o fortalecimento do capitalismo monopolista e, de outro, a organização do proletariado e dos setores populares. Isolado e sem apoio, a renúncia foi interpretada como um ato unilateral do Congresso Nacional.

O golpe ensaia se consolidar novamente. A repressão das forças policiais e de militares de direita contra os comunistas se intensificou no Estado da Guanabara. A UDN, liderada por Carlos Lacerda, conspirava contra a posse do vice-presidente de João Goulart. Os comunistas do PCB, desde os primeiros sinais da conspiração, denunciavam os intentos

⁵³ A condecoração ao revolucionário Che Guevara por Jânio Quadros foi um símbolo desta política. Ao mesmo tempo que, na política interna, o então presidente adotava uma linha antipopular e atrelada ao FMI.

golpistas e convocavam o povo a defender a constituição e as liberdades democráticas (NOVOS RUMOS, 1961).

A posse de João Goulart e a defesa da legalidade foram importantes vitórias parciais do movimento democrático e nacionalista no Brasil, embora a adoção do parlamentarismo tenha sido uma forma conciliatória de acalmar os setores da direita golpista (UDN, setores do PSD, direita militar, etc.). Nesse momento, a crise do modelo desenvolvimentista, base econômica do pacto social vigente, acirrava a luta de classes.

Captando o novo momento político e econômico do país, o PCB apostava em uma linha de combate às forças reacionárias e à conciliação do governo João Goulart com as mesmas. Ao passo que, para o empresariado nacional, associado ao imperialismo, e para a direita militar, a solução para crise estaria no aprofundamento do modelo econômico de 1955, associação com os EUA e o FMI e repressão ao movimento sindical e popular; para o movimento progressista brasileiro amadurece, com contribuição decisiva do PCB, o projeto das reformas de base para o Brasil (COSTA, 2005).

Para os comunistas brasileiros, a reforma do sistema cambial e da política de comércio exterior, a restrição ao capital monopolista estrangeiro, a reforma tributária, a reforma agrária, medidas parciais em benefício dos camponeses e a política de desenvolvimento do Nordeste seriam ações concretas vitais para efetivação das reformas de base.

O PCB também articulou a luta pela sua legalização junto à plataforma democrática do período. A plataforma democrática girava em torno da extensão do direito de voto aos analfabetos e aos soldados, da luta pela realização de eleições em Brasília, pela posse dos candidatos eleitos pelos trabalhadores e pelos sargentos, e da pauta por restrições eficazes à ação do poder econômico e maiores facilidades de arregimentação e propaganda político-democrática (PRESTES, 2015).

Como sabemos, João Goulart, embora particularmente fosse um reformista sincero, titubeou na defesa das reformas de base. Inicialmente, tentou conciliar o inconciliável. Porém, após a importante e esmagadora vitória no plebiscito contra o parlamentarismo, em 1962, o governo Goulart optou por uma governabilidade centrista, em alternativa aos extremismos de "direita" e "esquerda" (GORENDER, 2014.).

Em 1963, a conspiração golpista se acelera (MONIZ BANDEIRA, 2010), o general Peri Bevilacqua, comandante do II Exército, tornou públicas declarações em que atacava o CGT e outras entidades sindicais. Diante disso, o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, foi levado a advertir o oficial. As entidades sindicais e populares responderam repudiando as declarações do general Peri e em apoio à causa dos sargentos.

Carlos Lacerda também chegou a declarar a um jornal dos EUA que o governo de Goulart poderia cair antes do fim do ano, levando os ministros de militares a proporem a decretação do estado de sítio, para que pudessem legalmente destituir Lacerda do governo do Estado da Guanabara. João Goulart chegou a enviar tal solicitação ao congresso.

A reação do PCB foi imediata. Em declaração intitulada *Os comunistas se dirigem aos trabalhadores e ao povo brasileiro*, foram apresentadas três diretivas: 1) esmagamento da conspiração de Carlos Lacerda e Adhemar de Barros; 2) contra o Estado de sítio e pelas liberdades; 3) por um governo nacionalista e democrático(PCB,1963.)

Também em 1963, o PCB se opôs ao plano trienal de Celso Furtado.⁵⁴ A solução para a crise, segundo os comunistas, seria a realização das reformas de base, contemplando os

⁵⁴ O Plano Trienal idealizado por Celso Furtado, proposto em meio aos acordos com o governo norte americano para obtenção de mais financiamentos externos, em contrapartida o governo brasileiro deveria cumprir as exigências dos monopólios norte-americanos e do FMI. O PCB repudiava as ações do governo frente à crise econômica, provocada pela escalada inflacionária e a diminuição do ritmo de crescimento, que restringia as atividades industriais e comerciais, gerando desemprego, enquanto as forças reacionárias, comandadas por Carlos Lacerda e Adhemar de Barros conspiravam abertamente contra as lutas populares.

anseios nacionais e populares. A conciliação que vigorava no governo Goulart era vista, pelos comunistas, como fruto de uma composição burguesa do governo e do PTB⁵⁵.

A proclamação do estado de sítio, embora parecesse sedutora para intervir no governo da Guanabara de Carlos Lacerda, seria uma deixa institucional para também reprimir e intervir em sindicatos, movimentos populares e governos progressistas, como o de Miguel Arraes, em Pernambuco. O PCB se mantém, mais uma vez, coerente na defesa das liberdades democráticas para avançar a luta pelas reformas de base.

Infelizmente, parte da nova historiografia revisionista sobre o golpe de 1964 omite tais posicionamentos. Ao induzir uma interpretação de que o golpe da direita em 1964 seria um contragolpe à conspiração das esquerdas.⁵⁶ A defesa da ampliação democrática, gostemos ou não, era estratégica na linha dos comunistas brasileiros desde 1958.

Já no início de 1964, as tensões na sociedade brasileira pareciam insolúveis. Para o PCB, segundo sua análise publicada nos últimos dias de março de 1964 (PCB, 1964), haveria dois tipos de possibilidades golpistas. A primeira seria a interrupção do processo democrático por grupos reacionários, para conter o avanço do movimento democrático e progressista. Este golpe implementaria um governo amplamente direitista, antinacional e antipopular. A segunda consistia na ocorrência de um golpe "centrista", isto é, orientado contra a "extrema-direita" e a "extrema-esquerda", mas, objetivamente, com o intuito de deter o processo de avanço democrático em curso.

⁵⁵ Em 1962, se realiza a IV Conferência do PCB. A linha vitoriosa da conferência foi uma interpretação mais à esquerda da Estratégia Nacional e Democrática, principalmente no que tange à aliança com a chamada burguesia nacional. Segundo o relato de Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, a maioria dos delegados do encontro nacional do PCB foram críticos ao Comitê Central e o "reboquismo" em relação ao governo Goulart. A conferência prestigiou a linha crítica de Mário Alves e Carlos Marighella, ao passo que a maioria do comitê central, sob liderança de Prestes e Giocondo dias, defendia alianças mais amplas para se combater o golpismo.

⁵⁶ Ver: (REIS, 1990).

Fracassadas as tentativas de conciliação com a direita, o governo Goulart busca apoio do movimento democrático e nacional. Por meio do ministro San Tiago Dantas, tentou-se articular uma Frente Popular em defesa das reformas de base. CGT, UNE, lideranças como Brizola (Frente de Mobilização Popular), Miguel Arraes e o PCB toparam participar da construção. Setores do PSD, convidados por Dantas, não participaram da frente por considerá-la radical demais.

Contudo, já era tarde, a articulação entre militares de direita, empresariado nacional e imperialismo estava mais orgânica. A crise econômica, decorrente do processo de monopolização da economia brasileira, combinada com a crise política no pacto social vigente teve um triste desfecho para os interesses nacionais e populares. O golpe de 1 de abril ocorre, praticamente, sem maiores resistências.

Esse evento expôs a fragilidade das estruturas sindicais e populares, o reboquismo e cupulismo na atuação dos comunistas e os limites do reformismo sincero de Goulart e setores do PTB. O PCB estava despreparado para enfrentar o golpe, embora analisasse com alguma concretude as possibilidades reais em curso e tivesse grande influência junto ao movimento operário e camponês. O Comitê Central desse partido apostou em negociações e acordos "por cima", seu grande plano de defesa seria o chamado dispositivo militar, no entanto, esse falhou. Infelizmente, quando se trata de conspiração e acordos de cúpula, a direita se mostra mais habilidosa e sagaz.

O insucesso do projeto democrático e nacional e, principalmente, a não resistência massiva ou armada ao golpe empresarial-militar, produziu críticas devastadoras às esquerdas e aos comunistas que atuaram naquele período.

Para além dos apontamentos de erros táticos de "desvios de direita", como aponta Gorender, ou "desvios de esquerda" como avaliou Luiz Carlos Prestes, a historiadora filha de

Olga Benário, constata um elemento crucial para a luta revolucionária, se utilizando do conceito gramsciano de Bloco Histórico:

"A ausência de uma efetiva autonomia política e organizacional condicionou a atuação dos comunistas, impedindo-os de avançar no sentido da formação do bloco histórico- ou do sujeito-povo-ou, em outras palavras, das forças sociais e políticas capazes de impulsionar a realização das Reformas de Base e preparar as condições para avançar rumo às transformações de caráter revolucionário, que apontassem para a conquista do poder político e a transição para o socialismo (PRESTES, 2015).

Como já mencionamos, a crítica mais comum atualmente para a derrota das forças de esquerda em 1964 seria o equívoco estratégico-teórico que nortearam as forças populares naquele período. Tentando superar a sedução do anacronismo histórico, nos concentramos em analisar o curso da história em si, suas forças sociais, a luta de classes e apropriações ideoculturais de um período. Sem dúvida, a estratégia nacional democrática fora uma opção política progressista de determinada fase econômica, política e cultural no Brasil. Tratou-se do programa político-prático mais renovador do seu período, e a crítica imanente a esse programa, com rigor histórico-científico, também permanece em aberto nos dias atuais.

Por isso, o estudo das formulações alternativas e debates abertos da época se faz tão necessário. Nesse sentido, veremos um pouco das posições e debates de Caio Prado Júnior no correspondente período.

5.3 A CRÍTICA POLÍTICA CAIOPRADIANA: DOS ARTIGOS NA *REVISTA BRASILIENSE* À TRIBUNA DE DEBATES DO V CONGRESSO DO PCB

Caio Prado Júnior, como poucos, conseguiu aliar seus estudos históricos, geográficos, econômicos e filosóficos à militância política. Mais do que isso, em nossa visão, foi um dos principais intelectuais orgânicos ao projeto nacional democrático que vigorou nas esquerdas durante muito tempo. A historiografia especializada⁵⁷ sobre o tema tende a confrontar o pensamento político do autor com essa estratégia política, em especial, por ser vinculada ao PCB.

Apesar de estar à margem dos núcleos diretivos do Partido Comunista e desenvolver, ao longo da sua trajetória, críticas às linhas políticas dominantes entre os comunistas, o notável historiador não se afastou das diretrizes gerais de seu partido. Os seus artigos na *Revista Brasiliense* são parte dessa confirmação. Interessante percebermos, como parte das preocupações de Caio Prado também faziam parte do universo comunista, principalmente após 1955. Obviamente, a sofisticação, domínio da teoria revolucionária e o contato com as grandes lutas nacionais fizeram o intelectual comunista tirar conclusões bastante singulares.

Fundada em 1955, juntamente com o apoio de seu primo Elias Chaves Neto, a *Revista Brasiliense* pretendia ser uma revista "em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater nossos problemas econômicos, sociais e políticos." (BRASILIENSE, 1955). Mesmo declarando não ter relações partidárias e governamentais, o conselho editorial da revista contava com diversos militantes do PCB. Nenhum deles era dirigente, a maioria tratava-se de partidários dos "comitês de ação" nas disputas internas do partido, durante os anos de 1940.

⁵⁷ Ver: (Recúpero, 2000).

Talvez, por isso, a direção central do partido tenha estranhado a fundação da revista. Através da principal revista de cultura do PCB na época, *Fundamentos*, em novembro de 1955, critica-se a fundação da *Revista Brasiliense*, ao afirmar que

A Revista Brasiliense não reconhece em nenhuma de suas páginas o papel dirigente da classe operária e de seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, como essa força capaz de impulsionar o movimento de renovação. (FUNDAMENTOS, 1955).

A área perigosa em que se movimentava a publicação e suas consequências, são claramente apontadas no parágrafo final do artigo:

Por tudo isso achamos inadmissível a presença, entre os diretores e orientadores da Revista Brasiliense, de membros do PCB, como Elias Chaves Neto, Caio Prado Jr. e outros que ali aparecem subscrevendo aquela declaração de princípios e assinando artigos de colaboração (FUNDAMENTOS, 1955).

De fato, as diretrizes da *Revista Brasiliense* jamais se confrontaram com a linha geral do PCB. Diversos intelectuais com orientações ideológicas diferentes escreveram artigos para a revista. Definitivamente, a revista mais se converteu em um espaço de debates, visando qualificar o movimento democrático e nacionalista, do que um fórum interno do Partido Comunista.

Com a reoxigenação teórica e política do PCB a partir do processo de desestalinização do movimento comunista internacional (1956) e a reorientação da política nacional em 1958, é plausível supor que o partido passou a ser mais tolerante com outras formulações progressistas no interior do próprio partido e dentro do Movimento Nacionalista.

Entre 1955 e 1964, Caio Prado Jr escreveu artigos para mais de 60%⁵⁸ das edições publicadas bimestralmente. Os temas eram variados, como filosofia marxista, conjuntura internacional e o papel da URSS, política nacional, e principalmente, debates econômicos e sobre a questão agrária. A partir destes artigos, é possível captarmos uma visão mais geral sobre a concepção de Revolução Brasileira do intelectual militante.

Erradamente, o pensamento político de Caio Prado Júnior vem sido interpretado quase exclusivamente através de sua obra mais polêmica, *A Revolução Brasileira*. Os artigos na Revista Brasiliense ajudam a apresentar a construção de seus argumentos de maneira mais abrangente e completa. Para o historiador comunista, a Revolução Brasileira seria a efetivação da ruptura com uma economia colonial dependente, para a construção de uma economia nacional integrada, pautada pelo bem-estar e atendimento às necessidades básicas da maioria da população brasileira.

As mediações e a busca pela viabilidade desta estratégia revolucionária seriam as grandes preocupações do autor. Caio Prado Júnior e os principais colaboradores da revista eram entusiastas do movimento nacionalista brasileiro. Para estes, a tarefa seria qualificar esse movimento para uma diretriz anti-imperialista e antimonopolista. Concatenados à conjuntura nacional, os artigos na revista procuravam desenvolver propostas efetivas de alternativas de desenvolvimento, como, também, propagar a formação de uma cultura nacional popular brasileira.

Nesse sentido, as intervenções na revista de Caio Prado coerentemente seguem alguns rumos: (1) entusiasmo com o crescimento do movimento nacionalista, e crítica aos limites democráticos do regime; (2) crítica ao processo de "trustificação" da economia brasileira e a dependência ao capital do imperialismo; (3) divulgação de categorias e debates marxistas; (4)

⁵⁸ Ver: Anexo A.

defesa do Estado como promotor de um desenvolvimento autônomo do capitalismo, pautado pelos interesses gerais da nação; (5) apresentação de uma nova concepção de reforma agrária.

Como vemos, essencialmente, esses pontos não diferem da concepção geral das esquerdas naquele período. Pelo contrário, Caio Prado estava preocupado na viabilidade desse projeto para o país. Para isso, o autor aprofunda as formulações da estratégia nacional democrática com novas bases e mediações. As divergências políticas vão aparecendo mais nitidamente a partir de 1958, em artigos avaliativos sobre resultados eleitorais e a participação das forças populares e progressistas nas eleições.

Durante o período do governo de JK, Caio Prado, apesar de reconhecer as tendências democráticas do período (assim como o PCB), foi um ferrenho crítico da política econômica do governo, principalmente, no que tange ao financiamento internacional da industrialização. Em artigo, publicado em março de 1956, intitulado "O Sentido da Anistia Ampla", o autor alerta que

Embora o presidente pretenda realizar a transformação da economia brasileira com o concurso decisivo dos empreendimentos da finança internacional, logo será advertido da impossibilidade disso, e verificará que não é por essa via que se poderá realizar a industrialização brasileira em termos propriamente nacionais e condizentes com os verdadeiros interesses do país e da grande maioria da população. (PRADO JÚNIOR, 1956).

Enquanto o PCB salientava a composição heterogênea do governo JK - o que repercutia, para os comunistas, na polarização interna entre setores nacionalistas e entreguistas -, Caio Prado procurava aprofundar o conhecimento sobre as raízes do novo modelo de desenvolvimento em curso no Brasil. Justamente, é nesse período que o autor publica diversos artigos críticos sobre a entrada de capitais estrangeiros no país e identifica o processo de monopolização da economia brasileira dependente do financiamento externo.

O autor criticava a opção de priorização de financiamento externo para a aceleração da industrialização brasileira. Se, no passado, o Brasil dependia das receitas produzidas pela agroexportação de produtos primários e matérias primas para o exterior, nos anos de 1950, o Brasil se industrializava de forma dependente e associada ao capital imperialista, sem efetivamente promover o desenvolvimento sobre bases nacionais.

Em artigo publicado em maio de 1957 na *Revista Brasiliense* nº 18, Caio Prado Júnior demonstra como a associação com o capital estrangeiro aprofundava, a passos largos, a dependência econômica do Brasil em relação aos grandes centros financeiros do Imperialismo. Para ele, esse aprofundamento residiria em dois planos. Primeiro, a inversão dos lucros para o exterior - ou seja, o capital aqui investido continuaria sendo propriedade dos grandes centros financeiros. Durante o governo JK, como vimos, facilita-se esta inversão por meio de benefícios institucionais. Depois, a dependência tecnológica com relação aos grandes trustes internacionais. As máquinas e equipamentos não vinham para cá de graça, tudo era pago por meio de amortizações durante anos. No final, o valor dos equipamentos era pago, mas os donos dos mesmos continuavam a ser os grandes trustes.

Estes dois elementos, para Caio Prado, repercutiam em um descompasso na balança de pagamentos do Estado brasileiro. O que acarretava na crescente opção do governo JK por contrair empréstimos no exterior. Sendo assim, a industrialização brasileira ocorria sem bases de desenvolvimento nacional, por mais que, inicialmente, pudesse constatar o crescimento de forças produtivas no país (PRADO JÚNIOR, 1957).

A alternativa econômica dentro deste quadro, para o notável historiador comunista, se tratava de fortalecer o movimento nacionalista com um forte conteúdo anti-imperialista e antimonopolização da economia brasileira. O Estado teria um papel crucial para garantir as bases nacionais e os interesses gerais do desenvolvimento, através de uma economia planejada, que subsidiasse a diretriz para os investimentos da iniciativa privada nacional e

estrangeira, a fim de garantir a elevação nos padrões de vida da maioria da população, como se evidencia nessa passagem:

A industrialização realizada por conta de empreendimentos financeiros, pode trazer e efetivamente traz, nos primeiros momentos, um estímulo ao desenvolvimento de nossas forças produtivas. Mas o que se ganha de um lado, perde-se de outro, e aquele estímulo tenderá com o tempo se transformar em freio. O que se propõe na atual fase da evolução brasileira, é a transformação das próprias bases em que assenta, e sempre assentou a economia do país, a fim de que as suas forças produtivas deixem de ser subsidiárias, como direta e indiretamente tem sido até hoje, do comércio internacional e de mercados estrangeiros, para o atendimento da massa da população brasileira. É isso que deve visar uma política nacionalista, de que o desenvolvimento econômico e os níveis dos padrões de vida brasileira (e portanto da renda nacional) será uma consequência" (PRADO JÚNIOR, 1959).

Em nenhum momento, Caio Prado Júnior propõe medidas de cunho socialista para a economia brasileira. O intelectual paulista tenta reatualizar a estratégia nacional-democrática a um contexto de monopolização da economia brasileira e dependência do capital-imperialismo. Para ele, existiam duas opções de desenvolvimento para o país: a dependente e associada aos grandes centros financeiros, que já estava em curso, e o desenvolvimento realizado em sólidas bases nacionais e tendo o Estado como principal promotor.

A primeira opção, seria uma continuidade da "via colonial" de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, um crescimento econômico "aparente" e dependente, que na verdade, era um entrave para o real desenvolvimento nacional. Conforme já apontamos no capítulo anterior, apesar de críticas e diferenças às visões do PCB e do reformismo cepalino, Caio Prado também reproduzira uma visão "estagnacionista" sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.

De alguma forma, o PCB realizou uma pequena correção na sua linha política durante o V Congresso em 1960. Se na *Declaração de Março de 1958*, os comunistas compreendiam que o desenvolvimento das forças produtivas em curso no país necessariamente se chocaria

com o imperialismo, a partir do V Congresso esta impressão é revista, conforme já apontamos.

Outro elemento que podemos destacar dos escritos de Caio Prado na *Revista Brasiliense* seria a maturação de uma nova concepção de reforma agrária. Ao lado da luta anti-imperialista, a questão agrária ocupa um papel central na concepção de Revolução Brasileira no pensamento político do historiador comunista.

Caio Prado Júnior, durante os anos 1950 e 1960, se ocupa em seus estudos de mapear a realidade rural brasileira. Constata, devido ao avanço da agropecuária, o predomínio de relações salariais precárias no campo. Sem dúvida, desde os anos de 1930, o autor questionava a existência de relações feudais na formação social brasileira.⁵⁹ Contudo, é a partir dos anos de 1950 que Caio Prado enseja um projeto alternativo de reforma agrária, em contraponto ao mero distributivismo.

Para Caio Prado, os chamados "restos servis", além de nunca terem existido na formação social brasileira, não eram obstáculos ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, como sempre supôs o dualismo cepalino no campo e, de maneira distinta, as teses predominantes no PCB. Para o historiador paulista, a modernização agrária no Brasil não se deu pela "via clássica", mas sim conservando antigas estruturas a fim de preservar o poder político dos grandes proprietários de terras e garantir a superexploração dos trabalhadores rurais.

O problema da produtividade no campo fazia parte desse caminho trilhado no Brasil de desenvolvimento. Como bem alertou Chasin, a "via prussiana" causa um efeito retardatário no desenvolvimento das forças produtivas, fruto da conciliação política e social. Nesta

⁵⁹ Apesar de questionar a tese sobre resquícios feudais desde o seu livro "A Evolução Política" de 1933, Caio Prado Júnior foi um defensor da reforma agrária tradicional de cunho distributivista, ao longo dos anos de 1930, em especial durante a militância na ANL. É possível constatar esta visão em uma série de artigos políticos, publicados nessa época pelo autor (PRADO JÚNIOR, 1987).

transformação "pelo alto", o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, e gestando, assim, formas híbridas de dominação, em que se reúnem os pecados de todas as formas de Estado (CHASIN, 1978).

Nesse sentido, Caio Prado, ao captar as particularidades brasileiras, constatava dois grandes problemas na estrutura agrária. O mais emergencial seria a falta de proteção social e institucional dos trabalhadores rurais, os quais estavam submetidos a relações extremamente precárias, sem segurança, baixos salários e péssimas condições sociais. O outro grande problema, este sim mais estrutural, seria a grande concentração fundiária.

Para Caio Prado Júnior, a solução desses problemas deveria ser associada ao aumento da produtividade do campo brasileiro, direcionada para o bem-estar social geral da sociedade. Em seu artigo publicado em 1962, na *Revista Brasiliense* nº 43, intitulado de *Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil*, o autor desenvolve de maneira mais sistematizada um programa agrário na perspectiva da estratégia nacional e democrática.

Nesse artigo, Caio Prado sustenta que a tarefa prioritária seria a conquista de uma legislação social e trabalhista para os trabalhadores rurais. A extensão de direitos, a melhoria nos níveis salariais, a continuidade de relações empregatícias, como também a defesa do direito à moradia e melhores condições sanitárias seriam alguns dos principais eixos para elaboração dessa legislação, conforme expõe nessa passagem:

São assim, em suma, duas frentes de ataque da reforma agrária: a extensão da proteção legal ao trabalhador rural, e o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização da terra. É muito importante a colocação do nosso problema agrário nessa dupla perspectiva, acentuando o caráter alternativo em que se relacionam e combinam as duas soluções propostas. Isso porque seria inteiramente falso imaginar (como pensa um certo sectarismo de esquerda) a possibilidade do desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e a transformação instantânea, ou mesmo a curto da massa rural brasileira em uma coletividade de camponeses pequenos produtores e proprietários (PRADO JÚNIOR, 1962).

O autor, polemicamente, propõe medidas progressivas e excessivamente gradualistas de "desconcentração fundiária", principalmente através do aumento das taxações sob as grandes propriedades. Contudo, Prado Júnior critica o modelo de reforma agrária baseado no parcelamento da grande propriedade, pois manifesta um temor referente ao parcelamento de certas produções baseadas na grande propriedade e na monocultura (como a cana-de-açúcar), as quais, se fossem divididas em pequenas propriedades, fatalmente veriam seus níveis produtivos cair.

Sendo assim, para a grande propriedade, Caio Prado propõe uma solução gradual para fins de reforma agrária. Apenas as grandes propriedades baseadas em relações consideradas mais arcaicas, como no caso da "parceria", seriam alvo de imediata redistribuição para os trabalhadores rurais (PRADO JÚNIOR, 1962).

O historiador paulista não consegue associar em suas proposições o poder econômico do latifúndio com o poder político. Tenta-se combater o poder dos grandes proprietários de terra através de medidas econômicas gradualistas e reformas sociais trabalhistas, sem entretanto, atacar a raiz da continuidade colonial: o monopólio da terra.

Sem dúvida, a questão do Imperialismo e a questão agrária são os dois grandes eixos críticos de Caio Prado Júnior, para, justamente, tentar qualificar e tornar mais viável o movimento nacionalista e democrático. Suas teses são extremamente associadas a esse projeto. Em nossa análise, a estimada contribuição caiopradiana visava aprofundar tal programa.

Nesse viés, acompanhamos sua intervenção na tribuna de debates do V Congresso do PCB (COSTA,R.2005.). No texto *As Teses e a Revolução Brasileira* subdividido em sete

partes e publicado pelo semanário do “PCB Novos Rumos”, entre junho e julho de 1960, Caio Prado Jr. apresenta grande parte das suas reflexões já publicadas na *Revista Brasiliense*.⁶⁰

Mesmo considerando as teses do V Congresso mais avançadas, Caio Prado critica a concepção de Imperialismo e a proposta de reforma agrária do PCB. Sobre a questão agrária, seguindo a linha dos artigos publicados na *Revista Brasiliense*, o intelectual comunista se opunha à indicação de que a tarefa principal dos comunistas no campo seria lutar contra o latifúndio improdutivo e os resquícios de feudalismo, como a parceria.

Para ele, conforme já mencionamos, com o avanço da agropecuária, já predominava as relações salariais no campo, sendo a parceria uma relação um pouco mais vantajosa para os trabalhadores do que o assalariamento precário.

Caio Prado Júnior considerava que a proposta agrária do partido carecia de maior profundidade de dados da realidade concreta. No fundo, o PCB, nesta questão, ainda conservava uma visão apologética do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Quanto à questão imperialista, Caio Prado, primeiramente, tenta conceituá-la na perspectiva marxista, justamente para criticar a noção hegemônica de que o Imperialismo seria um inimigo externo à nação. Para o intelectual paulista, era preciso compreender como a economia brasileira se inseria no capitalismo internacional, e como seria a relação com os grandes trustes e instituições financeiras dos países centrais. Mais do que criticar a política externa norte americana, deveria-se compreender que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não seria naturalmente anti-imperialista. Pelo contrário, o Brasil passara para um novo tipo de dependência.

Superando a fase colonial, a qual se notabilizava pela exportação de produtos primários em troca de produtos manufaturados, a fase contemporânea se caracterizava pela

⁶⁰ Ver: PRADO JR, Caio. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil em *Revista Brasiliense* nº 29, São Paulo, Março-Abril de 1960, p.219.

transferência das empresas sediadas nos centros industriais para o Brasil, a fim de produzir parte de produtos antes confeccionados nas matrizes. Os benefícios fiscais e a mão-de-obra mais barata e "dócil" eram alguns dos atrativos para estas empresas.

O Brasil alcançara, em especial durante o governo JK, um desenvolvimento de "fachada", segundo Caio Prado. A industrialização se tornou uma mera extensão dos trustes internacionais. Nesse sentido, o autor defendia o monopólio estatal das transações financeira, a fim de combater as remessas dos lucros ao exterior, e o aumento da iniciativa estatal para dirigir os rumos do desenvolvimento nacional e atender às demandas gerais da nação.

Caio Prado Júnior culmina a sua intervenção na tribuna de debates questionando a vocação revolucionária da "burguesia nacional". Para ele, não só a burguesia brasileira não se chocava antagonicamente com o capital imperialista, como se associava e apoiava o mesmo. Os sujeitos sociais da Revolução Brasileira, para o intelectual paulista, seriam o proletariado urbano e as massas rurais (PRADO JÚNIOR, 1960).

Como nos mostra grande parte da historiografia especializada, esses debates trazidos por Caio Prado Júnior estavam marginalizados no interior do PCB. Contudo, a baixa representatividade das posições do intelectual paulista nesse partido não significa que essa discussão estava deslocada no ambiente comunista. Pelo contrário, a crítica à "apologia" do desenvolvimento capitalista, como naturalmente anti-imperialista e as dúvidas com relação ao caráter progressista da "burguesia nacional" faziam parte dos debates entre os comunistas brasileiros.

Prova disso são as mudanças políticas que ocorreram no V Congresso e, depois, na IV Conferência do PCB. Cresciam no interior do partido, em virtude das próprias contradições oriundas das lutas de classes, orientações mais críticas ao chamado reboquismo em relação à burguesia nacional e novas análises sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A crítica caiopradiana representava uma maior sofisticação na análise econômico-social da conjuntura brasileira, e politicamente, a radicalização da estratégia nacional e democrática para a construção do socialismo. Entretanto, há limites nas análises e propostas de Caio Prado Júnior, em especial, no terreno das mediações políticas. O seu isolamento circunstancial refletia isso, muito embora, há de se reconhecer a grande influência de sua obra e a capacidade de formar gerações de intelectuais.

Os artigos sobre política nacional na *Revista Brasiliense*, como não poderiam deixar de ser, são os mais críticos em relação à atuação das forças de esquerda e aos comunistas. Caio Prado foi também um grande crítico do "populismo". Para ele, a falta de partidos políticos ideológicos, o oportunismo e a demagogia das lideranças refletiam a herança do varguismo.

Segundo Prado Júnior, o sistema político brasileiro carecia de uma estrutura político-partidária melhor definida (PRADO JÚNIOR, 1961). Na seguinte passagem, vemos esta crítica à reprodução da estrutura "populista" herdada do varguismo:

Realmente, a política brasileira ainda se acha fundamentalmente disposta dentro de um velho esquema inteiramente superado pelos fatos, e que herdado de um passado que já vai se tornando remoto, vem anacronicamente se arrastando sem renovação. Esse esquema vem dos tempos em que Getúlio Vargas ocupava o centro de nossa vida política. Essencialmente, os nossos partidos e agrupamentos políticos ainda formam nos dois campos originários das forças que no passado respectivamente apoiaram Getúlio Vargas e lhe fizeram oposição (Ibid.)

A crítica também se estendia à falta de independência política dos movimentos progressistas. Segundo o intelectual paulista, muitas vezes, as esquerdas priorizavam o acordo de cúpulas à mobilização das massas. No movimento sindical, por exemplo, os comunistas menosprezavam, segundo o autor, a organização por empresa, para apenas fazer disputas nos sindicatos.

No terreno eleitoral, Caio Prado Júnior criticava o pragmatismo e a falta de autonomia política do movimento nacionalista e democrático, principalmente, ao apoiar candidatos sem real compromisso com as causas nacionalistas, como se fossem um mal menor frente a outros candidatos reacionários também criticados pelo autor. Caio Prado escreve artigos para questionar o apoio dos comunistas às candidaturas de Adhemar de Barros para governador de SP, em 1958, e para o Marechal Lott, esse último candidato da continuidade do governo JK, em 1960. Apenas Miguel Arraes era digno de total elogios, em seus artigos.

Em 1962, através de um artigo intitulado de *Perspectivas para a Política Progressista e Popular Brasileira*, da *Revista Brasiliense* nº44, o PCB e Caio Prado parecem estar mais próximos.

Nesse artigo, o intelectual comunista critica o imobilismo do governo de João Goulart sobre as reformas de base, mesmo após a vitória esmagadora no plebiscito. Prado critica enfaticamente a pouca profundidade programática das esquerdas, em que a luta contra o imperialismo e pela reforma agrária não passariam de "generalidades", como fica evidente no trecho a seguir:

Um primeiro e imediato passo em tal sentido consistirá na tarefa de concretizar e sistematizar o programa de ação das forças populares, a fim de tira-lo das vagas generalizações e dispersão de princípios que ainda hoje o caracterizam. Se as grandes e fundamentais linhas de uma política popular e progressista se acham bem firmadas na consciência geral do país, e na dos trabalhadores em particular, a saber, a libertação econômica e a reforma agrária, falta doutro lado - e o vácuo aí observado é considerável, o que ocorre inclusive nas próprias esferas dirigentes e mais responsáveis das forças populares- a noção precisa de como propor essas questões concretamente e de modo a lhes dar soluções expressas em normas práticas e desde logo aplicáveis. Fica-se nesse assunto, no mais das vezes, em formulações desconexas e muito gerais que não comportam aplicação e realização efetivas. (PRADO JÚNIOR, 1962).

Apesar das críticas, as alternativas propostas por Caio Prado Júnior não são tão claras. O intelectual comunista conseguiu compreender a complexidade e as mudanças nos fenômenos estruturais do seu tempo. Entretanto, há uma carência nas suas análises com

relação às contradições das lutas de classes e a relação com o Estado burguês no Brasil. Esse seria, a nosso ver, o passo decisivo para este grande intelectual conseguir o difícil feito de conectar suas análises gerais com propostas e táticas eficazes de ação. Questão que, para nós, fica mais evidente em sua obra mais polêmica *A Revolução Brasileira*.

5.4 A REVOLUÇÃO BRASILEIRA EM DEBATE

Em 1966, dois anos após o golpe empresarial-militar, Caio Prado Júnior lança *A Revolução Brasileira*, seu livro mais famoso e comentado. O livro é uma síntese de suas posições e críticas às esquerdas, em especial ao PCB, ao longo da sua militância. Curiosamente, o historiador paulista não debate diretamente com os grandes formuladores políticos da esquerda e do PCB. Caio Prado prefere dialogar e atingir o "senso comum" da militância de esquerda e comunista daquela época. Portanto, trata-se de uma obra, por opção política, demasiadamente generalista.

O ambiente entre os comunistas estava turbulento. O sucesso da articulação golpista e a incapacidade de resistência das esquerdas e dos comunistas gerou grandes inquietudes e críticas em relação à atuação política do movimento nacionalista e do PCB nos anos anteriores. O Partido Comunista Brasileiro, jogado para a total clandestinidade, iniciava seu processo de avaliação do ocorrido, o que desencadearia na convocação de seu VI Congresso, a ser realizado em 1967.

Nesse contexto, as críticas caiopradianas, isoladas anteriormente, ganharam maior eco através desse livro. Na obra, Caio Prado não apresenta maiores inovações. Sua compreensão

pioneira com relação à inserção do Brasil no sistema imperialista, a questão agrária e falta de profundidade programática do movimento nacionalista dão continuidade a reflexões feitas anteriormente. O autor também não se preocupa em analisar com maior profundidade as razões políticas e econômicas, composição social e consequências do golpe de 1964.

O livro se concentra, a nosso ver, em três grandes assuntos: (1) os pressupostos teóricos metodológicos equivocados da teoria consagrada da Revolução Brasileira; (2) a análise caiopradiana sobre o desenvolvimento "não clássico" do capitalismo brasileiro; e (3) o programa da revolução brasileira.

Debater a revolução brasileira logo após o golpe militar, podia parecer algo ambíguo e uma questão totalmente esvaziada de conceituação histórica, dada a relativização do termo utilizado por diversos grupos políticos. Por isso, Caio Prado Júnior começa seu livro tentando precisar e conceituar esse termo.

Ao invés de fragmentar os diversos elementos, o intelectual paulista define revolução enquanto um conceito dotado de historicidade, ou seja, extremamente vinculado à noção de processo histórico. O autor recupera o legado leniniano em compreender Revolução enquanto uma ruptura, através da ascensão de uma nova classe ou bloco de classes dirigentes, acompanhada por um conjunto de transformações estruturais em uma sociedade durante um curto intervalo de tempo.

Essas transformações podem ser alcançadas por diferentes maneiras de luta, sem uma receita pré-estabelecida. Ou seja, a forma de luta revolucionária possui unidade com o conteúdo político e a conjuntura histórica em que está inserida. Apesar de admitir continuidades nos processos, o predomínio da análise de Caio Prado é a totalidade, isto é, o direcionamento político na modificação da correlação entre as forças sociais, relações de produção, poder e cultura.

Apesar de não se tratar de uma formulação inovadora, tais apontamentos iniciais de Prado Júnior já se diferenciavam no debate entre as esquerdas na época, tendo em vista o predomínio das discussões sobre a forma de luta mais eficaz para derrotar a ditadura. Caio Prado polemiza sobre algo muito caro para o debate das esquerdas até hoje: o caráter da revolução no Brasil. Para ele, o central é desenvolvermos uma teoria revolucionária imanente à própria história da luta de classes no Brasil, em suas condições específicas dentro da sua relação com o sistema capitalista internacional - para ele, o imperialismo. A passagem a seguir sintetiza bem esse ponto:

Referimo-nos em particular, e sobretudo, à indagação acerca da “natureza” ou tipo de revolução que se trata de realizar. Será “socialista”, ou “democrático-burguesa”, ou outra qualquer? Indagação como essa situa desde logo mal a questão e de maneira insolúvel na prática, pois a resposta somente se poderá inspirar - uma vez que lhe falta outra premissa mais objetiva e concreta - em convicções predeterminadas de ordem puramente doutrinária e apriorística [...].

Pouco importa assim, ao se encetar a análise e a indagação das transformações constituintes da revolução brasileira, saber se elas merecem esta ou aquela designação, e se nesta ou naquela fórmula e esquema teórico. O que vale é a determinação de tais transformações, e isto se procurará nos fatos ocorrentes e na dinâmica desses mesmos fatos. É disso que precisam preliminarmente compenetrar-se os teóricos e planejadores da revolução brasileira (PRADO JÚNIOR, 2004).

A teoria, para Caio Prado Jr, parte da apropriação coletiva da organização revolucionária da realidade em que atua. É a recuperação da máxima leniniana da “análise concreta da situação concreta”, que refuta qualquer tipo de inspiração de um ideal expresso na “natureza” da revolução para a qual presumiria - revolução socialista, democrático-burguesa ou outra qualquer.

Com essas premissas, o historiador comunista faz o grande questionamento entre as pessoas contrárias ao golpe empresarial-militar. Por que as forças democráticas e de esquerda não tiveram respaldo e capilaridade social para impedir e resistir ao golpe? Golpe que nada mais foi que uma passeata militar. Para começar, o autor indica a fragilidade participativa das classes populares nas diversas instituições e organizações.

Em conjunto e derivado dessa conexão entre teoria e prática, as esquerdas não conseguiram despertar e mobilizar de maneira efetiva e revolucionariamente profunda, as forças progressistas do país[...]. Quando se observa com atenção as ocorrências políticas brasileiras nestes últimos anos, verifica-se que de fato o que se achava efetivamente mobilizado e atuando na luta revolucionária, ou antes naquilo que se pretendia tal, eram unicamente reduzidas cúpulas esquerdizantes que enchiam todo o campo que deveria ser daquela luta. Cúpula política no congresso municipal, cúpula sindical nos setores operários, cúpula intelectual nos setores profissionais, cúpula estudantil, cúpula militar.... Tudo mais, mas bases, as massas populares, assistiam passivamente, ou pouco mais que isso, aos acontecimentos. E na melhor das hipóteses faziam, nos momentos de maior tensão, de torcida como nos jogos de futebol (Ibid.).

Com essas considerações, o autor apresenta a hipótese do seu livro: a insuficiência teórica dos comunistas construiu modelos totalmente estranhos à realidade brasileira, tendo implicações políticas decisivas para o despreparo das esquerdas, em especial dos próprios comunistas, na intensificação da luta de classes que repercutiu no golpe de 1964.

Caio Prado considerou que a raiz da construção do modelo pcbista de revolução estaria nas formulações do VI congresso da Internacional Comunista. Essas formulações, para o autor, seriam um *receituário* sobre a evolução de modos de produção (escravismo – feudalismo – capitalismo – socialismo), uma fórmula universal para todas as sociedades. O Brasil era como um país semicolonial, por isso, ainda detinha a necessidade de realizar uma etapa democrático-burguesa.

No campo do marxismo, tratou-se de um dos primeiros autores a levantar essa crítica ao PCB, até hoje, uma das críticas mais bem aceitas à história das formulações políticas desse partido. Ao defender uma via específica brasileira do capitalismo, Caio Prado, mesmo sem dominar com precisão conceitos e categorias marxianas, recupera algo essencial no pensamento marxiano: a **historicidade** dos conceitos como instrumental de análise da dinâmica social.

Contudo, a nosso ver, o autor pouco desenvolve com profundidade essa crítica, passando a impressão de uma história monolítica das formulações políticas do PCB. A

história desse partido interage também com as mudanças e contradições da sociedade brasileira. Sendo assim, ao negligenciar essas contradições, o autor, apesar da validade crítica, reproduz uma visão superficial e descontextualizada sobre a história do PCB.

Conforme já apontamos, a redução da crítica a uma mera adequação do PCB às teses do Comitern, por si só, se mostra insuficiente, dado o grau de influência popular do partido, refinamento e formação de intelectuais orgânicos no bojo do programa nacional-democrático. Não é à toa que, por mais que tivessem discordância, a pauta política de Caio Prado e da esquerda em geral, na época, era a transição colônia-nação, na diversidade das caracterizações históricas e propostas políticas.

Os elementos mais criticados do programa do PCB, nessa obra, coerentemente com as suas reflexões, foram a questão agrária e a associação da burguesia brasileira com o imperialismo. Na questão agrária, Caio Prado reproduziu suas críticas anteriores. A caracterização dual e feudal da estrutura agrária brasileira era um erro teórico, o que resultou em graves equívocos de ação política. As relações de trabalho no campo, como a parceria e o “barracão”, eram vistas pelo autor como remanescentes do escravismo, mas nunca foram entraves para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

O autor reafirma o predomínio de assalariamento no campo. Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado é mais enfático em defesa da legislação trabalhista e social no campo, e aparenta certo menosprezo para a questão da redistribuição do acesso à terra, algo levado em conta pelo autor anteriormente. Sumariamente, o intuito do texto é combater a proposta de uma revolução agrária antifeudal no campo brasileiro.

Durante essa obra, Caio Prado também busca apresentar sinteticamente a sua visão sobre o "desenvolvimento específico do capitalismo brasileiro". O Brasil, diferentemente dos outros países latino-americanos, onde existiam sociedades mais integradas e complexas antes

da colonização, foi um espaço ocupado e formado para atender à lógica do capital comercial em ascensão na Europa.

Produziam-se produtos tropicais valorizados no mercado internacional para exportação. O modelo de produção predominante era a grande propriedade, monocultura e a utilização da mão-de-obra escrava. A dependência colonial gerou um "déficit" de coletividade e nacionalidade em nossa história. A luta contemporânea em 1966, para Caio Prado, seria ainda a transição da economia colonial para uma economia nacional e popular.

O problema é que a dependência brasileira foi se renovando e complexificando. O capital-imperialismo modernizava a economia brasileira, monopolizava as empresas e serviços e inseria o país, no todo, em um novo tipo de dependência e subordinação orgânica. Nesse sentido, Caio Prado reinterpreta as bases das suas reflexões sobre a inserção do Brasil no capitalismo internacional contemporâneo e questiona a existência de uma "burguesia nacional" em nosso país.

Para ele, as classes dominantes brasileiras sempre estiveram associadas ao capital internacional e à sua divisão internacional do trabalho. Suas divergências e contradições, portanto, não seriam antagônicas. O processo de monopolização do capitalismo brasileiro, intensificado a partir de 1955, tornou a burguesia brasileira ainda mais refém, complementar e parceira dos negócios com os grandes monopólios internacionais.

Sendo assim, para o autor, foi um grande erro político afirmar a existência de uma parcela da burguesia compromissada com o desenvolvimento nacional e anti-imperialista. Além disso, um erro ainda maior foi acreditar que parte dessa burguesia seria aliada para a revolução democrática e nacional. Sem dúvida alguma, essa crítica é um dos pontos altos e grandes contribuições de Caio Prado para a história do pensamento social brasileiro.

Entretanto, ao passar isso para a análise do espectro político, Caio Prado cometeu alguns deslizes e exageros. O autor, neste livro, chega a caracterizar as disputas institucionais no período do populismo como se fossem disputas interburguesas.

De um lado, estaria a burguesia associada organicamente ao imperialismo e à iniciativa privada, do outro, estariam setores burgueses dependentes de prestação de serviços e obtenção de vantagens do Estado - o que chamou de "capitalismo burocrático". O capitalismo burocrático tinha necessidade de buscar aliados nas camadas médias e entre a classe trabalhadora. Um dos grandes erros das esquerdas e do PCB, segundo Caio Prado, seria o reboquismo a esse segundo setor da burguesia.

A noção de capitalismo burocrático para denominar os herdeiros populares do Vargasismo se mostrou demasiadamente superficial. O autor, indiretamente, em sua explicação sustentou que haveriam disputas antagônicas no seio da burguesia, quando o mesmo Caio Prado nos ajuda a entender como o aparato estatal foi importante para a formação do capitalismo monopolista no país.

Sem denominar concretamente as forças políticas e sociais, embora possamos identificar que o autor estava se referindo ao PTB em especial, a nosso ver, o reformismo conciliatório do PTB vai progressivamente perdendo espaço e confiança dos setores burgueses pelas próprias mutações no pacto social e econômico capitalista no país, restando somente o apoio de suas bases operárias e populares. Ou seja, Caio Prado, ao analisar o espectro político, muitas vezes, caiu em certo mecanicismo na relação com a estrutura econômica vigente, secundarizando o papel das lutas de classes.

Ao subestimar o papel das lutas de classes em parte de seus textos, Caio Prado, seguindo o paradigma francês estruturalista, enfatizava em sua análise as continuidades da velha estrutura colonial, contrariando mudanças empíricas na estrutura econômica brasileira

(PRADO JÚNIOR C. , 2004). Essa compreensão fez com que se tivesse certa paralisia tática em suas propostas.

Apesar de alguns deslizes e pontuais críticas, o livro é extremamente bem aceito por diversos setores da esquerda brasileira até hoje, com exceção da última parte. Para muitos leitores, que pouco conhecem a obra de Caio Prado, a conclusão da análise do livro seria óbvia, para o intelectual comunista, a revolução democrática nacional formulada pelo PCB levava à conciliação de classes com a burguesia e à derrota dos trabalhadores (como ocorreu em 1964). Qual seria a proposta alternativa, então? Um programa socialista para o Brasil? Para Caio Prado Júnior, a resposta é não.

A implementação do socialismo, isto é, classicamente, a socialização dos meios de produção e a conformação de um Estado Proletário dirigido pelos trabalhadores e/ou por um bloco histórico de classes, não era realizável naquele momento no Brasil, na visão do autor paulista. Os motivos? A falta de consistência e estruturação econômica, social e política no país.

Mesmo afirmando durante o livro que “para um marxista, é no socialismo que irá desembocar a revolução brasileira”, Caio Prado, no adendo de 1977 ao livro *A Revolução Brasileira*, é taxativo ao apontar que, mesmo com as modificações em curso na sociedade brasileira (urbanização, mecanização no campo e industrialização) oriundas do processo de centralização dos capitais, da estrutura “orgânica” de dependência e subordinação da economia brasileira ao mercado internacional, uma herança do passado colonial continuava inalterada.

Justamente a inserção do Brasil no sistema imperialista com a estrutura “orgânica” colonial da economia quebra qualquer relação entre o lucro (crescimento) levar ao incremento do mercado interno e, conseqüentemente, a um novo patamar de desenvolvimento do país. Os

monopólios internacionais, associados na maioria das vezes com a burguesia brasileira, alcançavam a sua lucratividade no país sem ter a necessidade de suprir as necessidades básicas de consumo e condições de vida para a manutenção da força de trabalho. O autor nos explica essa tendência:

Em suma, o sentido do processo econômico do desenvolvimento capitalista originário, tal como ele se apresentou na Europa no século passado, foi essencialmente o da produção. No Brasil, ele deve ser essencialmente o da distribuição. E assim o papel que o lucro capitalista (que provê muito bem à produção, pois, dela se alimenta e com ela se mantém) desempenha no capitalismo originário, não está em condições de desempenhar numa situação em que a distribuição sobreleva. E a iniciativa privada, que tem no lucro e somente nele a sua razão de ser, não é suficientemente assim para assegurar um desenvolvimento adequado (PRADO JÚNIOR, 2004).

Ou seja, pelas determinações históricas, o desenvolvimento capitalista no Brasil faz a economia crescer e se modernizar, mas sem um real desenvolvimento, como ocorrera nos países centrais. A questão do “crescimento sem desenvolvimento”, segundo Caio Prado, repercutiu nos problemas estruturais da nação brasileira, os quais perpassavam desde a ausência de política de infraestrutura e integração nacional até o quadro de aprofundamento das desigualdades sociais.

Qual a solução para este impasse? Constatando o grau de subordinação e atrelamento da “iniciativa privada” brasileira ao capital imperialista, o que impossibilitava a ruptura com a estrutura “orgânica” colonial, Caio Prado propõe o controle dessas ações para além do mercado e da iniciativa privada através do Estado.

Não se pretende, na visão do autor, acabar com a iniciativa privada neste momento histórico, mas apenas regular a livre iniciativa. Mas qual seria o modelo de desenvolvimento planejado? Para Caio Prado seria:

“[...]Há de essencialmente atacar a reforma do sistema a fim de impulsionar o seu funcionamento no sentido de um desenvolvimento geral e sustentado. É do aumento da demanda solvável, e sua articulação com as necessidades gerais e

fundamentais do país e de sua população, que se há de partir para o incentivo às atividades produtivas quem em seguida incentivarão a demanda. Não é possível, repetindo o ocorrido no desenvolvimento capitalista originário, ir em sentido contrário, isto é, da produção para o consumo e demanda (PRADO JÚNIOR, 2004.).

Chegamos ao “clímax” da formulação política de Caio Prado. No planejamento, no intuito de romper com a estrutura colonial, o Estado aparece como principal agente de transformação - um Estado pautado e dirigido por um bloco popular em luta contra o bloco reacionário, que reunia a burguesia brasileira, a grande propriedade rural e o imperialismo.

Em síntese, ao negar o programa nacional-democrático do PCB e a aliança com uma burguesia “nacional”, Caio Prado constrói uma narrativa de afirmação de um programa de desenvolvimento que contempla as demandas gerais da maioria da população não socialista. No fundo, o autor, coerentemente reafirma, suas teses desenvolvidas ao longo dos anos 1950 e 1960 em torno da radicalização do programa democrático e nacional.

5.5 OUTROS INTELLECTUAIS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DEMOCRÁTICA: NELSON WERNECK SODRÉ E ALBERTO PASSOS GUIMARÃES

Caio Prado Júnior não foi o único intelectual comunista a atuar nesse período. Inclusive, podemos dizer que o peso político-intelectual de Caio Prado cresce muito mais após 1964. A "aura" de ser um eminente pensador que criticava a teoria consagrada da Revolução Brasileira o tornava mais conhecido e lido por diferentes públicos, obviamente, junto a seu poder de formulação e organização de ideias. Afinal, o intelectual paulista formou uma "escola" de interpretação sobre a história do Brasil.

Entretanto, entre os comunistas, tivemos intelectuais orgânicos ao movimento nacionalista e democrático com maior influência e poder de articulação do que Caio Prado Júnior nesse período. Embora nosso recorte fora o pensamento político de Caio Prado, não apresentar e nem mencionar estes outros pensadores seria uma leviandade.

Desde a derrota do movimento nacionalista e democrático, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães s o taxados por acad emicos anticomunistas de direita e de esquerda, como pensadores "datados", "esquemáticos", vulgares e reprodutores de modelos que não davam conta da compreensão da realidade brasileira. A obra desses autores foi totalmente invalidada por se confundir com a linha política do PCB no pré-1964.

Nelson Werneck Sodré foi um dos maiores pensadores brasileiros contemporâneos. O autor é dono de uma vasta bibliografia, mais de 90 livros de diversos temas: História, Economia, Cultura, Filosofia, etc. Antes de 1964, foi um dos intelectuais mais influentes, pois participou com algum protagonismo de diversos movimentos progressistas. Um dos articuladores da esquerda nacionalista militar, disputava o clube militar, participou da campanha " O Petróleo é nosso!", colaborou ativamente com o ISEB e influenciou as diretrizes gerais do PCB após 1958.

Embora nunca tenha sido membro oficial do Partido Comunista, por ser um oficial militar, suas análises muito se aproximavam   linha oficial desse partido. O cerne das análises mais maduras de Sodré estava no estudo sobre a revolu o burguesa no Brasil, identificando as especificidades do desenvolvimento do capitalismo no país.

Em *Capitalismo e Revolu o Burguesa no Brasil*, Sodré enfatiza que a diferença entre a prosperidade estadunidense e o atraso brasileiro estaria na revolu o burguesa, precoce e bem-sucedida, num caso, postergada e incompleta no outro. O Brasil é "atrasado" porque o capitalismo brasileiro reproduziu, sob novas formas, o duplo entrave do latifúndio e a

dominação imperialista. O passado feudal, para Sodré, se desenvolveu em áreas escravistas em decadência e/ou em atividades econômicas estagnadas, como a cana de açúcar (SODRÉ, 1990).

Outra questão levantada por Nelson Werneck era a composição histórica do povo brasileiro. Para ele, o povo brasileiro, na década de 1950, era formado pelo proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional, ou seja, precisamente os grupos que o PCB acreditava que deveriam realizar a revolução democrática, nacional, anti-imperialista e antifeudal. O nacionalismo seria o sentimento unificador deste programa de transformações estruturais na economia e sociedade brasileira.

Assim como para Caio Prado, o final dos anos 1950 e 1960 foram de intensas atividades para Nelson Werneck. Além dos cursos que ministrava, publicou um ensaio sobre *O Tratado de Methuen*, outro sobre *As classes sociais no Brasil*, o livro *Introdução à revolução brasileira*, o livro *A ideologia do colonialismo*, o texto de uma conferência a respeito das *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* e o famoso estudo sobre a *Formação histórica do Brasil*, em que está desenvolvida a tese do feudalismo no Brasil, o que deu ocasião para tão áspersos debates.

Nessa mesma época, ele organizou um grupo de jovens historiadores que se dispunham a produzir um material didático que difundisse uma visão crítica das transformações ocorridas com a sociedade brasileira, estimulando uma consciência democrática necessária à luta contra as deformações elitistas e violentamente autoritárias das classes dominantes às instituições brasileiras.

Com o golpe de Estado de 1964, Nelson e seus colaboradores foram rudemente golpeados. O ISEB foi fechado, os jovens historiadores que participavam do projeto da

História nova do Brasil foram presos e o próprio Nelson amargou uma temporada em uma prisão militar.

Mantendo atividade intelectual até os últimos dias de sua vida, nos anos 1990, e coerente com sua visão de mundo, Nelson Werneck foi o grande intelectual orgânico do programa nacional democrático. Criativo, sofisticado e com grande capacidade de trabalho e organização, a obra desse autor merece ser mais difundida, estudada e revisitada em nossa época.⁶¹

O alagoano Alberto Passos Guimarães foi o grande mentor da sofisticação do programa agrário do PCB a partir dos anos 1950. Também foi um dos redatores da *Declaração de Março de 1958*, documento político que marcou a reorientação do PCB no espectro político brasileiro. Jornalista, trabalhou também no IBGE e, autodidata, foi um dos grandes oponentes de Caio Prado Júnior no debate agrário nos anos de 1960 dentro do PCB. Em 1963, publica seu principal livro sobre o tema: *Quatro Séculos de Latifúndio*. Outra obra que merece destaque do autor é *As classes perigosas: banditismo rural e urbano*, publicada em 1982.

Para Alberto Passos, a origem do latifúndio estava no passado colonial brasileiro. O feudalismo, importado de Portugal, teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte, devido à extraordinária fertilidade das terras brasileiras e, em outra, com o desumano rigor aplicado no tratamento da mão-de-obra. Mas, em compensação, o Brasil pôde desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial (GUIMARÃES PASSOS, 1968).

⁶¹ Ver: (HONORATO, 2012).

Assim, a propriedade rural assumiu a feição de monopólio feudal e colonial da terra, isto é, os mecanismos de subordinação dos trabalhadores se davam por meio de elementos extraeconômicos do sistema latifundista. O autor faz questão de resgatar o argumento da feudalidade para combater o pensamento conservador que, na época, sustentava a ideia de ter existido no Brasil um "capitalismo colonial".⁶²

Durante o V congresso do PCB, Alberto Passos defende o caráter burguês da reforma agrária brasileira, baseado na redistribuição de terras para os camponeses e na iniciativa estatal para promover o capitalismo. Sem dúvida, as ideias de Alberto Passos tiveram mais ressonância na política do PCB, embora, conforme aponte Raimundo dos Santos, houvesse uma certa incongruência na Resolução do V Congresso de 1960, que simultaneamente postula uma reforma agrária de tipo camponês com uma maior centralidade para o trabalho partidário junto aos assalariados, semi assalariados e o sindicalismo rural.

Aí estariam, ademais, indícios interessantes para um outro tipo de equacionamento do problema da clivagem existente no movimento social agrário dos anos pré-1964 - Francisco Julião e as Ligas Camponesas, de um lado, o PCB e os sindicatos, de outro; cada um espelhando, de modo emblemático, a sua razão de ser e a sua postura política característica (SANTOS, 1994).

⁶² Ver: (SIMONSEN, 1937.).

6. CONCLUSÃO - O DEVER DE UM REACERTO COM TODA UMA GERAÇÃO DE MILITANTES

Ao tentarmos contextualizar historicamente a visão caiopradiana de Revolução Brasileira, nos deparamos com uma das épocas mais intensas e contraditórias da história contemporânea brasileira. O Brasil mudava a passos largos, e a geração de intelectuais brasileiros parecia redescobrir o nosso país na mesma intensidade, não apenas na teoria social e econômica, mas também na cultura, política, história, arquitetura, etc.

Parecia que um país dominado pelo velho monólogo das suas atrasadas classes dominantes, acordara de um pesadelo para ousar a sonhar na construção de sua nacionalidade e definitiva independência. Até então, a historiografia dominante, de direita ou de esquerda, mesmo com intenções distintas, encontra-se na crítica comum à atuação das esquerdas e dos comunistas naquela época.

Nosso trabalho se propôs, dentro de um esforço que deve ser coletivo, a questionar essa visão comum e acrítica. Obviamente, recontarmos a história na perspectiva dos "derrotados" sempre é uma tarefa árdua. Os "derrotados", teoricamente, são aqueles que não conseguiram que os seus objetivos fossem alcançados no terreno das lutas de classe. No entanto, a história das lutas de classe não é um jogo de futebol. A vida não é uma dívida entre "vencedores" e "perdedores", mas uma complexa equação, em que conflitos e contradições sintetizam uma resultante histórica.

Por isso, a partir dessa resultante no período estudado - a ditadura empresarial militar - , é possível perceber as "marcas" e o potencial da força dos "derrotados". A edificação do Terrorismo de Estado, a liquidação das organizações revolucionárias e populares, e a cassação

dos direitos civis e das liberdades democráticas foram as formas utilizadas para aprofundar o capitalismo monopolista no Brasil.

Ao invés de realizar a reforma agrária contra o latifúndio, aprofundou-se a modernização conservadora no campo brasileiro, preservando-se a concentração fundiária. No lugar de fomentar a identidade e a propagação da cultura nacional popular, fortaleceu-se a indústria cultural no país, sendo a Rede Globo o grande exemplo nesse sentido. Em detrimento de distribuir renda e riqueza no país, os salários foram arrochados em prol do aumento das taxas de lucro dos empresários. Ao invés de aprofundar a democracia, partidos foram cassados, militantes torturados e lideranças das mais diversas correntes políticas assassinadas.

Vejam a violência e o poder de articulação das classes dominantes através da ditadura sob forma militar. A ditadura foi uma resposta ao primeiro grande projeto nacional com capilaridade social sob a perspectiva das classes populares. Pela primeira vez em nossa história, podemos constatar efetivamente um projeto nacional alternativo ao modelo de desenvolvimento conservador.

O PCB, com todas as suas limitações, foi fundamental para a construção desse movimento nacional e democrático. Caio Prado Júnior e sua bagagem intelectual também expressaram esse momento decisivo nas lutas de classes na história brasileira. Tentamos demonstrar um pouco dessa trajetória na dissertação.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, realizamos a apresentação dos nossos instrumentais teóricos para analisarmos os fenômenos estudados para além das suas aparências. Também procuramos apresentar um pouco da visão de história e marxismo que pautam esse trabalho. Debater a relação entre indivíduo e a história é fundamental para

compreendermos Caio Prado Júnior como um brilhante pensador brasileiro, contudo, limitado às questões do seu tempo.

No segundo capítulo, trouxemos algumas questões centrais em nossa dissertação. A primeira delas seria a apresentação de uma visão própria sobre a história do PCB e suas formulações políticas. E compreendendo a história desse partido como eminentemente condicionada pelas contradições da sociedade brasileira, retomamos a história dos comunistas brasileiros na perspectiva de valorizarmos mais as contradições "internas" - obviamente, pensando o comunismo como uma força política mundial.

Dessa forma, recapitulamos os debates sobre a estratégia revolucionária em Marx e no movimento comunista internacional. Nosso objetivo foi demonstrar como o compromisso com a Revolução foi também um elemento central na teoria social de Marx e em parte da tradição marxista.

No terceiro capítulo, contamos um pouco a história de Caio Prado Júnior. Retomamos sua origem social, produção intelectual, militância política, sua visão de Brasil e seu marxismo. Constatamos que sua obra historiográfica - e em outras áreas das ciências sociais e econômicas - é indissociável da sua militância política. Tratou-se, utilizando o aparato gramsciano, de um intelectual orgânico da classe trabalhadora.

Essa organicidade, conforme demonstramos, se realizou a partir das relações concretas de Caio Prado com as classes subalternas. Essa é a principal característica de sua produção intelectual. Mais do que um compromisso reflexivo e crítico, Caio Prado atrelou sua capacidade teórica à resolução dos principais problemas sentidos pelas classes populares.

Resgatamos as primeiras décadas de militância comunista de Caio Prado, seu afastamento do núcleo diretivo do partido e a sua relação de tensão com as diretrizes gerais do Partido Comunista. Também destacamos algumas características importantes da visão de

história caiopradiana. O intelectual paulista, muito provavelmente pela influência que recebeu do estruturalismo francês, foi um historiador das "grandes estruturas".

Inicialmente, em sua trajetória, Caio Prado enfatizou como elemento central de análise a luta de classes, como fez em seu livro de 1933 *A Evolução Política no Brasil*. Principalmente depois do seu exílio na França, o autor parece aplicar em suas análises a totalidade das grandes estruturas econômicas como categoria central. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o famoso capítulo *O Sentido da Colonização* é expressão dessa segunda fase que culminou no desenvolvimento de uma criativa "via não clássica" para o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Nosso último capítulo expressa os principais debates dessa dissertação. Fizemos um apanhado político do PCB, que entre 1958-1964 viveu um período de renovação, amadurecimento e expansão de sua estratégia nacional e democrática. A partir das contradições internas, percebemos que os principais elementos de crítica aos limites dessa estratégia partiam também de dentro desse partido.

As contradições internas no "Partidão" e o acirramento das lutas de classes no país - como consequência da crise econômica e social oriunda do processo de monopolização econômica associada ao capital internacional - culminaram em uma cisão prática entre os comunistas. O núcleo dirigente do PCB apostava em articulações de cúpula com o governo Goulart para realizar as reformas de base e combater o golpismo. Já as bases partidárias estavam sem uma orientação clara diante da eminente articulação golpista de políticos reacionários, militares de direita, da grande burguesia e do imperialismo norte americano.

Nesse sentido, temos desacordo com as afirmações rotineiras de que a derrota das esquerdas e do PCB, em 1964, fora fruto apenas de uma orientação estratégica equivocada. A base dessas afirmações se pauta pela "inviabilidade da construção de um capitalismo

autônomo e nacional". Sem dúvida, a orientação estratégica nacional e democrática, aos moldes da que foi construída, possibilitou a ilusão de alianças estratégicas com a "burguesia nacional" e provocou visões limitadas com relação à articulação entre imperialismo e as classes dominantes no Brasil. Esse processo desencadeou posturas de reboquistas à burguesia e tornou os comunistas reféns de setores políticos reformistas.

No entanto, também é inegável que o anti-imperialismo e a questão democrática e nacional tenham sido diretrizes decisivas para o êxito de Revoluções na periferia do capitalismo no século XX. Por isso, apontamos que os erros do PCB foram culminados por uma concepção estratégica insuficiente, problemas organizativos (trocas constantes no seu núcleo dirigente, falta de coesão nas direções políticas, etc.), ausência de mediações táticas mais palpáveis a classe trabalhadora e a falta de autonomia política teve como consequência a falta de uma formação sistematizada e comum de quadros partidários. Elementos que precisam ser mais estudados e criticados.

Essa fragilidade ficou exposta devido ao grande poder de articulação do empresariado brasileiro com o capital internacional, mas, principalmente, pelos acertos que esse partido cometeu. Acertos que proporcionaram o seu crescimento entre os operários, trabalhadores rurais, estudantes, artistas e intelectuais, como também, formulações criativas e concatenadas com as transformações na sociedade brasileira.

Caio Prado Júnior, mesmo criticando as insuficiências do programa do PCB, procurava radicalizar a estratégia nacional democrática. Seu livro, mais famoso e comentado, *A Revolução Brasileira*, é a grande expressão do pensamento político caiopradiano. Contudo, trata-se de uma expressão mais empobrecida, talvez pelo então recente golpe de 1964, e por sempre ter sido marginalizado no debate interno em seu partido. Caio Prado generaliza as críticas à esquerda e ao PCB. No livro, o historiador paulista não examina com devida

precisão a história do seu partido e suas formulações, e passa a impressão de que não existia vida pensante nos meios de esquerda.

A teoria consagrada da Revolução seria a transposição mecânica de modelos estranhos à realidade brasileira. Além disso, em suas proposições, o autor secundariza a luta contra o latifúndio, embora tenha trazido importantes contribuições com relação à luta anti-imperialista e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Constatamos que a construção do pensamento político de Caio Prado ao longo dos anos de 1950 e 1960, através de publicações, intervenções no V Congresso do PCB e artigos escritos para a *Revista Brasiliense*, além de ter estruturado as bases de sua análise exposta em *A Revolução Brasileira*, traz seus elementos centrais de maneira mais aprofundada. Em especial, destacamos a defesa do movimento nacionalista, críticas ao PCB, e questões referentes ao Imperialismo e à reforma agrária.

A repercussão das ideias políticas de Caio Prado foi muito grande, principalmente após a publicação de *A Revolução Brasileira*. Inclusive, tal tópico mereceria melhores pesquisas a respeito. Em 1966, Caio Prado Júnior ganhou o prêmio “Juca Pato” de intelectual do ano, concedido pela União Brasileira de Escritores. Entre os comunistas do PCB, o impacto do golpe ainda estava sendo digerido e analisado, e o partido se preparava para o seu VI Congresso, agora na clandestinidade.

Membro do então núcleo dirigente do PCB, Marco Antônio Tavares Coelho (utilizando o pseudônimo de Assis Tavares), apesar de reconhecer o valor da contribuição intelectual de Caio Prado, tentou rebater os apontamentos críticos ao PCB presentes em *A Revolução Brasileira*.

Para Coelho, o livro carece de indicativos políticos claros, falta uma "análise concreta da situação concreta" - exemplo disso seria a avaliação negativa de Prado Júnior com relação

ao apoio do PCB à candidatura de JK. Coelho sustentou que o PCB apoiou JK em virtude de que a sua candidatura representava a articulação das forças democráticas em oposição às forças entreguistas e golpistas que tentariam subir ao poder em 1954.

Esse jornalista e dirigente comunista também fazia ressalvas com relação à não existência de resquícios feudais no Brasil e à concentração fundiária. Para ele, Caio Prado se contradiz ao reconhecer que existiam resquícios pré-capitalistas na formação social brasileira (TAVARES, 1966).

Embora Coelho reconhecesse a existência de uma burguesia nacional com interesses distintos ao capital imperialismo, o dirigente do PCB reconheceu o equívoco na avaliação da correlação de forças do partido. Em sua opinião, a burguesia nacional não iria enfrentar o golpismo e o imperialismo em um contexto de Guerra Fria.

Outros militantes do PCB tentaram rebater Caio Prado, como Osny Pereira Duarte e Paulo Cavalcanti, demonstrando um impacto interno grande de suas críticas. Para o jornalista pernambucano Paulo Cavalcanti, Caio Prado negligenciou toda a riqueza de contribuições que o movimento progressista construiu antes de 1964, além de contestar as teses agrárias do intelectual paulista. No texto de Cavalcanti, evidencia-se a apropriação das críticas de Caio Prado por parte de setores dissidentes do PCB que abraçavam a luta armada contra a ditadura (CAVALCANTI, s.d.).

O VI Congresso do Partidão, apesar de autocriticar as ilusões com a burguesia e o dispositivo militar de João Goulart, identificou chamados “desvios dogmáticos e sectários” como os responsáveis pela linha e atuação do PCB. Esses desvios consistiam em combater a política de conciliação do governo Goulart, negligenciando o poder de articulação das forças reacionárias. Essa linha fazia o partido se afastar das diretrizes da *Declaração de Março de 1958* e do V Congresso.

Tratou-se de uma autocrítica pela direita que visava conservar o projeto estratégico do partido, embora esse congresso tenha aprovado acertadamente a tática de frente ampla em defesa das liberdades democráticas como principal diretriz. Para os comunistas, apenas o crescimento e a reconstrução dos movimentos de massa poderiam mudar a correlação de forças na sociedade e, conseqüentemente, enfraquecer a ditadura (CARONE, 1982)

Pelo fato de o PCB ter sido o principal alvo dos ataques políticos de Caio Prado Júnior, muitos militantes descontentes com o imobilismo e equívocos do partido tiveram simpatia às ideias propostas pela obra de 1966. Muitos desses militantes enveredaram pelo caminho da luta armada.

Para o antigo militante do PCB e fundador do PCBR, Jacob Gorender, *A Revolução Brasileira* de Caio Prado não trouxe respostas extremadas. Pelo contrário, sua tática era bem defensiva para os trabalhadores do campo e da cidade, e não se fazia alusão à luta armada. O que prestigiou o livro nos meios de esquerda foi a sua perspectiva socialista e, sobretudo, a crítica mordaz à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional anti-imperialista (GORENDER, 2014).

Gorender também reconheceu que, através do debate suscitado pela obra de Caio Prado, e por considerar as respostas políticas insatisfatórias até então, o ex-pcbista passou a estudar sistematicamente a história da sociedade brasileira. O livro mais famoso de Caio Prado também foi muito bem recebido pela chamada "Escola de Sociologia Paulista". Inclusive, Florestan Fernandes o convidou para substituí-lo como professor na USP, em 1968. No entanto, o convite fora inviabilizado pelas intervenções da ditadura brasileira na universidade.

O dirigente do PCdoB, Pedro Pomar, em artigo mais contundente classificou o livro de Caio Prado Jr como "contrarrevolucionário". A ira política de Pomar se nutria por conta das

proposições agrárias contidas no livro. A centralidade camponesa no projeto revolucionário do PCdoB já refletia sua aproximação com as teses maoístas, depois de ter tentado se aproximar da URSS. Para Pomar, apesar de reconhecer a entrada de capitais no campo brasileiro, o caráter da revolução agrária seria combater o latifúndio improdutivo feudal, que seria o principal inimigo e aliado do imperialismo (POMAR, 1969).

Com o passar dos anos, a memória política criada sobre o pensamento político de Caio Prado Júnior se restringiu à sua crítica "frontal" ao PCB. Percebemos que essa memória foi resultado de uma disputa no seio das esquerdas brasileiras para anular qualquer tipo de influência comunista. Infelizmente, a memória revela apenas partes do nosso objeto e oculta outras. Essa memória é essencialmente seletiva e obscurece um dos elementos centrais do pensamento de Caio Prado e parte da sua geração de militantes: o compromisso com a perspectiva revolucionária nas análises teóricas.

Infelizmente, a decomposição política, organizativa e moral do projeto político vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), reabre a necessidade de revermos criticamente a historiografia consolidada sobre as formulações políticas e estratégias das organizações de esquerda. Essa revisão é parte de um esforço coletivo, com o qual pretendemos contribuir, apesar de nossas limitações. Nesse trabalho, se pretende realizar um reacerto histórico com uma geração de intelectuais e militantes que pagaram, muitas vezes com suas vidas, pela ousadia que tiveram, como bem define Paulo Cavalcanti:

Não somos dos que, de modo total, responsabilizam as esquerdas brasileiras por todos os erros do passado: da versão romantizada do descobrimento do Brasil ao golpe de 1964. Se chegamos à situação de hoje, foi mais pelo pouco que acertamos, do que pelo muito que erramos. O erro fundamental foi o de, para conseguir o pouco de acerto, não termos recorrido às grandes massas para respaldar a nossa ação. Na maré montante dos grandes erros e falhas na condução da política social, as esquerdas se perderiam por si mesmas, não incomodando ninguém exceto o povo e a história." (CAVALCANTI, s.d.)

Seguindo o exemplo de Caio Prado Júnior, esperamos ter contribuído não para trazer as soluções definitivas para os problemas que levantamos, mas para revitalizar o bom debate e as boas polêmicas. Afinal, grande parte da solução desses problemas será atingida apenas quando as ideias revolucionárias se materializarem em uma viável força prática na sociedade brasileira.

FONTES UTILIZADAS

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Dados Estatísticos: eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1960 e em confronto com os anteriores.** Brasília.: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados., 1963.

BRASILIENSE, Revista. **Manifesto de Fundação.** *Revista Brasiliense* (1955): nº 1, p. 1-2.

CLASSE OPERÁRIA. **Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira,** 17 abril de 1930.

PRIMERA CONFERENCIA COMUNISTA LATINO AMERICANA, 1929, Buenos Aires. **El Movimiento Revolucionario Latino Americano.** Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, 1929.

FUNDAMENTOS,1955: nº39, p.107-109.

PCB. **Os comunistas e a situação política:** intensificar as ações de massas para garantir a vitória do povo.” In: *Novos Rumos*, p. 3, 27 de março de 1964.

_____. **PCB: vinte anos de política(1958-1979)** [documentos]. São Paulo.: Ciências Humanas., 1980.

_____. **Os comunistas se dirigem aos trabalhadores e ao povo brasileiro.** In: *Novos Rumos*, 5 outubro,1963, p.1.

_____. In: *Novos Rumos*, 27 de agosto de 1961, p.1.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Capitais Estrangeiros.** In: *Revista Brasiliense*, nº 11, 1957.

_____. **Nacionalismo e Desenvolvimento.** In: *Revista Brasiliense*, nº 24, 1959.

_____. **O Sentido da Anistia Ampla.** In: *Revista Brasiliense*, nº4, 1956.

_____. **Perspectivas para a Política Progressista e Popular Brasileira.** In: *Revista Brasiliense*, nº44, 1962.

_____. **Nacionalismo e Desenvolvimento.** In: *Revista Brasiliense*, nº24, 1959.

_____. **Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil.** In: *Revista Brasiliense*, nº 43, 1962.

_____. **Panorama da Política Brasileira.** In: *Revista Brasiliense*, nº38, 1961.

_____. **As Teses e a Revolução Brasileira.** In: *Novos Rumos*. Junho-Julho de 1960.

_____. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. **O Programa da Aliança Libertadora Nacional(1935).** In: *Revista Escrita-Ensaio*, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **As origens da Pós Modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1999.

_____. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental.** São Paulo.: Brasiliense., 1989.

_____. **Linhagens do Estado Absolutista.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ANKERSMIT, Frank. **Historiografia e Pós Modernismo.** *Revista Topoi*. 2011: 113-135.

ASSIS, Machado de. **Balas de Estalo.** São Paulo: Annablume., 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Jorge Zahar.: Rio de Janeiro., 2002.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo.: Paz e Terra., 1999.

BRAUDEL, Fernand. **Au Brésil: deux livres de Caio Prado**. *Annales.Économies,Sociétés,Civilisations*. (1948): 99-103..

BRAZ, Marcelo. **Partido e Revolução (1848-1989)**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Reflexões Conclusivas**: uma sociedade, não um mero quintal da Europa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro : Zahar, 1988.

CARONE, Edgar. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **O PCB (1964-1982)**. São Paulo: Difel,1982.

CARVAHO FRANCO, Maria Sylvia. **As ideias estão em seu lugar**. *Cadernos de Debate*. 1976.

CAVALCANTI, Paulo. **Os Equívocos de Caio Prado Jr**. São Paulo: Argumentos, s.d.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CLAUDÍN, Fernando. **A Crise do Movimento Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. **O Trotskismo no Brasil**. In: MAZZEO, Antonio Carlo; Maria Izabel LAGOA. **Corações Vermelhos (Os comunistas no século XX)**. São Paulo: Cortez, p. 239-269, 2003.

COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935**. Natal: EDUFRN, 2015.

COSTA, Ricardo da Gama. **Descaminhos da Revolução: o PCB diante da Revolução Brasileira (1958-1964)**. Niterói: 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Literatura e Humanismo**. Rio de Janeiro.: Paz e Terra., 1967.
142.

DEMIER, Felipe. **O cesarismo sem César: luta de classes sob o semi bonapartismo democrático (1946-1964)**. In: **O Longo Bonapartismo Brasileiro: Ensaio de Interpretação Histórica**. Rio de Janeiro.: Mauad X., 2014.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo.: Boitempo, 2008.

_____. **Introdução**. In: MARX, Karl. **As Lutas de classes em França 1848-1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____; MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____; _____. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

_____. **Discurso diante do túmulo de Karl Marx**. In: *Marxists.org*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1883/03/22.htm>>. Acessado em: 27/05/2015.

FERNANDES, Florestan. **Caio Prado Jr: A Rebelião Moral**. In: FERNANDES, Florestan. **A Contestação Necessária**. São Paulo: Ática, p. 81, 1995.

FERREIRA, MUNIZ. **Europa, Afeganistão e África do Norte: uma introdução às análises de Marx e Engels sobre os conflitos internacionais.** In: **Crítica Marxista 15.** São Paulo: Boitempo editorial, p. 9, 2002.

FROMM, Eric. **Beyond the chains of ilusion. My Ecouinter with Freud and Marx.** Nova Iorque: Tridente Press Book, 1962.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

_____. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro.: Graal., 1978.

GUIMARÃES PASSOS, Alberto. **Quatro Séculos de Latifúndio.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

HILL, Christopher. **Lênin e a Revolução Russa.** Rio de Janeiro.: Jorge Zahar., 1967.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã.** São Paulo.: Martin Claret., 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX(1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Os intelectuais e o antifascismo.** In: HOBBSAWM, Eric et al. **História do Marxismo IX - O Marxismo na Época da Terceira Internacional: Problemas da Cultura e da Ideologia.** São Paulo: Paz e Terra, p. 257-314, 1987.

HONORATO, Cezar. **Nelson Werneck Sodré: O Historiador Econômico Original do Brasil**. Revista Dialética, nº 3, 27-34, 2012.

IANNI, Octávio. **A dialética da História**. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Ática, 1982.

IUMATTI, Paulo Teixeira. **Caio Prado Jr**: uma trajetória intelectual. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Diários Políticos de Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JAMESON, Frederic. **Pós Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2007.

KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Intelectuais Brasileiros e Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1991.

_____. **O Futuro da Filosofia da Práxis**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LAPA, José Roberto do Amaral (org). **Modos de Produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas**. Lisboa-Moscou: Avante!, 1977.

_____. **As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. **Imperialismo: Fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOWY, Michael. **Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso**. In: MARX, Karl. **Luta de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Georg. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

_____. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956 – 1971**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. **Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **As lutas de Classe na França: 1848-1850**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **As lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Carta de Marx a Engels (10 de dezembro de 1869)**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Correspondencia**. Buenos Aires.: Editorial Problemas, p. 134-136, 1947.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril, 1982.

_____. **A Guerra Civil em França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada-a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 30.

_____. **Sociedade Civil: Venturas e desventuras de um conceito**. In: ANDRADE, Paula Dilma de; MENDONÇA, Sônia Regina de (org). **Sociedade Civil. Ensaios Históricos**. Jundiaí: Paco, p. 3, 2013.

_____. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil Recente (1964-1992)**. São Paulo: Ática, s.d.

MOLON, A.L. **Graco Babeuf: o pioneiro do socialismo moderno**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart**. São Paulo: UNESP, 2010. 16.

MONTALVÃO, Sergio. **O Intelectual e a Política: a militância comunista de Caio Prado Júnior**. RHR- Revista de História Regional.

MOTTA, Luiz Eduardo. **O ISEB no Banco dos Réus**. Comum, 2000, v.5, p.119-145.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Pequena História da Ditadura Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização crítica**.

São Paulo: Cortez, 2011.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial(1777-1808)**.

São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo:

Boitempo, 2003.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de

Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PEREIRA, Bernardo Soares. **Mariátegui em seu (terceiro) mundo**. Niterói., 2015.

PLEKHANOV, Georgi. **O Papel do Indivíduo na História**. Lisboa: Antidóto, 1977.

POMAR, Valter. **A Questão Agrária no Brasil e a Contra Revolução do Sr.Caio Prado**

Jr. Rio de Janeiro: Alvorada, 1969.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Evolução Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: Um comunista Brasileiro**. São Paulo:

Boitempo, 2015.

RECÚPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil**. São

Paulo: Editora 34, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, Dinarco. **A luta de classes no Brasil e o PCB**. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2011.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV., 1999.

RODRIGUES, José Honório. **Notícia de vária história**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

SADER, Emir. **Golpe de 1964: O Fracasso de uma estratégia**. 26 de fevereiro de 2014. Blog da Boitempo. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/02/26/golpe-de-1964-o-fracasso-de-uma-estrategia/>>. Acessado em: 17 de dezembro de 2015.

SANTOS, Raimundo dos. **Alberto Passos Guimarães num velho debate**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, nº 2, 1994.

SHAFF, Adam. **O Marxismo e o Indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

_____. **Contribuição à História do PCB-Antecedentes**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

STALIN, Josef. **Sobre o Materialismo Histórico e Dialético**. Rio de Janeiro: Horizonte, 1945.

TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.

VIANNA,Luis Werneck.**Liberalismo e Sindicato no Brasil**.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA,Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____;SARMIENTO,Érica.**Presos políticos e Perseguidos estrangeiros na Era Vargas**.Rio de Janeiro:Mauad FAPERJ,2014.

VILLAR,Pierre. **Marx e a História**.In: HOBSBAWM, Eric (org).**História do marxismo**.Rio de WEFFORT, Francisco(org).**Clássicos da Política-Maquiavel, Hobbes,Locke, Rosseau**. São Paulo:Ática,2004.

_____. **O Populismo na Política Brasileira**.São Paulo: Paz e Terra,1993.

WOOD, Ellen Meikesins; FOSTER, John Bellamy.**Em defesa da História: marxismo e pós modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar,1999.

ZAIDAN,Michel.**PCB (1922-1929): na busca das origens do marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985.

ANEXO A

Artigos de Caio Prado Júnior na Revista Brasiliense (1955-1964):

Data	Nº	Tema
11-1955	2	Conjuntura: economia brasileira
01-1956	3	Filosofia
03-1956	4	Conjuntura: política nacional
05-1956	5	Economia política
07-1956	6	História econômica
09-1956	7	Economia política
11-1956	8	Conjuntura: política nacional
01-1957	9	Conjuntura: economia brasileira
05-1957	11	Conjuntura: economia brasileira
03-1958	16	Conjuntura internacional
07-1958	18	Conjuntura: economia brasileira

11-1958	20	Conjuntura: política nacional
05-1959	23	Conjuntura: economia brasileira
07-1959	24	Conjuntura: política nacional
11-1959	26	Economia política: teoria marxista
03-1960	28	Questão agrária
05-1960	29	Conjuntura: questão Agrária
11-1960	32	Conjuntura: política nacional
01-1961	33	Política internacional
03-1961	34	Conjuntura: economia brasileira
05-1961	35	Conjuntura: política econômica
09-1961	37	Conjuntura: política internacional
11-1961	38	Conjuntura: política nacional
01-1962	39	Conjuntura: economia brasileira
03-1962	40	Economia brasileira
05-1962	41	Conjuntura: política nacional
07-1962	42	História econômica
09-1962	43	Questão agrária
11-1962	44	Conjuntura: política nacional
03-1963	46	Conjuntura: política nacional

05-1963	47	Conjuntura: questão agrária
01-1964	51	Conjuntura: questão agrária